

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**INALDO BATA RODRIGUES**

**ESTADO, CULTURA E NAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA**

SÃO LUÍS  
2017

**INALDO BATA RODRIGUES**

**ESTADO, CULTURA E NAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão / UFMA, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros

SÃO LUÍS  
2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

RODRIGUES, INALDO BATA.

ESTADO, CULTURA E NAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA /  
INALDO BATA RODRIGUES. - 2017.

138 p.

Orientador(a): ANTONIO EVALDO ALMEIDA BARROS.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,  
SÃO LUÍS, 2017.

1. ÁFRICA DO SUL. 2. CULTURA. 3. ESTADO. 4.  
PATRIMÔNIO. 5. POLÍTICAS CULTURAIS. I. BARROS, ANTONIO  
EVALDO ALMEIDA. II. Título.

INALDO BATA RODRIGUES

**ESTADO, CULTURA E NAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão / UFMA, como requisito final para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros

Aprovado em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros (Orientador)  
Doutor em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Sérgio Figueiredo Ferretti (Avaliador Interno)  
Doutor em Antropologia (USP)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Viviane de Oliveira Barbosa (Avaliadora Externa)  
Doutora em História (UFF)  
Universidade Estadual do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas pessoas que colocou no meu caminho.

À minha mãe Maria dos Anjos (minha Dusa), agradeço de uma forma especial e carinhosa, pela pessoa que é: guerreira e batalhadora, mulher que sempre lutou para criar os filhos e guiar a família, e que me proporcionou uma educação à qual ela própria não teve acesso. Dusa certamente nunca entendeu bem este momento, o fato de eu estar numa pós-graduação, porém, o mais importante é que, de diferentes maneiras, ela sente e sabe que isto é importante, de modo que nunca deixou de me apoiar. Eu só tenho a dizer “Mãe, muito obrigado!”

À minha família pelo apoio de sempre: meu pai, Sebastião, quero lembrar pela coragem ensinada e pela perseverança repassada; a meus irmãos e irmãs pela compreensão de minha ausência. O bom de ser irmão mais novo é que todos lhe tratam como filho e não poderia deixar de agradecer a Ednaldo e Reginaldo pelas ajudas financeiras, pelo conforto de irmãos, pela preocupação com o irmão-filho e por tudo que sempre fizeram e fazem por mim.

Aos amigos-irmãos Acácio, Rayone, Karol e Jonatam Oliver pela amizade, companheirismo e paciência de ouvirem minhas angústias e medos e sempre me encorajarem a nunca desistir.

A meu orientador Antonio Evaldo Almeida Barros, a quem tenho como referência pessoal e profissional, que acredita em mim mais do que eu às vezes. Faltam palavras para expressar o quanto essa pessoa é importante em minha vida. Sempre digo existe dois Inaldos: um antes e um depois de Antonio Evaldo, que me apresentou a África e aos estudos africanos e ao mundo acadêmico de uma forma apaixonante e apaixonada.

Ao grupo de pesquisa NEÁFRICA pelos aprendizados e oportunidades.

Ao grupo de pesquisa GPMINA que nos embalos dos sábados à tarde com suas discussões teóricas me possibilitaram novos conhecimentos e saberes, com a serenidade da professora Mundicarmo Ferretti e o almanaque de informações do professor Sérgio Ferretti.

Aos organizadores da XVIII Fábrica de Ideias, a presença nesse evento e a interação com os demais fabricantes (pesquisadores/ participantes) foram

fundamentais para o término desta pesquisa. Pois a partir desse momento este trabalho ganhou “novos” direcionamentos e/ou mesmo (re)formulações.

A todos os colegas da turma de 2015 do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, em especial as pessoas que se tornaram mais que colegas de turma: Grace Kelly, Eliane, Mara e Mari pelos diálogos, medos, aflições, em tempos de redes sociais – essas meninas/mulheres foram essenciais na conclusão desse trabalho, por me acalmarem e de alguma forma me orientarem.

As colegas que trago da graduação e que me inspiram: Cláudia, a filósofa que me encanta com seu pensamento, Aldina pelo companheirismo de sempre e pelos diálogos que me serviram de orientação, Lara pelo carinho, Gleiciane que acompanhou todo esse processo, a maninha que a vida acadêmica me presenteou, Rayara pela cumplicidade e amor, Aline Godinho minha diva do salto 15! A Lara, que não foi da graduação, mas como companheira de casa, nessa fase final sempre procurava me tranquilizar.

A Edima e a André, um casal que conheci na África do Sul e que por diversas vezes abriram a porta de sua casa para mim. Edima me apresentou Pietermaritzburg sempre preocupada com minha estadia na cidade e com minha pesquisa, e que mesmo depois do meu retorno para o Brasil continuou a me ajudar com informações sobre a cidade.

A banca examinadora pelas contribuições e sugestões valiosas: a professora Viviane de Oliveira Barbosa a quem tenho uma admiração enorme como mulher, negra e intelectual, e ao professor Sérgio Ferretti a quem admiro cada dia mais.

Agradeço a FAPEMA pela bolsa concedida durante minha pesquisa de mestrado, que foi essencial para minha estadia de três meses na África do Sul na coleta de dados.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, os quais, direta e indiretamente, contribuíram para meu estudo, em especial a professora Maria do Socorro Sousa de Araújo, que sempre me tranquilizava nos corredores do programa com suas palavras de conforto e confiança.

A todos enfim, muito obrigado!

## RESUMO

Na recente história da África do Sul, o Estado tem buscado formular e implementar políticas públicas no campo da cultura considerando a diversidade dos povos da região. Este momento coincide com a África do Sul cujo sistema político formal é a democracia. Assim, através de diferentes ações governamentais, tem-se promovido uma série de políticas públicas visando à promoção e valorização da cultura. Observa-se no campo das políticas culturais a identificação e valorização de alguns patrimônios materiais e imateriais, consubstanciando-se uma espécie de política de patrimonialização. Nessa perspectiva, no presente trabalho, que consiste em uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e documental, analisa-se a relação entre Estado e Cultura na construção da *Rainbow Nation*, epíteto por meio do qual esse país do sul da África, historicamente marcado pela segregação e pelo Apartheid, pretende se redefinir. A África do Sul pós-Apartheid tem buscado nas políticas patrimoniais um novo sentido para se pensar a nação, quando se observa a renomeação de ruas, a transformação de prédios em museus e a realização de eventos lembrando os personagens que lutaram contra a segregação racial. Essas ações de renomeações, transformações e louvações institucionalizadas pelo Estado estão inseridas no campo das políticas públicas. Assim, problematiza-se como o Estado se apropria da cultura e do patrimônio para a construção de seu projeto de nação. Os projetos e planos oficiais de políticas culturais e patrimoniais sul-africanas pós-Apartheid se centram na construção de uma nação marcada pela sua diversidade étnica e cultural, e parece ser este patrimônio multicultural e pluriétnico que deveria se tornar símbolo da *Rainbow Nation*. Evidentemente, este é um processo complexo e marcado por tensões e ambigüidades.

Palavras-chave: África do Sul. Estado. Cultura. Patrimônio. Políticas Culturais.

## **ABSTRACT**

In the recent history of South Africa, the State has sought to formulate and implement public policies in the field of culture considering the diversity of the peoples of the region. This coincides with South Africa, whose formal political system is democracy. Thus, through different governmental actions, a series of public policies have been promoted aiming at the promotion and valorization of culture. It is observed in the field of cultural policies the identification and valuation of some material and immaterial heritage, consubstanciando a sort of heritage of policy. In this perspective, in the present work, which consists of an exploratory research of bibliographical and documentary character, the relationship between State and Culture in the construction of the Rainbow Nation is analyzed, epithet by means of which this country of the south of Africa, historically marked by the segregation and by Apartheid, intends to redefine itself. Post-Apartheid South Africa has sought in heritage policies a new sense for the nation when it comes to the renaming of streets, the transformation of buildings into museums, and the holding of events reminiscent of the characters who fought against racial segregation. These actions of renations, transformations and praises institutionalized by the State are inserted in the field of public policies. Thus, it is problematic how the State appropriates the culture and the heritage for the construction of its project of nation. The official projects and plans for post-Apartheid South African cultural and heritage policies are centered on building a nation marked by its ethnic and cultural diversity, and it seems to be this multicultural and multiethnic heritage that should become a symbol of the Rainbow Nation. Of course, this is a complex process marked by tensions and ambiguities.

Keywords: South Africa. State, Culture. Heritage. Cultural policies.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Resumo dos capítulos do Projeto Nacional de Política Cultural	73
-----------------	---	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Ações da UNESCO no campo da cultura	46
<b>Tabela 2</b>	Ações no campo das políticas culturais	46
<b>Tabela 3</b>	Delegações de países africanos na AFRICACULT	61
<b>Tabela 4</b>	Leis decorrentes das ações dos documentos para a implementação de órgãos estatutários no campo da cultura	98
<b>Tabela 5</b>	Conferências anuais de História Oral da OHASA	101
<b>Tabela 6</b>	Tipologias sobre o Patrimônio material e imaterial	122

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Monumento em homenagem a Mandela no Nelson Mandela Capture Site Apartheid Museum 105
- Figura 2** Monumento de Mahatma Gandhi no centro de Pietermaritzburg 106
- Figura 3** Mulheres sul-africanas no Indoni Miss Cultural South Africa 2016. 108
- Figura 4** Indoni Miss Cultural Festival 2016. 109

## LISTA DE SIGLAS

ACTAG	Arts and Culture Task Group
ANC	African National Congress
AFRICACULT	Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África
DAC	Department of Arts and Culture
FRELIMO	Frente de Libertação Nacional de Moçambique
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KZN	Kwazulu-Natal
MONDIACULT	Declaração do México sobre Políticas Culturais
NAC	National Arts Council
NAOHP	National Oral History Programme
NEPAD	New Partnership for Africa's Development
NHC	National Heritage Council
NIMOHP	National Indigenuos Music and Oral History Project
NIMP	National Indigenuos Music Programme
NMC	National Monuments Council
OUA	Organização da Unidade Africana
OHASA	Oral History Association of South Africa
ONU	Organização das Nações Unidas
PACs	Performing Arts Council
RDP	Reconstruction and Development Programme
RPT	National Programme of the Rassemblement du People Togolais
SAHRA	South African Heritage Resources Agency
SATOUR	South African Tourism

UKZN

University of Kwazulu-Natal

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1 CULTURA E PENSAMENTO OCIDENTAL: ENTRE IDENTIDADES E DESIGUALDADES.....	26
1.1 Multiculturalismo: conceito e movimento .....	36
1.2 As Políticas Culturais: uma política pública da diversidade.....	44
1.3 As políticas culturais no continente africano.....	59
2 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E CULTURA NO PÓS-APARTHEID: OS DOCUMENTOS LEGAIS.....	67
2.1 Um projeto para a institucionalização da cultura na África do Sul pós-apartheid .....	72
2.2 A institucionalização de uma política cultural na construção da Rainbow Nation .....	81
3 A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO UMA POLÍTICA CULTURAL NO PÓS- APARTHEID.....	104
3.1 O patrimônio e o turismo como uma política cultural no pós-apartheid.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	128
REFERÊNCIAS .....	130

## INTRODUÇÃO

Ao focar a África do Sul, com ênfase nas conexões entre Estado e Cultura, no período pós-Apartheid, esta pesquisa parte do reconhecimento de que África e os estudos africanos influenciaram significativamente o pensamento dos principais intelectuais, e inclusive as formulações teóricas sobre as quais operam as ciências sociais e humanas contemporâneas (BATES; MUDIMBE; O'BARR, 1993).

Esta pesquisa se relaciona diretamente à *Linha de Pesquisa Estado, Cultura e Políticas Públicas*, da área de concentração Políticas Públicas e Movimentos Sociais. Nessa perspectiva, reconhece-se a relevância de se entender o funcionamento das instituições e do próprio Estado, de compreender “como e porque os governos optam por determinadas ações” (SOUZA, 2006, p. 22), mas também de reconhecer que os sujeitos tidos como objetos das ações dos estados e governos respondem e podem interferir nas próprias políticas estatais e governamentais.

Esta dissertação se justifica em primeiro lugar por fazer parte de um programa mais amplo alicerçado na proposta de um intercâmbio entre universidades do Sul do Mundo, do Brasil e de África, reconhecendo que um grande problema a ser enfrentado no século XXI não é a linha de cor e raça (socialmente construída) que define relações sociais locais e globais, mas sim, a invisibilização dessa linha. Trata-se de tentar contribuir para a descolonização de dentro de uma instituição que é vista como instituição da colonialidade do poder, a universidade.

Em segundo lugar, quando da elaboração do projeto que culminaria nesse texto final de dissertação, partia-se do reconhecimento de uma necessidade de ações, em diferentes modalidades, no ensino, na extensão e especialmente na pesquisa, visando à implementação da Lei 10.639/03 que legisla sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras no país. A efetivação dessas ações previstas na lei, embora em curso, ainda enfrenta obstáculos. É exatamente esta lacuna e este silêncio, em conexão com experiências sociais e históricas gestadas no Maranhão, que este projeto pretende contribuir para preencher. Mas, o ensino de História encontra-se ameaçado no momento, devido à medida provisória 746/2016 da reforma do ensino médio, que se efetivada deixará de ser obrigatória a disciplina de História e conseqüentemente o ensino de história e cultura africana e afro brasileira, mas lutemos para que as conquistas do movimento

negro não sejam ignoradas e que possamos trilhar os novos caminhos para se conhecer o continente africano em sua pluralidade e dinamicidade.

Os temas relativos aos estudos africanos estão cada vez mais sendo tratados de modo relevante no vasto e competitivo campo da pesquisa acadêmica nas diferentes áreas. Se, nos Estados Unidos, por exemplo, desde os anos de 1960 se pode observar um movimento de crescimento da pesquisa acadêmica em diferentes áreas sobre África (BATES et al. 1993), no Brasil, movimento similar a esse se pode verificar apenas a partir dos anos dois mil, a partir da promulgação da lei 10.639/2003, ampliação de cursos e disciplinas acadêmicas voltados a temática africana e afro-brasileira (ZAMPARONI, 2007). Isto que permitirá ampliar os conhecimentos escassos ou mesmo conhecer e construir uma história mais crítica e densa das realidades do passado e do presente do continente africano.

Em terceiro lugar, destacaríamos como justificativa o fato de que comecei a me interessar em realizar pesquisa sobre o continente africano desde 2010, quando iniciei a graduação em Ciências Humanas - Sociologia no Campus de Bacabal da Universidade Federal do Maranhão. Na ocasião, fui entre 2011 e 2014 bolsista do programa de Educação Tutorial (PET) Ensino e Interdisciplinaridade, desenvolvendo o subprojeto Fábrica Afro Interdisciplinar: Promovendo a Igualdade Racial a partir de Bacabal-MA, através do qual analisamos e propomos mecanismos para se trabalhar temáticas africanas e afro-brasileiras em salas de aula do ensino básico. Os resultados dessas ações aconteceram em participações e publicações em eventos científicos (RODRIGUES, 2011).

As atividades realizadas através do Pet demonstraram a necessidade de ampliação do conhecimento sobre África, bem como a realidade do preconceito e da ignorância acerca desse continente. Tais ações, correlacionando ensino, pesquisa e extensão, ganharam novos direcionamentos no âmbito do NEÁFRICA, o que possibilitou mais conhecimento e, conseqüentemente, vigorosos debates sobre o continente africano. Um dos principais resultados deste trabalho inicial consiste na monografia “Imprensa, letrados e movimentos (anti)coloniais em Moçambique (c. 1880-1930)”, defendida em 2014 (RODRIGUES, 2014).

Em quarto lugar, é preciso salientar que se o Brasil e, particularmente, estados como a Bahia e o Maranhão, constitui um centro de e para pesquisas no campo dos estudos afro-brasileiros (destacando-se os estudos sobre escravidão e sobre cultura popular e negra), deve-se salientar que, particularmente no caso do

Maranhão, pouco ou nada se tem feito no que concerne à pesquisa no campo dos estudos africanos. No Maranhão, atualmente, há pouquíssimos grupos e estudantes brasileiros interessados em realizar pesquisas sobre o continente africano.

Outro aspecto importante diz respeito à iniciativa da Universidade Federal do Maranhão em criar no ano de 2015 o primeiro curso de Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros de nível superior do Brasil, atendendo assim, a emergência de novas discussões e debates sobre o continente africano e sua diáspora. É importante frisar que no estado da Bahia há uma Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO) desde 2005. Tal iniciativa do Estado do Maranhão não pode ser vista como isolada, mas parte das reivindicações dos movimentos sociais por igualdade e respeito à diversidade do país.

Finalmente, entende-se também que esta pesquisa é relevante por pretender levar a cabo uma abordagem no eixo sul-sul, já que se sabe que os estudos africanos têm tido um papel central no desenvolvimento das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas (BATES, MUDIMBE, O´BARR, 1993).

Paul Gilroy (2001, p. 21) afirma que é preciso uma historiografia que relacione as culturas negras do século XX com o nómos do pós-moderno planetário, atentando-se, ao mesmo tempo, para a própria terra onde se diz que as culturas locais têm suas raízes, e para o Atlântico – configurado como um sistema de trocas culturais. Assim, poder-se-ia afirmar que são necessárias ações e intervenções que relacionem e reflitam sobre as experiências contemporâneas dos grupos subalternizados e dos negros nos dois lados do Atlântico Sul, numa perspectiva heterárquica e colaborativa (BARROS, 2014).

O objeto desta pesquisa consiste na relação entre Estado e Cultura pós Apartheid, período de construção de um projeto de democratização na África do Sul, relação que se configura através das ações dos diferentes sujeitos e instituições sociais, e seus códigos, leis e políticas estatais e governamentais na formulação de políticas culturais.

Com o fim oficial do regime do Apartheid se têm buscado uma construção de nação baseada na multiculturalidade. O epíteto *Rainbow Nation* se apresenta como congregador e gerador de uma nova sensibilidade social nacional sul-africana, que deveria ser marcada pelos contatos entre diferentes e desiguais sujeitos das mais diversas origens étnico-raciais (BARROS, 2012). Mas como está se dando a construção dessa anunciada nova nação? Qual a relação entre Estado e cultura na

formação de uma nação sul-africana pós-Apartheid? Como o patrimônio e o turismo passam a fazer parte de uma política pública de cultura?

Para compreender esse projeto político e ideológico baseado na diferença étnica em um estado multiétnico, certamente, é preciso observar as concepções de etnicidade e nação, posto que são categorias essenciais nesse processo de formação de um Estado marcado pela diversidade.

A substituição de uma concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica é atribuída a F. Barth, para quem, “a identidade étnica como qualquer identidade coletiva (ou pessoal) é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não”. Dessa forma, nesses processos, o que deve se levar em conta não é a soma das diferenças “objetivas”, mas aqueles traços que os próprios atores consideram como significativos. Assim, etnicidade não pode ser vista como um conjunto intemporal, imutável de “traços culturais” transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo. (LAPIERRE, 2011).

Aprofundando as questões levantadas por Barth, Poutignat e Streiff-Fenart (2011) argumentam que a questão fundamental da etnicidade é aquela da fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum. Dessa forma, aquilo que diferencia a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva seria o fato de ela ser orientada para o passado, aquele passado no qual a memória coletiva é representada. A etnicidade também se relaciona às ideias e experiências de libertação nacional e reivindicações do Terceiro Mundo e das minorias do Ocidente.

A tese postulada por Poutignat e Streiff-Fenart (2011) serve como base para pensar a etnicidade em sua relação direta com a reivindicação de direitos sociais. Esta parece ser uma das principais estratégias que os sul-africanos lançam mão para a construção da nova África do Sul.

Na contemporaneidade, etnia se conecta a outras concepções, como “as de povo, de raça ou de nação, com as quais mantêm relações ambíguas cujo rastro encontramos nos debates contemporâneos” (POUTIGNAT; STREFF-FENART, 2011, p. 33), por isso, analisar a construção da nação na África do Sul pós-Apartheid é tentar perceber como o Estado tem lidado com as culturas dos grupos étnicos.

Assim como a etnicidade para Poutignat e Streff-Fenart (2011), a nação para Hobsbawm (2013, p. 27-31) está ligada à modernidade. Para o autor, o significado da palavra nação foi modificado ao longo do tempo. No século XIX, significava “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino”; posteriormente, “era dada como um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum e também o território constituído por esse Estado e seus habitantes considerados como um todo”. No século XX, o termo nação é descrito como “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral, falam a mesma língua e possuem uma tradição comum”.

A concepção de nação moderna colocada por Hobsbawm, e a qual conhecemos hoje, pautada no território, em um centro de poder comandado por um governo, tem suas bases na “Era das Revoluções” quando a “Nação’ é vista como corpo de cidadãos cuja soberania os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBBSAWM, 2013, p.31).

A nação se apresenta como um sentido partilhado entre seus membros. Segundo Benedict Anderson (2005), a nação é, antes de tudo, uma comunidade política imaginada como entidade territorial limitada e soberana:

É imaginada porque até os membros das menores da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa nação, mas ainda assim, na mente de cada um existe a imagem de sua comunhão [...] é imaginada como limitada, porque até a maior das nações, englobando possivelmente mil milhões de seres humanos vivos, tem fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais se situam outras nações. Nenhuma nação se imagina a si própria como tendo os mesmos limites da humanidade. É imaginada como soberana porque [...] anseiam por ser diretamente livres [...] Estado soberano garante e o emblema dessa liberdade. [...] a nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma nas nações, é sempre concebida como um a agremiação horizontal e profunda (ANDERSON, 2005, p.25-27).

O professor africano J. Isawa Elagwu compartilha das concepções de nação levantadas acima. Para Elagwu (2010, p. 522-523), a nação se apresenta como objetiva e subjetiva. Analisando a edificação da nação e a formação de Estados na África pós-colonial, relaciona o conceito de nação “ao menos a três categorias de grupos humanos”: primeiro, a nação se refere a um processo historicamente evoluído, no qual o território e a língua formam uma base comum. Em segundo lugar, a nação pode designar um território comandado por um governo. “E em terceiro lugar a nação pode ser um povo ou uma tribo”.

Em relação aos fatores objetivos e subjetivos. Os primeiros estão relacionados à “língua, a história, o território, a cultura, a organização política e a vida econômica”. Quanto aos subjetivos “compreendem especialmente um sentimento comum de identidade e um engajamento comum ou uma fidelidade de cada um frente ao grupo” (ELAGWU, 2010, p.523).

As concepções levantadas até aqui ajudarão a pensar a construção da nação da África do Sul pós-apartheid (1995-2016), momento em que o Estado torna-se sujeito importante na construção de políticas públicas para a valorização dos grupos étnicos.

Mas o que são políticas públicas? As políticas públicas se apresentam como regulação ou intervenção na sociedade, é o que nos diz Maria Ozanira Silva e Silva (2001). Para a autora, há interesses em jogo, mas “toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social” (SILVA, 2001, p. 38).

Para Maria das Graças Rua, “as políticas públicas (policies), [...], são *outputs*, resultantes das atividades políticas (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores”. É esse “caráter imperativo” que lhe dá o sentido de público. “Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” (RUA, s. d, p. 2). São as ações e decisões revestidas do poder soberano do Estado que conferem reconhecimento a uma política pública.

A política pública como atividade do governo que influencia a vida do cidadão nas suas diferentes dimensões (econômica, política, social e cultural) possui um caráter transformador, pois é possível objetivar em suas ações atender as demandas levantadas pelos sujeitos (SOUZA, 2006). Celina Souza, partindo da definição de Dye (1984), sintetiza a conceituação de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (DYE apud SOUZA, 2006, p. 24). Nesse sentido, as políticas patrimoniais se encaixam nessa definição, no momento em que o Estado seleciona certos bens e símbolos de determinada cultura para patrimonializar.

A construção da nação sul-africana se relaciona ao universo da cultura, quando essa é concebida pelo Estado como símbolo de uma identidade nacional a

partir das diversas manifestações culturais dos povos da região. A cultura é concebida como elemento integrador de uma nova África do Sul pós-apartheid. Fato que se assemelha ao Brasil no período do Estado Novo com Getúlio Vargas, que tinha em seu projeto político e ideológico a construção de uma nação contraposta ao sistema anterior oligárquico da Primeira República (BARBALHO, 2000).

Para Barbalho (2000), o projeto político getulista transformava as coisas do povo, como o samba, o futebol e o carnaval, em elementos nacionais. E “é neste processo de apropriação de manifestações populares e subsequente transformação em símbolos de identidade nacional que talvez resida uma peculiaridade na dinâmica cultural brasileira” (OLIVEN, 1984, p.47). Guardadas as diferenças e especificidades, podemos pensar nessa dinâmica quando nos aproximamos da África do Sul do tempo presente, posto que ali também, de diferentes maneiras, se tenta valorizar – embora desde já se deva reconhecer todas as limitações desse processo de valorização – expressões e práticas culturais dos sujeitos subalternizados.

No período pós-Apartheid há um processo de patrimonialização que faz parte da construção da nação. As políticas patrimoniais, entendidas aqui como políticas públicas, são concebidas pelo governo para a preservação da memória de determinadas pessoas e lugares que representariam a luta contra o Apartheid na África do Sul racista e segregada.

A ideia de preservar, restaurar, e promover o patrimônio da África do Sul tem feito parte das políticas governamentais pelo menos desde que Mandela assumiu o governo sul-africano em 1995, mas a intensificação da valorização dos patrimônios negros parece ter se intensificado com os governos Zuma. (BARROS, 2012, p.174).

O professor e intelectual sul-africano Neville Alexander (2006, p. 125), companheiro de Mandela na luta contra o Apartheid, pontua que um dos objetivos históricos da África do Sul pós-apartheid é a construção de uma nação. Examinando a política de ação afirmativa em relação às identidades raciais formadas ao longo da história da África do Sul, pontua que “o princípio da reparação histórica continua a ser a estrela-guia de todas as políticas de transformação social na atual fase da história da África do Sul”.

A reparação colocada pelo autor refere-se às políticas de ações afirmativas<sup>1</sup> naquele país, porém, perpassa pelas políticas públicas, no caso aqui estudado, as políticas patrimoniais que estão sendo implementadas. “A ideia de ‘nação arco-íris’ tem sido à base desses projetos de reconstrução nacional de símbolos políticos para o resgate da identidade nacional” (RIZZI, 2010, p.262).

Na construção da nação sul-africana pós-apartheid, as políticas patrimoniais fazem parte de um programa do Estado que visa a patrimonialização de bens, pessoas, lugares e memórias em torno das marcas do Apartheid.

Ao contrário do que parece ser o Brasil, a África do Sul é um centro vivo de memória, no caso, da memória do Apartheid e da luta contra esse sistema. Perde-se a conta de quantos prédios foram transformados em museus, de quantas placas, bustos e estátuas estão espalhados pelas cidades e estradas lembrando os personagens e eventos que consolidaram a luta contra a segregação racial. (BARROS, 2012, p.147).

A patrimonialização também se insere em uma política desenvolvimentista do estado sul-africano, nesse sentido, o turismo é inserido em programas do governo para o desenvolvimento de regiões, valorização, conhecimento e divulgação das práticas culturais dos grupos étnicos. No portal do governo da África do Sul há várias informações sobre turismo, proporcionando ao visitante da página um “passeio”, por seus principais pontos turísticos, que muitas vezes poderiam ser classificados como lugares étnico-culturais<sup>2</sup>. Tornaram-se recorrentes campanhas publicitárias e ações do Estado no incentivo ao turismo étnico ou turismo comunitário com relação direta com o patrimônio. (RASSOL, 2000; SOUTH AFRICA, 2012).

A patrimonialização está ligada ao turismo cultural, com o reforço da diversidade de identidades culturais, com a conservação e preservação de bens culturais. “A patrimonialização traz consigo estratégias de sobrevivência, voltadas para a mercantilização do patrimônio cultural”. A autora Sandra Siqueira Silva alerta para essa “espetacularização, industrialização, stantardização dos bens culturais a venda de uma mercadoria; dando-se maior importância ao objeto a ser comercializado do que as necessidades da coletividade produtora da mercadoria, atribuindo-se aos bens culturais um valor econômico” (SILVA, 2011, p. 111).

---

<sup>1</sup> Políticas voltadas para a redistribuição do poder e dos recursos econômicos, sociais, culturais e políticos que constituíram a causa fundamental da luta contra o capitalismo racial em geral contra o apartheid em particular. (ALEXANDER, 2006).

<sup>2</sup> O portal do governo da África do Sul administrado pela embaixada do Brasil disponibiliza serviços e informações de passaporte e vistos, turismo, Indústria e Comércio e curiosidades sobre o país <http://www.africadosul.org.br/>.

Diferentemente de Silva (2011), Juliana Braz Dias (2012) defende que a mercantilização não é um risco para o patrimônio, pois é seu uso que possibilitará a patrimonialização de certos bens. É através da mercantilização, da globalização e de seu reconhecimento como objeto de valor tanto material como simbólico que se criam interesses do Estado em oficializar processos de patrimonialização. Analisando a música cabo-verdiana e sua relação com o mercado e a patrimonialização, a antropóloga assevera que “patrimônios são mercantilizados. Trata-se de processos complexos de idas e vindas, por meio dos quais novos significados são atribuídos [...]”. (DIAS, 2012, p.46).

Nesse processo de patrimonialização, Aldina Melo se refere ao caso da dança zulu que como expressão cultural étnica cumpre para o Estado sul-africano “o papel de entreter turistas e fazer movimentar o capital na África do Sul através da festa, da dança e da performance de homens e mulheres”. Afirma ainda que “a Dança Zulu tem movimentado o turismo na África do Sul, o que também contribuiu para o seu processo de patrimonialização” (MELO, 2014, p. 17-23).

Na perspectiva de Wilson Trajano Filho, “a patrimonialização é antecedida pelo processo de pré-patrimonialização comandada por atores não-estatais: pelos atores sociais locais e pela intelectualidade nacional” (TRAJANO FILHO, 2012, p.38).

Importante salientar que tanto durante quanto, sobretudo, após o Apartheid, diferentes expressões da cultura zulu, como a *zulu dance*, tem movimentado o turismo na África do Sul, o que também tem contribuído para seu processo de patrimonialização. Livio Sansone argumenta ser “evidente a progressiva globalização dos processos de preservação e patrimonialização, assim como das categorias e critérios que os norteiam”. Ele retoma Camaroff para afirmar que “muita [...] ‘cultura’ antiga ou presente precisaria ser resgatada e preservada, seja quando há demandas por parte das populações interessadas, seja quando algum projeto de desenvolvimento de uma determinada região na base do turismo cultural o exige” (SANSONE, 2012, p. 7).

De fato, alguns estudos têm apontado para a intensificação do processo de mercantilização dos diferentes elementos da cultura zulu via indústria do turismo na África do Sul (XULU, 2005; MASUKU, 2005). Observa-se que aquela cultura e seus produtos culturais, como a música, a dança e o artesanato se consolidaram como elementos do turismo principalmente a partir dos anos 1990.

Esses novos discursos sobre patrimonializar envolvem diferentes modos de agenciamentos, à base de conflitos e de negociações, assim como questões relacionadas ao modo de entendimento e de interpretação de processos culturais (MOTTA, 2014; XULU, 2005). O fato é que, atualmente, diferentes formas de cultura zulu, como a *Zulu Dance*, vêm sendo tomadas pelas políticas estatais e governamentais na África do Sul como Patrimônio Cultural. Esse movimento parece se intensificar a partir de 1994, quando o Apartheid (POSEL, 1991) é substituído pela democracia formal nesse país, abrindo-se um processo de reinvenção institucional e simbólica da nação (COETZEE, 1998; HARRIS, 2002; NUTTALL, 1988; BARROS, 2012).

Deve-se salientar que é significativo o papel de setores e atores globais atuando na determinação dos processos de patrimonialização na África do Sul, o mesmo ocorrendo em outros países de África, a exemplo da África do Sul (BARROS, 2012), Moçambique (LEITE, 2009), Cabo-Verde (DIAS, 2012). A criação de lugares de memória nos países africanos não seria, por conseguinte, o resultado de agendas puramente locais. De fato, diferentes pesquisadores têm mostrado que os processos de patrimonialização, criadores de lugares de memória, em África, se relacionam a agências e agendas internacionais (BARROS, 2012; DIAS, 2012; ROWLANDS; JONGE, 2006; TRAJANO FILHO, 2012).

O patrimônio, nas palavras de José Reginaldo Santos Gonçalves (2003, p.31), oferece possibilidades e limites para o entendimento da vida social e cultural, sendo uma categoria de pensamento no campo antropológico. “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir [...] faz mediação entre passado e presente [...] O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”.

Para Regina Abreu, em seu estudo sobre patrimônio genético (2009, p. 35), “a emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. Era preciso salvaguardar os vestígios do passado, ameaçados de destruição”. Partindo da concepção da autora podemos pensar a patrimonialização na África do Sul ligada a esse sentimento de perda de identidade no período do Apartheid, que agora é valorizado para a construção de uma identidade nacional. No pós-Apartheid diversas têm sido as tentativas de se reconstruir tanto social e econômica quanto cultural e simbolicamente a nação. (BARROS, 2012, p.141).

Além desta breve introdução, esta dissertação segue dividida em mais três capítulos. No capítulo 1, discuto acerca das relações entre cultura e pensamento ocidental, destacando diferentes concepções de cultura, especialmente a ampliação dos sentidos do termo, mas, sobretudo, salientando que essa categoria se relaciona a processos de construção de diferença e de desigualdade. No capítulo 2, analiso os documentos legais do pós-Apartheid para compreender a relação entre Estado e Cultura na África do Sul e como na construção da Rainbow Nation as políticas culturais foram formuladas. No capítulo 3, a partir do percurso da compreensão da ampliação dos sentidos atribuídos ao termo cultura e do campo das políticas culturais, examino o patrimônio como resultado de uma política pública de patrimonialização, procurando compreender tal processo do estado sul-africano no pós-apartheid, quando o patrimônio juntamente com a cultura passa a fazer parte de ações estratégicas do estado com o turismo cultural.

## 1 CULTURA E PENSAMENTO OCIDENTAL: ENTRE IDENTIDADES E DESIGUALDADES

Começemos essa discussão acerca da concepção de cultura compartilhando da indagação proposta por Robert Young (2005, p. 35) “Terá a cultura sido sempre uma forma de conferir sentido e valor à igualdade e a diferença?” É com esse questionamento que o autor analisa como o termo foi sempre posto a conferir identidade e diferença, o eu e o outro uma operação antitética.

A cultura entendida como conjunto de expressões e práticas constituída de artes, ciências, técnicas, filosofia ou ofícios adquirido pelo homem, transformou-se ao longo do tempo. Vinda do verbo latin *colere*, estava ligada ao cultivo da terra. Posteriormente, passou a ser usada relacionada ao cultivo do homem, no sentido de que homem cultivado seria um homem refinado. No século XVIII, com o Iluminismo, a concepção de cultura estava ligada a civilização, definindo um padrão civilizatório de uma sociedade, hierarquizando segundo um critério evolutivo, e esse ligado a progresso (CHAUÍ, 2008; BAPTISTA, 2008; YOUNG, 2005).

A definição europeia do conceito de cultura silenciou e negou a vários outros povos e nações a possibilidade de terem suas práticas, sociabilidades e valores classificados como cultura. Algumas vezes, no passado, passou-se a designar as culturas dos não europeus ou mesmo dos europeus mais pobres, dos homens e mulheres do campo, por exemplo, como *folclore*. Em alguns contextos, o folclore era visto como atraso e implicava que em um grupo social faltava desenvolvimento para o progresso civilizatório (FERRETTI, 2007).

O antropólogo Sérgio Ferretti, analisando a relação entre cultura popular, folclore e cultura erudita, destaca que no passado houve um maior prestígio da cultura erudita e perseguições contra as festas populares no estado do Maranhão, que eram vistas como um ato folclore impossibilitando o desenvolvimento social da sociedade maranhense no século XIX. Tal visão desencadeou perseguições por parte do Estado a manifestações populares na capital São Luís nesse período, que considerava a cultura popular como uma prática primitiva, precisando ser combatida. “As comemorações populares eram vistas como atraso, como falta de desenvolvimento, de progresso e de civilização e pediam-se providências e o

controle da polícia para garantir o sossego das famílias” (FERRETTI, 2007, p. 46). As ações de controle perduraram ao longo do século XX. Somente na segunda metade do século que essas manifestações deixaram de ser perseguidas e passaram a fazer parte das atrações turísticas desenvolvidas pelo Estado (FERRETTI, 2007), e inseridas no campo das políticas culturais (ROCHA, 2014).

As ciências humanas e sociais como áreas acadêmicas contribuíram para a concepção hierarquizada da cultura, é o que pontua Marilena Chauí (2008, p. 56-57). “O conceito iluminista de cultura, profundamente político e ideológico, reaparece no século XIX, quando se constitui um ramo das ciências humanas, a antropologia”. Os antropólogos usaram o conceito iluminista de evolução ou progresso estabelecendo um padrão de medidas entre culturas tendo como base a Europa capitalista. “As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do ocidente capitalista e a ausência desses elementos era considerada como sinal da falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída”. Tais elementos foram “o Estado, o mercado e a Escrita”.

Os elementos utilizados para considerar determinadas sociedades como detentoras de cultura foram definidos a partir de um padrão eurocêntrico, importados para lugares por onde o colonialismo e posteriormente imperialismo penetraram. O continente africano foi por muito tempo considerado um lugar dito não-civilizado. Com isso, seus povos teriam crenças, práticas e costumes, considerados folclóricos, mas não culturais, pois não apresentavam os elementos padrões para tal. “No passado, em toda parte predominava o prestígio e o interesse pela cultura erudita” (FERRETTI, 2007, p. 42).

É na segunda metade do século XIX com a filosofia alemã que o conceito de cultura é ampliado pela filosofia (CHAUÍ, 2000). Filósofos, antropólogos sociais e políticos “buscarão desfazer a definição etnocêntrica o imperialista da cultura”, e passam a conceber que cada cultura exprime histórica e materialmente “a ordem humana ou simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria” (CHAUÍ, 2000, p. 57). É com esse entendimento para além de padrões europeus, compreendendo as várias formas de sociabilidade e vivência que a ideia de cultura passa a ter uma abrangência maior, considerando as formas simbólicas como cultura e essa sendo definida no plural: *culturas*, como se observa, sobretudo, a partir do século XX embora com preâmbulos desta perspectiva no romantismo alemão (CHAUÍ, 2000).

Na ampliação da concepção de cultura, a Filosofia passa a compreender a cultura como modo específico da existência do homem em sociedade e que se manifesta em diferentes ações de sua realização:

A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo. A Cultura se realiza porque os humanos são capazes de linguagem, trabalho e relação com o tempo. A Cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política. (CHAUÍ, 2000, p. 61).

Dessa maneira, “Cada cultura inventa seu modo de relacionar-se com o tempo, de criar sua linguagem, de elaborar seus mitos e suas crenças, de organizar o trabalho e as relações sociais, de criar as obras de pensamento e de arte [...] tem seu modo próprio de organizar o poder e a autoridade, de produzir seus valores” (CHAUÍ, 2000, p. 61-64).

Com essa ampliação do termo, quando cultura passa a ser tratada no plural, leva a um reconhecimento no campo simbólico público, abrindo um terreno de disputas e conflitos entre Cultura e Estado no ocidente. O Estado é associado ao poder político e econômico e a cultura, por sua vez, ao poder espiritual (BAPTISTA, 2008; FERRETTI, 2007).

Laraia, na busca pela definição de cultura, diz-nos que no final do século XVIII, “o termo germânico *kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente as realizações materiais de um povo”. Essas concepções foram reformuladas por Tylor para a definição “inglesa de *Culture*, que ‘tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. (TYLOR apud LARAIA, 2003, p. 25).

Laraia assevera que a cultura como sistema de crenças, valores e costumes teve suas formulações em um modelo etnocêntrico, supervalorizando determinados modos de comportamento em detrimento de outros tidos como inferiores. Na busca de explicar as diferenças de comportamento entre os homens, desde a Antiguidade o ambiente físico foi um fator usado para explicar as diferenças de determinados grupos em relação a outros. Nesse contexto, comumente, o ambiente físico é apresentado como fator determinante para a explicação da

diferença entre o Norte dito racional e desenvolvido, e o Sul, irracional e subdesenvolvido. Os povos do norte teriam hábitos, costumes e cultura enquanto os do sul não deturpavam esses elementos. Essa visão eurocêntrica foi perversa, silenciou e negou a vários povos e sociedades um tratamento digno e de valorização de suas práticas e territórios.

Laraia (2003) traz como exemplos casos desde a antiguidade até situações mais modernas. Começamos pelo historiador grego Heródoto que viveu antes da era cristã (428-424 a.C.). Heródoto descreveu o sistema social dos povos lícios, e considerou seus costumes diferentes em relação a todos os outros povos do mundo, tomando a sua organização social para pensar a dos povos lícios. Depois de Heródoto, Laraia utiliza o exemplo de Tácito (55-120), um cidadão romano que descreveu sobre as tribos germânicas; Marco Polo, viajante italiano descrevendo o costume dos tártaros; o padre José de Anchieta (1534-1597), um português descrevendo os costumes dos tupinambás nas novas terras exploradas; Montaigne (1533-1572), que também descreveu os tupinambás, mas considerando o “relativismo cultural”. Os exemplos postos por Laraia nos ajudam a compreender como o termo cultura foi empregado em determinados momentos e como foi moldado e transformado ao longo do tempo, mas sempre com uma perspectiva eurocêntrica de/na construção do outro, conferindo identidade e diferença (YOUNG, 2005).

Laraia formulando as ideias sobre a origem da cultura utiliza uma passagem de Levi-Strauss que “considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma”. Nessa perspectiva, tem-se a cultura como um processo que foi evoluindo gradativamente, passando de uma natureza física a um mundo social. “A cultura desenvolveu-se, pois, simultaneamente com o próprio equipamento biológico e é, por isso mesmo, compreendido como uma das características da espécie ao lado do bipedismo e de um adequado volume cerebral”. Essa postulação de Laraia deriva dos estudos e entendimentos de alguns antropólogos, como Clifford Geertz, que partiam da concepção de que o homem evoluiu não acontecendo o mesmo com o macaco, objeto de comparação. (LARAIA, 2003, p. 56).

A concepção de cultura na Idade Média e no Renascimento estava associada ao riso, que Bakhtin (1987) chama de “cultura cômica popular”. Nesse período, os ritos, as comemorações e manifestações do povo tinham um caráter

cômico. O riso era o principal elemento, mas com o passar dos séculos há uma “degeneração” do uso da cultura popular. Isso ocorreu no século XVII, período do Iluminismo, da razão e do projeto civilizatório em que a concepção burguesa e europeia limitou sua concepção de mundo.

Marina de Andrade Marconi e Zelia Maria Neves Presotto (2010) pontuam que o uso da palavra cultura apresenta-se muitas vezes no sentido de desenvolvimento do indivíduo por meio da educação, da instrução, assim, “uma pessoa ‘cultu’ seria aquela que adquiriu domínio no campo intelectual ou artístico. Seria ‘inculta’ a que não obteve instrução”. A distinção de “culto” e “inculto” não é utilizada pelos antropólogos por compreenderem que tal uso implicaria em colocar em grau de superioridade uma em detrimento da outra. “Para os antropólogos, a cultura têm um significado amplo: engloba os modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em sociedade”, transmissão em constante evolução “O conceito de cultura varia no tempo, no espaço e em sua essência”. (MARCONI E PRESSOTTO, 2010. p. 21).

Tylor, em 1871, numa das primeiras definições de cultura de que se tem notícia, propôs: “Cultura... é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1981 apud MARCONI E PRESSOTTO, 2006, p. 22). Passando por Ralph Linton (1936), Franz Boas (1938), Malinowski (1944), Kroeber e Kluckhohn (1952), Beals e Hoijer (1953), Felix M. Keesing (1958), Leslie A. White (1958), G.M. Foster (1962), Geertz (1973), mesmo com formulações diferentes a respeito do termo cultura seus estudos foram essenciais para “aprender a cultura como um todo, sob vários enfoques”. (MARCONI E PRESOTTO, 2010. p. 22-24).

A cultura, portanto, pode ser analisada, ao mesmo tempo sob vários enfoques: ideias (conhecimento e filosofia); crenças (religião e superstição); valores (ideologia e moral); normas (costumes e leis); atitudes (preconceito e respeito ao próximo); padrões de conduta (monogamia, tabu); abstração do comportamento (símbolos e compromissos); instituições (família e sistemas econômicos); técnicas (artes e habilidades); e artefatos (machado de pedra, telefone). (MARCONI E PRESOTTO, 2010. p. 24).

A cultura, como um campo denso e tenso de conflitos e contradições possibilita múltiplas análises e diferentes enfoques, seja no campo econômico, social ou político, isso porque como assevera Young (2005, p. 36) “a cultura é sempre um processo dialético, inscrevendo e excluindo a sua própria alteridade”. Cultura é uma

categoria em constante mudança, certamente porque aponta para situações concretas mutáveis. “Toda sociedade engloba um conjunto de conhecimentos, crenças, valores e normas de comportamento que, embora seja uma herança acumulada do passado, continuamente, a cada geração, vai se aperfeiçoando” (MARCONI E PRESOTTO, 2010, p. 30).

Ainda para Marconi e Presotto (2010), a cultura tem uma “essência” que pode ser dividida em três elementos: as ideias, as abstrações e os comportamentos. Formulando as ideias das autoras acima citadas José Lisboa Moreira de Oliveira (S/A, s.p) sintetiza os três elementos “As ideias são concepções mentais das coisas concretas ou abstratas. As abstrações são a capacidade de contemplar as ideias e traduzi-las em sinais e símbolos. Os comportamentos são os modos de agir dos grupos humanos, a partir das ideias e das abstrações”.

As concepções de cultura tidas como abstrações são seguidas por diversos antropólogos por compartilharem “que a cultura é uma abstração ou consiste em abstrações, [...] coisas e acontecimentos não observáveis, não palpáveis, não tocáveis.” Além disso, “inúmeros antropólogos consideram a cultura como comportamento aprendido, característico dos membros de uma sociedade, [...]. Cultura resulta da invenção social; é aprendida por meio da aprendizagem e da comunicação”. Nesse sentido a cultura é fruto do meio social, não algo herdado ou hereditário. “A cultura consiste, portanto, em uma série de coisas reais que podem ser observáveis, ser examinadas num contexto extra-somático” (MARCONI E PRESOTTO, 2010, p. 24-26).

A cultura enquanto algo a ser analisado a partir da observação apresenta-se como cultura material ou imaterial, cultura real e cultura ideal (MARCONI; PRESOTTO, 2010). O primeiro conceito consiste na cultura de “pedra e cal”, concepção que perdurou por longas datas na definição do patrimônio da UNESCO, em que os monumentos arquitetônicos, os grandes templos e produtos são resultado da construção e técnica humana.

A cultura imaterial, por sua vez, consiste em elementos intangíveis da cultura, que estão ligados às crenças, conhecimentos e formas de ensinamento repassado oralmente, não consistindo em algo palpável. “Os membros de uma sociedade compartilham certos conhecimentos e crenças como reais e verdadeiros”. A cultura real são as atividades cotidianas dos membros de uma sociedade: “a cultura real não pode ser percebida em sua totalidade, apenas parcialmente e, para

isso, é necessário que os estudiosos a ordenem e demonstrem em termos compreensíveis”. A cultura ideal é normativa, por estar ligada a comportamentos e valores que devem ser seguidos “A cultura ideal seria a perfeita, além, muitas vezes, do alcance comum.” (MARCONI E PRESOTTO, 2010, p. 26-27).

No campo da análise da cultura é preciso que adentremos no Relativismo Cultural que concebe que a partir da “endoculturação” os indivíduos adquirem seus modos de vida e que cada sociedade apresenta suas particularidades. Esse processo baseia-se no aprendizado do indivíduo com sua assimilação de valores e experiências do nascimento a morte, assimilando elementos da cultura estabelecidos como padrões para o grupo e a sociedade em que está inserido.

Nesse processo de endoculturação, diferenciação e assimilação, forma-se um *Padrão Cultural* que generaliza comportamentos e dita o que é aceitável ou não de uma cultura. O meio é influenciador nos padrões culturais que o indivíduo está inserido. “O relativismo cultural [...] defende o pressuposto de que as avaliações devem ser sempre relativas à própria cultura onde surgem.”, isso porque, cada sociedade define seus padrões e comportamentos tidos como válidos. O relativismo cultural serve para que não caiamos no “etnocentrismo”, perspectiva que coloca determinada cultura como superior a outra. (MARCONI E PRESOTTO, 2010, p. 31-35).

A cultura como elemento de análise precisou ser dividida, ou nas palavras de Marconi e Presotto estruturada, é o que as autoras denominam de “Estruturação da Cultura”. Essa estruturação foi necessária para que os antropólogos desenvolvessem conceitos de traços, complexos e padrões de cultura.

A estruturação da cultura nesses três elementos possibilita analisar as culturas em suas especificidades. “Os traços culturais” devem ser considerados levando em conta o todo social. “Embora os traços sejam constituídos de partes menores, os itens, estes não têm valor por si sós”. Na atualidade os antropólogos adotaram o termo elemento cultural em substituição a traço cultural. Marconi e Presotto recorrem a HOBEL e FROST que conceituam como “unidade reconhecidamente irreduzível de padrões de comportamento aprendido ou o produto material do mesmo”. (HOBEL E FROST, 1981; 20ss apud MARCONI E PRESOTTO, 2010, p. 34).

Ainda sobre a estruturação da cultura apresentam-se os “Complexos Culturais” que são os conjuntos de traços de um grupo. “O complexo cultural é

constituído, portanto, de um sistema interligado, interdependente e harmônico, organizado em torno de um foco de um interesse central [...] o complexo cultural engloba todas as atividades relacionadas com o traço cultural.”. A organização permite que o complexo cultural seja analisado a partir da relação do todo. Na estruturação da cultura ainda há os “Padrões Culturais” que partem do significado que os indivíduos acolhem como padrão o que é aceitável ou não dentro de uma determinada cultura. (MARCONI E PRESOTTO, 2010, p. 34-35).

Edward Said, em sua obra *Cultura e Imperialismo*, argumenta que a cultura pode ser definida de duas maneiras particulares: a antropológica, nessa perspectiva considera os saberes populares como cultura, e sociológica em que a cultura tem um caráter político e ideológico na afirmação de identidades.

Primeiro, ‘cultura’ designa todas aquelas práticas como artes de descrição, comunicação e representação, que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político. Incluem-se aí, naturalmente tanto o saber popular sobre partes distantes do mundo quanto o conhecimento especializado de disciplinas como a etnografia, a história, a filologia, a sociologia e a história literária. [...] Em segundo lugar, e quase imperceptivelmente, a cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o reservatório de melhor de cada sociedade, [...] A cultura, neste sentido, é uma fonte de identidade, [...]. (SAID, 1993, p.6-7)

Said questiona a segunda hipótese por entender que atua em muitos casos em prol de uma valorização de uma cultura em detrimento de outra, percepção essa que compartilho, pois a cultura como refinamento acaba por criar um binarismo: cultura popular versus cultura erudita, cultura refinada versus cultura subalterna, civilizado versus selvagem, todo um binarismo que silenciou e negou a muitos povos e sociedades a existência de suas culturas.

A negação de sociedades sem culturas, de acordo com Frantz Fanon (1980, p. 35-36), deriva de um valor normativo de certas culturas com as definições “egocêntricas, sociocêntricas” que influenciaram uma ideologia racista a partir do elemento cultural “o racismo é sem sombra de dúvidas um elemento cultural”. A assertiva do autor é definida pela “destruição dos valores culturais, das modalidades de existência. A linguagem, o vestuário, as técnicas são desvalorizados”, que “mumifica”, “exótiza” sociedades “Por um lado, há uma cultura à qual se reconhecem qualidades de dinamismo, de desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento, em perpétua renovação. Frente a esta, encontram-se características, curiosidades, coisas, nunca uma estrutura”. (FANON, 1980, p. 39).

A cultura na concepção de Luana Tereza Rocha pode ser compreendida em dois momentos: no estágio do homem em sua sociabilidade inicial e na era capitalista, que ela denomina “um amplo e outro, restrito”. O primeiro é associado ao homem junto à natureza, no seu processo de formação social; o segundo apresenta-se na sociedade capitalista que individualiza por meio do modo de produção (ROCHA, 2014, p. 23).

A cultura pode ser definida a partir de duas perspectivas: a antropológica e a sociológica, perspectivas que permitem a delimitação das políticas culturais. Isaura Botelho assim caracteriza as duas dimensões: a antropológica leva em consideração a interação dos indivíduos, suas práticas e saberes “a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando”; a dimensão sociológica, por sua vez, “refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria”, a dimensão sociológica está centrada, assim, no sistema organizacional, é uma especialização por excelência (BOTELHO, 2001, p. 74).

O antropólogo Adam Kuper ressalta as discordâncias que o tema cultura apresenta para os antropólogos e, como o termo passou a ser objeto de outras disciplinas, criando-se uma especialidade para o estudo da cultura: os estudos culturais. Kuper aborda três hipóteses sobre a cultura: a) a cultura biológica que têm suas concepções na genética e o resultado é a transferência da cultura a partir dos genes, nessa perspectiva, Kuper critica essa concepção por entender que “a cultura [...] é aprendida e não transmitida por genes.” (KUPER, 2002, p. 287).

A segunda abordagem é a evolução da cultura, a compreensão que a cultura resulta da sociabilidade e atividade humana, e como o homem, a cultura tem seus estágios de desenvolvimento. “O progresso técnico pode ser mensurado, e seus efeitos traçados na expansão e no crescimento da população humana, bem como no desenvolvimento dos sistemas sociais cada vez mais complexos e em escala cada vez maior”. (KUPER, 2002, p. 288).

A terceira abordagem é a cultura como “sistema simbólico”. Essa compreensão da cultura é a mais difundida e têm suas bases na escola americana de antropologia em que a cultura é um sistema de “ideias e valores, uma atitude mental coletiva. As ideias, os valores, a cosmologia, a estética e os princípios morais são expressos por intercâmbio de símbolos”. Para essa escola de pensamento, a partir dessa perspectiva, a cultura é um objeto de estudo empírico com “relativismo

filosófico” em que costumes e valores são variáveis. Mas acrescenta Kuper que “não existem padrões válidos [...] pelos quais as práticas e os princípios culturais podem ser julgados”. (KUPER, 2002, p. 289).

Os estudos culturais como disciplina acadêmica tratam a cultura em suas várias manifestações. Nos estudos culturais a cultura passou a ser dividida, para modelo de análise, em alta cultura ou cultura oficial, cultura de massa e cultura popular. O primeiro termo se relaciona a status social, reforçando a opressão entre classes; a cultura de massa é compreendida como falsa por alienar através dos meios de comunicação; a cultura popular é a mais aceita na perspectiva dos estudos culturais por ser compreendida como sendo do povo e para o povo.

Com a formalização e institucionalização dos estudos culturais em 1960 nas universidades britânicas, a cultura passou a ser analisada a partir das expressões, costumes, crenças e bens simbólicos. A concepção de folclore que muito tempo foi estigmatizada e deixada de lado tornou-se um elemento de análise nos estudos culturais “Os estudos culturais sempre foram ao mesmo tempo uma aspiração acadêmica e um movimento político” afirma Kuper (2002, p. 292).

E, é na perspectiva dos estudos culturais enfocando a cultura como um movimento político que se desdobrarão as formulações de identidade e diferença, concepções que fazem parte da própria ideia de cultura: “a cultura [...] confere identidade a uma pessoa”. (KUPER, 2002, p. 305).

Cultura nessa disciplina inclui belas artes, literatura e conhecimentos, as matérias regulares do currículo das ciências humanas, mas abrange também as artes negras da mídia e a esfera vagamente demarcada da cultura popular [...] Essas formas de cultura são valorizadas de maneiras bastante distintas. (KUPER, 2002, p.290).

Os estudos culturais possibilitaram uma nova maneira de abordar a cultura e as expressões culturais, pois concebem que a cultura não é determinada, mas diferenciada no tempo e no espaço. Os estudos culturais como disciplina acadêmica, passaram a conceber e estudar as diversas manifestações tidas como culturais, concebendo aos seus praticantes o reconhecimento das identidades inserindo no campo da cultura um novo movimento contestador dos padrões vigentes e político em seu caráter de direitos civis: o multiculturalismo.

## 1.1 Multiculturalismo: conceito e movimento

O multiculturalismo, em sua dimensão política, prospecta superar os mecanismos discriminatórios, bem como ressalta a diversidade cultural, concebendo a sociedade a partir da justiça social. O multiculturalismo como movimento teórico tem suas bases no século XX nos Estados Unidos, se difundindo principalmente no mundo ocidental como forma de enfrentamento a preconceitos e discriminações, valorizando a diversidade e pluralidade cultural. Seu caráter político está em seu enfrentamento nos vários campos da vida humana: econômica, política, social e cultural. E é no campo da cultura que o multiculturalismo firma-se como um movimento político das sociedades étnicas.

Stuart Hall (2003, p. 51), partindo das concepções de Bhabha, nos diz que houve uma expansão “heterogênea’ e que o termo ‘multicultural’ tornou-se um significante oscilante”. Mesmo sendo utilizado “universalmente’, sua proliferação não contribuiu para estabilizar ou esclarecer seu significado. [...] o multiculturalismo se encontra tão discursivamente enredado que só se pode ser utilizado ‘sob-rasura”.

Mas Hall o qualifica como um adjetivo que “descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade ‘original” (HALL, 2003, p. 50). Ainda para o autor há uma diferenciação nos termos multicultural e multiculturalismo. O “multicultural’ é por definição plural”, são as várias sociedades multiculturais. O autor cita o caso da África do Sul, que acrescentamos a sua multiculturalidade pela diversidade cultural e linguística proveniente da variedade de povos que compõem o país, desde os povos originários antes do período da colonização e a chegada dos colonizadores holandeses e posteriormente os ingleses - é importante frisar que no período pós-apartheid com a Constituição do país de 1996 há o reconhecimento de 11 idiomas como línguas oficiais.

As sociedades multiculturais são culturalmente heterogêneas, o que as distingue do Estado-nação “moderno”. O “multiculturalismo”, por sua vez, se intensificou no pós Segunda Guerra, o qual “é um substantivo [...] refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de

diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2003, p. 52).

Mas o multiculturalismo não é único e nem uniforme, “não é uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado, não é uma forma disfarçada de endossar algum estado ideal ou utópico”. Nota-se que o multiculturalismo é algo inacabado e que é acionado em determinados momentos. A diversidade das sociedades colabora para os diversos tipos de “multiculturalismos” que são acionados em determinados momentos e em determinadas sociedades (HALL, 2003, p.52-53).

O multiculturalismo se apresenta em diferentes formas, dependendo das estratégias que são acionadas. Hall identifica o *multiculturalismo conservador*, *multiculturalismo liberal*, *multiculturalismo pluralista*, *multiculturalismo comercial corporativo* ou *multiculturalismo crítico*. Assim definindo-os:

O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldberg, 1994) ao insistir na assimilação da diferença as tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado. O multiculturalismo pluralista, por sua vez, avalia diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidade de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca “administrar” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou ‘revolucionário’ enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (McLaren, 1997). (HALL, 2003, p. 53 grifos do autor).

Mas essa pluralidade de concepções que o multiculturalismo apresenta é questionada pelas vertentes entre si, isso porque cada doutrina questiona o grau de delimitação proposta pelas outras. A tensão no campo da delimitação do multiculturalismo por parte de cada doutrina acaba por fazer do termo polivalente e amplo, acionado dependendo de cada posicionamento doutrinário a ser seguido.

Maria José Albuquerque da Silva e Maria Rejane Lima Brandim (2008), analisando as relações entre multiculturalismo e educação, fazem um recorte histórico-temporal das origens do multiculturalismo. Sabe-se que o multiculturalismo tem suas origens nos Estados Unidos por volta de 1960, mas elas vão mais além, pontuando o surgimento desse movimento teórico-político a conjuntura política do

período. A comunidade negra e os movimentos sociais americanos começam a reivindicar direitos e a lutar contra o racismo e o preconceito vivido pela comunidade afro-americana.

A partir das pressões dos anos 70 do século XX os Estados Unidos instituem políticas públicas educacionais aos afro-americanos “visando garantir igualdade de oportunidades educacionais, de integração e justiça social aos grupos culturais diversos, tais como os não-brancos, do sexo feminino, deficientes, alunos de baixa renda, etc.”. Os estudos culturais ganham maior espaço nos anos de 1990 com “a influência pós-moderna no discurso curricular, que valoriza a mistura e o hibridismo de culturas, a pluralidade e as diferenças culturais. A celebração da diferença se constitui uma de suas ideias básicas”. (SILVA E BRANDIM, 2008, p. 56-58).

Para Silva e Brandim (2008, p. 60-62), é preciso compreender as “concepções teóricas do multiculturalismo”. Para isso, faz-se necessário compreender sua dinâmica como estratégia política. Nessa perspectiva, deve ser entendido no todo, ou seja, considerando-se as dimensões econômica, social, cultural e política, “o multiculturalismo é uma estratégia política de reconhecimento e representação da diversidade cultural, não podendo ser concebido dissociado das lutas dos grupos culturalmente oprimidos”. É nessa busca política pelo reconhecimento da diversidade que o multiculturalismo se originou e se firma no século XX com o foco central dos estudos culturais “tomando claramente o partido dos grupos em desvantagem nas relações de poder”.

Ainda sobre as origens do multiculturalismo, as autoras continuam definindo-o “como um movimento teórico como prática social”, que tem sua gênese na reivindicação dos “movimentos sociais” e “grupos culturais negros” para combater o racismo e lutar pelos direitos civis dos afro-americanos. Seus precursores são em sua grande maioria professores acadêmicos e intelectuais negros afro-americanos, a exemplo de “George W. Williams, Carter G Woodson, W.E. Dubois, Charles H. Wesley, St. Claire Drake” cujas “concepções e reformulações giravam em torno da exigência de direitos iguais, valorização dos negros e questões sobre a discriminação racial” (SILVA E BRANDIM, 2008, p. 56-57).

Na contemporaneidade, com a globalização e o neoliberalismo, os estudos culturais se posicionam do lado das manifestações culturais que lutam contra esses movimentos globais de homogeneização. A globalização, e aqui

especialmente trata-se da globalização econômica, homogênea a partir do capitalismo as preferências dos indivíduos, pondo-os como consumidores, as identidades são fragmentadas e muitas culturas concebidas como inferiores são obliteradas ou silenciadas (FLEURI, 2002).

As autoras Silva e Brandim (2008, p. 53-55), assim sintetizam as concepções política, econômica e cultural no campo do multiculturalismo. No campo político, o ideário neoliberal em que se critica o papel do Estado na economia. O multiculturalismo critica o papel do Estado, propondo a revogação dos direitos trabalhistas e sua redução e intervenção na participação do Estado na vida socioeconômica do indivíduo. Culturalmente há “a diluição das fronteiras geográficas” acelerando o “intercambio cultural”, é a tomada de partido pela diversidade em suas formas manifestas de convivência com as diferenças. Economicamente, é a globalização com sua internacionalização do capital que dita padrões de consumo e de vida “padronizando o gosto de consumidores em todos os cantos do planeta”, opondo-se as tensões e as mazelas sociais.

De um lado, tensões e conflitos se multiplicam, interesses e mentalidades se articulam, confrontam ou justapõem. De outro, as desigualdades sociais, as relações assimétricas de poder são realidades que não podem ser dissociadas das preocupações multiculturais (MORANTE E GASPARIN, S/A, p. 3).

Às tensões e contradições aumentam na medida em que as ordens globais cada vez mais são produtos e produtoras do capitalismo. Kretzmann (2007, p. 15) afirma que “multiculturalismo se tornou rapidamente um modo de descrever as diferenças culturais em um contexto transnacional e global”. A afirmação da autora concebe o multiculturalismo como uma forma política destacando no conceito e no movimento seu caráter reivindicatório na busca de identidade e no respeito à diferença.

No mundo atual, em que o local se confunde com o global, o multiculturalismo é a busca constante dos grupos minoritários ou culturalmente excluídos de reivindicarem direitos políticos e acesso a cidadania. Assim, o multiculturalismo é um ato emancipatório e contra-hegemônico pelo reconhecimento da diferença (SANTOS E NUNES, 2003).

O discurso multicultural pode ser compreendido em dois momentos históricos. O primeiro, quando do Iluminismo que prega a razão, um discurso universalista que nega a diferença e que promove a ideia de igualdade e

universalidade. O segundo é o discurso diferencialista que considera as diferenças e as identidades coletivas, nesse discurso o sujeito busca através de sua identidade e de sua percepção sua cidadania como ser humano.

Kretzmann (2007, p. 34) utiliza da categoria “multiculturalismo democrático” de D’Adesky (2005, p. 234) para assegurar que esse termo

[...] como política capaz de reconhecer as singularidades de cada cultura, sem a pretensão de se identificar uma cultura como universal e ampliando o diálogo e o respeito entre as diversas formas de manifestação e identificação cultural. Nem o universalismo, nem o diferencialismo ou relativismo cultural, mas antes o respeito e a promoção de grupos culturais depreciados e discriminados, por meio de políticas multiculturais que venham a aliar os princípios constitucionais da dignidade, cidadania e igualdade ao reconhecimento da diversidade cultural (KRETMANN, 2007, p. 34).

O multiculturalismo como uma luta político-social pelo reconhecimento da diversidade e por seu respeito acaba revelando um campo de tensões e conflitos pelo respeito à diferença. Para a construção de um espaço multicultural que reconheça a diversidade Kretzmann elenca alguns pontos levantados por Semprini:

1), deve-se considerar o papel crescente das instâncias individuais, [...] dos valores socioculturais [...] e reivindicações identitárias; 2) o espaço multicultural deve ser reconhecido como dinâmico e interativo, um espaço sentido; 3) devem ser consideradas as diferentes manifestações dos personagens sociais envolvidos, a partir das múltiplas percepções que os diferentes grupos possuem do espaço social, para que realmente ocorra uma transição para um espaço multicultural; 4) as reivindicações multiculturais devem ser situadas em sua própria perspectiva. Isso significa que as raízes das reivindicações identitárias encontram-se numa frustração cultural ou marginalização social; [...] 5) deve-se reconhecer que os conflitos identitários das sociedades pós-modernas se dão entre sistemas temporais, entre ritmos discordantes. [...] um espaço multicultural deve buscar a harmonização entre esses sistemas temporais diferentes (KRETMANN apud SEMPRINI, 2003, p. 46-47).

O multiculturalismo é um desafio na medida em que se coloca como um diferenciador de identidade. É preciso que se tenha uma concepção ampla e aberta desse termo para não cairmos nas tramas do eurocentrismo, pondo determinada identidade como superior em relação à outra.

As sociedades são hoje cada vez mais plurais, e essa pluralidade étnica, racial e identitária se faz presente no multiculturalismo que reivindica os direitos dos grupos excluídos. A autora Fabrizia Raguso faz uma diferença entre dois modelos de sociedades plurais:

O primeiro, que se afirmou nos Estados Unidos particularmente no último século, [...] uma sociedade singular relaciona-se com vários

grupos minoritários; este modelo presume que os grupos minoritários estão destinados a ser absorvidos pela cultura dominante e, portanto, desaparecerão com o tempo. [...] O segundo tipo de sociedade plural assume-se como *multicultural* e define-se como um *mosaico*, no qual os grupos étnoculturais diferentes mantêm o sentido da própria especificidade cultural e participam num molde social caracterizado por regras e leis compartilhadas, que regulam a vida em conjunto (Raguso, 2005, p. 7-8, grifos da autora).

A autora chama a atenção para o paradoxo que se coloca em sociedades multiculturais quando se afirma a igualdade universal. Essa conceituação iluminista acaba por homogeneizar as pessoas e suas identidades, não levando em consideração suas especificidades.

Para Raguso (2005), a questão linguística no multiculturalismo como forma de reconhecimento mesmo sendo um tema de suma importância apresenta controvérsias. A defesa e apropriação de determinada língua por parte de grupos e sociedades são afirmações de suas culturas.

Nesse contexto, o discurso multiculturalista é uma ação da “crise da pós-modernidade e na busca de autenticidade”, mas é preciso que avancemos: “limitar-se só ao reconhecimento da diferença não é suficiente para desenvolver todas as potencialidades enriquecedoras da mesma diferença cultural numa sociedade plural e multiétnica”. A afirmação da autora quanto às potencialidades que a multiculturalidade apresenta é essencial para que o termo não seja entendido como algo engessado, mas que representa muito mais que a busca pela diferença, mas que o termo carrega em si um ato político de ser e de se fazer cidadão, de ser reconhecido a partir de sua afirmação como um sujeito cultural. (RAGUSO, 2005, p. 243).

Semprini (1999), remontando as origens e causas do multiculturalismo, compreende esse termo como originário da sociedade estadunidense com significativa expressão multicultural. Os traços dessa sociedade multicultural têm suas origens com a colonização e a presença dos povos que ali habitavam: os povos indígenas, as missões religiosas, o tráfico forçado de pessoas do continente africano, a imigração em massa e sua própria sociedade anglo-saxônica.

A colonização ocasionou o genocídio dos povos indígenas e os poucos que sobreviveram foram obrigados a assimilar a cultura do colonizador, mistura de povos, proibição de seus costumes e do uso de suas próprias línguas. Essas práticas perduraram por mais de meio século e, somente no século XX, houve uma conscientização de uma classe política, da população e de alguns intervencionistas

do Estado pelo reconhecimento da necessidade do estatuto dos direitos indígenas. Mas a contribuição da herança indígena é inegável, sendo forte sua presença na mestiçagem das populações americanas, que impulsiona a conciliação entre as diferenças culturais em uma mesma nação (SEMPRINI, 1999).

Outra questão levantada por Semprini (1999) é a presença de pessoas escravizadas do continente africano na América. Sobre condições adversas de desumanidade, não sofreram apenas com seu deslocamento forçado, mas também, com seus desenraizamentos culturais. Essas pessoas foram privadas de suas práticas, costumes e culturas, e precisaram (re)construir novas identidades.

Sobre esse aspecto, Raguso (2005) pontua que, mesmo com a Constituição Americana que silenciou a escravidão, esse processo desumano de exploração perdurou até a primeira metade do século XX com a segregação racial considerada constitucional nos EUA, ocasionando o apartheid norte-americano. A autora vê nesse sistema um ato cultural, pois a elite vetou aos negros acesso a cidadania e a igualdade na sociedade americana, privando-os de direitos fundamentais, como a educação e o voto.

Outro fator importante para o multiculturalismo na sociedade americana levantado por Semprini (1999) é a colonização missionária. As missões foram responsáveis pela entrada de um novo modo de vida e de cultura. Raguso (2005, p. 39) atribui três contribuições importantes trazidas pelas missões para a “civilização americana: o comunitarismo, a espiritualidade e a liberdade de expressão”. Esses elementos de ordem europeia branca e protestante são a marca da sociedade americana e de suas instituições na concepção liberal da sociedade e da economia.

Na formação da sociedade americana multicultural, Raguso (2005, p. 40-41) aponta que além dos elementos postulados por Semprini – a colonização, os povos indígenas, a escravização de povos africanos e os missionários -, após a Independência dos EUA houve uma nova constituição societária. Com a Independência formou-se uma sociedade americana de “origem anglo-saxônica e outra de cultura germânica”, denominada de “América branca, protestante e patriarcal, responsável pelos valores, modos de vida da sociedade e das instituições e pelo estabelecimento das normas e integração dos imigrantes”. A imigração de novos povos com suas diversas nacionalidades na sociedade americana ocasionou não só a entrada de novos povos, mas com eles novas culturas.

Na década de 60 do século XX começa uma organização política e social na busca de direitos civis, os movimentos e organizações lutavam contra o fim da segregação racial, período em que o país torna-se a maior potência mundial. Para Semprini (1999, p. 32) no recente ponto de partida do multiculturalismo, “a mobilização pelos direitos civis foi um dos catalisadores das forças de renovação da sociedade num período de elaboração de um novo contrato social”.

É na grande efervescência da segunda metade do século XX que surge um movimento que ficará popularmente conhecido pela mídia: *Panteras Negras*, surgido nos Estados Unidos, reivindicava a diversidade da sociedade afro-americana. Os Panteras Negras como movimento reivindicador e integrador ganhou adeptos e simpatizantes, tornando a causa dos excluídos e marginalizados uma luta social em prol da dignidade humana. “O Movimento dos Panteras Negras logo foi seguido por outros de equivalente poder de captação, não menos conhecidos mundialmente, como o feminismo e o movimento homossexual.” (RAGUSO, 2005, p. 42).

Há uma diferenciação entre o multiculturalismo moderno e o pós-moderno é o que pontua Parekh (2000), assim ele diferencia essas sociedades,

Primeiro, porque nestas últimas as comunidades minoritárias mantinham-se reclusas nos exatos limites definidos pelos grupos dominantes, aceitando uma posição de subordinação. Nas sociedades modernas a aproximação entre as culturas, resultado da dinâmica do processo de globalização, é praticamente inevitável, e graças aos ideários democráticos e liberais, mesmo as comunidades culturais ditas inferiores passaram a exigir igual direito de reconhecimento e participação (PAREKH, 2000, s.p).

O multiculturalismo, assim como a cultura, apresenta um caráter evolutivo. Na sua fase pré-moderna estava assentada por limites definidos, mesmo não sendo submissa, estava ao controle e mando de uma classe tida como superior. As rebeliões, insurreições, confrontos, descontentamentos por parte dos grupos oprimidos e marginalizados acabou ocasionando sua visibilidade social, em que o estado democrático com seu ideal de liberdade concebe a diferença como constituinte da sociedade.

O multiculturalismo como um fenômeno da contemporaneidade, em que a identidade mais do que nunca é questionada e ativada em suas diversas formas e maneiras, apresenta-se como um termo político na busca de afirmação e espaço de grupos minoritários e/ou grupos marginalizados e desfavorecidos.

O multiculturalismo como movimento político contestatório pelo respeito à diversidade e a diferença torna-se objeto de estudo das políticas públicas na formulação e implementação de políticas que contemple as diversidades dos povos de uma sociedade, é o caso das políticas culturais que partem da diversidade para a formulação de políticas para o campo cultural.

## **1.2 As Políticas Culturais: uma política pública da diversidade**

É na defesa da diversidade das culturas que as políticas culturais tornam-se um campo de investigação acadêmica na segunda metade do século XX (CALABRE, 2007, 2013), com ações formuladas e/ou propostas desencadeadas pela sociedade civil, organizações não-governamentais e/ou pelo Estado “com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura” (FÉLIX & FERNANDES, S/A, s/p), a partir de um “intenso movimento de institucionalização da cultura no campo das políticas públicas” (CALABRE, 2013, p. 323).

Para Rubim (2012, p. 13-15), as políticas culturais constituem uma invenção da contemporaneidade, datada e localmente gestada, pelo menos no caso do Ocidente, que está associada à criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, que tinha em sua direção André Malraux. “A missão de Malraux não foi apenas instituir o primeiro ministério da cultura existente no mundo, mas conformar uma dimensão de organização nunca antes pretendida para uma intervenção política na esfera cultural”.

Conforme Rubim (2012), a criação desse ministério centrava-se na busca da França retornar ao seu símbolo de poder, pelo menos no aspecto cultural. No pós-segunda guerra, as intervenções no campo cultural se davam como um ato político que tinha por finalidade a cultura. Se no decorrer da história, a cultura foi marcada por uma finalidade política por meio de sua instrumentalização, “Agora acontece uma radical guinada, na qual a cultura é o fim e a política apenas o recurso para atingir este fim” (RUBIM, 2012, p.15).

Lebogant Lancelot Nawa (2012), retomando Dorlande (2001), pontua que as políticas culturais, com seu nascimento eurocentrado, podem ser identificadas em três fases históricas na Europa do século XIX. A primeira fase é a “ideológica”, configurava-se no interesse do desenvolvimento de infraestruturas governamentais das instituições de museus e galerias nacionais de artes na/para a construção da

nação. A segunda é a “fase de governança na década de 1980. Durante esse período, o estado emergiu como um dos principais atores na formação da política cultural” (tradução própria)<sup>3</sup>. Essa fase caracteriza-se pela forte presença do Estado nas políticas culturais. É “fase emancipatória”, momento marcado pela mudança para o neo-conservadorismo e neo-liberalismo na Europa Ocidental com uma forte presença de financiamentos governamentais locais em políticas culturais a níveis municipais. (DORLANDE, 2001 apud NAWA, 2012, p. 29-31). A última fase, para Nawa, será a base para a construção de políticas culturais efetivas na Europa na década de 1990, pois a cultura passa a ser concebida em seu sentido amplo e reconhecida como parte constituinte do desenvolvimento humano: “No início dos anos 90, muitas cidades e autoridades regionais europeias apresentaram uma ‘abordagem transversal’ sobre as políticas culturais que incentivavam diversidades de culturas mundiais a existir lado a lado com as tradições europeias” (NAWA, 2012, p. 31) <sup>4</sup>.

Nota-se a centralidade da cultura enquanto uma política de estado, que agora passaria a compor a preocupação nacional na construção do Estado-nação. Conforme Rubim (2012, p. 15-17), as políticas culturais são marcadas por dois momentos: o primeiro com a criação do Ministério Francês da cultura. Nesse momento, a dominância de um “modelo de democratização cultural”, que deveria ser “compartilhado por todos os cidadãos franceses”. Assim, esse primeiro momento questiona a cultura pensada de modo elitista visando à abordagem de uma definição mais ampla de política cultural na qual se reconheça a diversidade e a integração da cultura com a vida, projetando-se uma mudança para a democracia cultural.

Ainda para o autor, a intervenção política na atualidade a partir do modelo francês passou a ser o padrão na elaboração das políticas culturais mundiais com a UNESCO.

Inventadas as políticas culturais, sua inserção como tema relevante na agenda pública internacional decorre não só do exemplo francês, mas principalmente, da atividade desenvolvida no campo da cultura pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). (RUBIM, 2012, p. 17).

---

<sup>3</sup> governmentality phase in the 1980. During this period, the state emerged as a key player in the shaping of cultural policy.

<sup>4</sup> in the early 90s, many European cities and regional authorities came up with a ‘transversal approach’ on cultural policies that encouraged diversities of cultures worldwide to exist side-by-side with European traditions.

A UNESCO, a partir de sua institucionalização a nível mundial, realizou ações no campo da cultura e das políticas culturais. Rubim elaborou uma tabela sobre essas ações (Ver *Tabela 1 Ações da UNESCO no campo da cultura* e *Tabela 2 Ações da UNESCO no campo das políticas culturais*)

**Tabela 1** Ações da UNESCO no campo da cultura

Declaração Universal dos Direitos de Autor	1952
Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional	1966
Convenção sobre as Medidas que se Devem Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícita de Bens Culturais	1970
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	1972
Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais	1978
Recomendação Relativa à Condição do Artista	1980
Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	1989
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	2001
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	2005

Fonte: Elaboração própria baseada em Rubim, 2012, p.18.

As ações no campo da cultura, nos seus primeiros anos a partir da criação da UNESCO, estavam centradas na construção das identidades nacionais e na promoção de uma cultura de paz. Algumas dessas ações irão compor as políticas culturais, porém a intensificação nessa área se dará, principalmente, a partir da década de 1960, aprofundando-se nas décadas seguintes quando as políticas culturais passam a compor agendas governamentais e serem elementos prioritários para o desenvolvimento, principalmente dos países do Terceiro Mundo, as discussões objetivavam o respeito à diversidade.

**Tabela 2** - Ações no campo das políticas culturais

Declaração Universal dos Direitos de Autor	1952
Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional	1966
Mesa-redonda sobre Políticas Culturais – Mônaco	1967
Gênese da Ideia de Encontro sobre as Políticas Culturais	1968
Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais – Veneza	1970
Convenção sobre Medidas que se devem adotar para proibir e impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícita de Bens Culturais	1970
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural	1972

Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da Europa – Helsinki	1972
Conferência Regional sobre Políticas Culturais da Ásia – Jacarta	1973
Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da África – Acra	1975
Conferência Regional sobre Políticas Culturais da América Latina e Caribe – Bogotá	1978
Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais	1978
Recomendação Relativa à Condição do Artista	1980
Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais –MONDIACULT – Cidade do México	1982
Década Mundial do Desenvolvimento Cultural 1988 – 1997	1988
Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular	1989
Criação da Comissão Cultura e Desenvolvimento	1991
Documento: Nossa Diversidade Criativa	1996
Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento	1998
Relatório Mundial sobre a Cultura, Criatividade e Mercados	1998
Relatório Mundial sobre a Cultura, Diversidade Cultural, Conflito e Pluralismo	2000
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural	2001
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	2005

Fonte: Elaboração própria baseado em Rubim 2012, p.19.

Assim, a institucionalização das políticas culturais surge no fim da Segunda Guerra Mundial (RUBIM, 2012). Com a criação das Nações Unidas, mais especificamente com a UNESCO, formula-se uma política de paz em que a cultura seria o elemento que deveria integrar as nações a partir do respeito das diferenças culturais. Tendo como objetivo:

[...] es la rama de Las Naciones Unidas que tiene por objeto fomentar el desarrollo cultural de todo el planeta, concretando la no demostrada idea de que cuando gran parte de la población consume bienes culturales desaparecerá la mayoría de los conflictos que asolan la convivencia entre los seres humanos” (RAUSELL-KÖSTER, 1999 apud MORENO-CUBILOS, 2017, p. 108).

As políticas formuladas pelas Nações Unidas no campo da cultura centravam-se na preocupação dos Estados-membros em relação aos seus bens culturais nacionais, principalmente os arquitetônicos que apresentavam ruídos ou em fase de destruição ocasionados pela guerra. No momento de criação da UNESCO a extinta Unidade da África do Sul adere à conferência, mas retira-se em 1956 alegando “interferência’ da instituição nos ‘problemas raciais’ do país”,

retornando novamente em 1994 já no seu período de construção democrática (UNESCO, s/d).

As políticas culturais, sendo uma política pública, apresentam-se como uma ação ou intervenção do Estado. É esse caráter imperativo que demanda do poder estatal conferindo legitimidade a uma política pública (SILVA, 2001). Nesse sentido, as políticas culturais são resultados que podem demandar de vários segmentos da sociedade, mas seu caráter de política pública só é conferido quando o Estado a legitima. É com seu caráter imperativo que a cultura passa a ser objeto de políticas públicas.

Esse imperativo do Estado com as políticas culturais começa a ser questionado na contemporaneidade.

Para além do aparato institucional do Estado, as políticas culturais podem ser realizadas por inúmeros setores e agentes sociais, inclusive atuando em conjuntos. Este é, particularmente, um alinhamento exigido pelas novas demandas sociais emergidas das constantes transformações culturais observadas na contemporaneidade. (FÉLIX E FERNANDES, S/I).

As contestações da operacionalidade das políticas culturais se dão pelo entendimento de que a cultura não deve ser uma obrigação apenas do Estado, porque dessa forma o campo cultural não proporcionará um desenvolvimento socioeconômico, restringindo-se apenas ao campo econômico, agravando no processo da globalização e do capitalismo que tendem a reificar, dando valor econômico a tudo, inclusive a cultura.

Percebe-se a relação implicada de cultura e política no sentido de definir a cultura como uma política ou uma política cultural. Canclini (2001, p. 65) compreende que as políticas culturais resumem-se a um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”. Definição compartilhada por Paula Félix e Tatiane Fernandes (s/a, s.p) e que têm como “o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura”.

Conceitualmente, em um dicionário elaborado por Teixeira Coelho (1991, p. 9) o verbete política cultural apresenta-se “como uma ciência da organização das estruturas culturais”. A política cultural foi por muito tempo abordado em um aspecto sociológico que concebia o resultado do comportamento humano em contextos culturais específicos. O problema dessa visão, segundo o autor, é sua explicação

por “causa-efeito”, nesse sentido, “prevalecia, em outras palavras, uma abordagem da questão cultural, e de seu tratamento pelas políticas culturais, a partir de um enfoque materialista e histórico-social”. Mas essa concepção acabou por ser universal e generalista, pois partia externamente, não contextualizando e não levando em conta as aspirações do “grupo alvo”. Quanto a essa concepção o autor entende que:

Essa orientação foi responsável por um bom número de preconceitos, juízos apressados e redutores sobre a dinâmica cultural – de modo especial, sobre a cultura dita popular e de massa – e pela formulação de programas de caráter fortemente normativo ou, sem eufemismo, autoritário. (COELHO, 1997, p. 10).

Essa visão sociológica da cultura perdurou até a primeira metade do século XX, quando a “antropologia do imaginário” possibilitou a ampliação dos estudos culturais que levaria em conta os domínios “arquetipal e biológico” entendendo via imaginário “permitir que se conheçam as fantasias e fantasmas do grupo objeto de uma política [...] capaz, de permitir o acesso àquilo que, no comportamento humano, não é convencional e episódico, mas simbólico no sentido de motivado diretamente” (COELHO, 1997, p.11).

A ampliação da cultura para uma análise antropológica permitiu no campo das políticas culturais um reconhecimento sob o ângulo de produção e recepção, isso porque essa abordagem privilegiou os sujeitos das políticas públicas. Essa abordagem, que leva em consideração os sujeitos, possibilitou reformulações políticas demandadas pelos próprios sujeitos de interesse não se restringindo apenas ao Estado como na abordagem sociológica da cultura, que tende a destacar somente a relação econômica e institucionalizada.

As políticas culturais não perdem, aqui, sua relação de institucionalidade do Estado. O que acontece a partir desse momento é um diálogo entre os sujeitos.

Políticas culturais serão, quase sempre, intervencionistas (provirão do lado de fora, do exterior do grupo ou indivíduo receptor) enquanto persistir a prática da delegação e representação que marcam a organização política moderna. Mas, se antes essa intervenção era justificada (quando o era) com a ausência de instrumentos capazes de possibilitar uma outra espécie de operação, agora, com os estudos do imaginário, a intervenção pode ser delimitada, se não eliminada, pela conversa que se abre entre propositores e receptores de políticas culturais. (COELHO, 1997, p. 11)

É essa relação dialógica que vê à política cultural como uma “ciência da organização das estruturas culturais” e que possibilitará uma abordagem que leve

em consideração as formas de sociabilidade e vivência entre os sujeitos. Nessa perspectiva, os atores culturais e a própria comunidade são ouvidos e, na maioria das vezes, as políticas culturais demandam de suas ações e questionamentos quanto da ação do Estado para que se efetivem políticas públicas na área da cultura.

A política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (COELHO, 1997, p. 292).

#### Ainda para o autor

Essas intervenções assumem forma de:

1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e
2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.). Como ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam. (COELHO, 1997, p. 292).

Percebe-se a ação do Estado no estabelecimento de normas e criação de lugares que serão considerados espaços culturais e instituições culturais. Tal concepção acaba por confundir política cultural com política social, e essa confusão acaba conferindo ao Estado um papel de protetor da cultura. É preciso que se atente para essa diferenciação, pois o Estado como instância de poder legitimado deve garantir para seus cidadãos lazer e entretenimento, logo acesso a cultura, quando se eleva a uma política social essa compreensão se restringe a uma política de bem-estar oferecida e dada por essa instituição (COELHO, 1991).

Essa concepção de política cultural demandada pelo Estado apresenta-se de duas maneiras para Coelho (1991, p. 293). A primeira é “uma visão conspiratória da realidade social e política”, ou seja, é dever do Estado “levar a cultura ao povo”. Nessa visão, a cultura parte de cima para baixo, não concebendo seus atores como produtores de cultura. A segunda visão é que as políticas culturais “se apresentam como respostas às demandas sociais.” São demandas levantadas por outros sujeitos, principalmente atores culturais e a própria comunidade para que o Estado reconheça as demandas relativas à cultura.

Para Coelho, as formulações para a área das políticas culturais são formuladas por quatro paradigmas: “O primeiro deles apresenta essas políticas como derivadas de uma lógica de bem-estar social [...] uma necessidade do ser humano”, em seguida, apresenta-se o caráter “intervencionista” assumindo a procura de “uma identidade étnica, sexual, religiosa, nacional ou outra”. O terceiro paradigma encontra-se em uma “reconstrução nacional (Japão) ou a construção nacional sob nova orientação política (Cuba)”. O quarto e último paradigma é a “necessidade de uma prática comunicacional entre o Estado ou instituição formuladora da política e seus cidadãos, [...]” (COELHO, 1997, p.293-294).

No entanto, esses paradigmas podem apresentar-se intimamente relacionados, de modo que, “uma prática comunicacional pode ser requisito indispensável para a política de procura de um sentido, para a política do enquadramento ideológico e também, embora num grau bem menor, para a política de difusão cultural ou da procura do bem-estar” (COELHO, 1997, p. 294).

Os quatro paradigmas levantados pelo autor nos ajudarão a pensar as políticas culturais na África do Sul pós-apartheid em que o Estado legitima a cultura para a construção de um bem-estar dos sul-africanos, intervindo nas políticas culturais através do processo de patrimonialização da cultura na reconstrução do país no momento de uma nova orientação política e criando meios de diálogos com instituições estatais como as comissões provinciais e os conselhos provinciais de cultura, ligados às comunidades.

Retornando para a compreensão das políticas culturais, Isaura Botelho (2001), concebe que na composição dessa política a cultura apresenta duas dimensões, a sociológica e a antropológica. Essas dimensões é que determinam o tipo de investimento governamental delimitando as estratégias nas políticas culturais. A dimensão antropológica considera as formas simbólicas como cultura, compreendendo as formas de vida e de sociabilidade do indivíduo. A dimensão sociológica, por sua vez, constitui a especialização, ou seja, é a organização profissional, institucional, política ou econômica, a visibilidade, não se dá na forma simbólica como na dimensão antropológica, mas na sua própria atuação como instituição especializada.

A autora alerta para não tornar essas dimensões como ideológicas, porque isso acabaria criando uma “dicotomia cultura popular versus cultura erudita, como se estas fossem polos excludentes e representassem em si mesmas opções

ideológicas”. As dimensões antropológica e sociológica da cultura devem ser entendidas como estratégias para a incorporação da cultura nas agendas governamentais (BOTELHO, 2001, p. 76).

Mesmo a cultura sendo incorporada na agenda governamental para a elaboração de uma política para o setor, Botelho (2001, p. 82), chama a atenção para uma tomada de consciência em sua elaboração, pois é preciso que a implementação aconteça levando em conta todos os públicos e não supervalorizando uns em detrimento de outros. É preciso uma “democracia cultural” e não “democratização da cultura”. “Hoje, parece claro que a democratização cultural não é induzir os 100% da população a fazerem determinadas coisas, [...] mas sim oferecer a todos a possibilidade de escolher, o que é chamado de democracia cultural”, nesse aspecto, a autora “defende uma política pública articulada que contemple as várias dimensões da vida cultural sem preconceitos elitistas ou populistas”.

A política cultural como ação articulada propõe que se leve em consideração as possibilidades de se fazer cultura pelos sujeitos culturais e que o Estado os reconheçam como tal, pois segundo Paula Félix dos Reis (s.a, p. 5-6), a participação dos sujeitos é dinâmica, variando conforme os contextos vividos e o momento histórico. O Estado foi por muito tempo o principal provedor “mas à medida que o campo sociocultural se transforma, outros atores começam a surgir e ganhar força”.

Tereza Ventura (2005) abordando a redefinição das agendas de política cultural compreende que o Estado por muito tempo negligenciou dimensões de caráter étnico, moral e identitário. A tutela do estado com esses enfoques acabou por silenciar o debate político-cultural, pois as políticas na maioria das vezes emanavam do próprio Estado não havendo uma relação entre os sujeitos das políticas públicas.

É preciso uma relação dinâmica entre os sujeitos das políticas culturais: a comunidade, as ONG’s, a sociedade civil, os atores culturais e o Estado que irá conferir a legitimidade da política.

Política cultural não trata apenas dos direitos de produção simbólica de bens, mas de um processo generativo, que não é assegurado por leis, mas por práticas que operam fora do Estado e das intervenções discursivas que lutam pelo seu controle, é um processo institucional e discursivo, no qual os membros de culturas marginalizadas sejam capazes de deliberar suas

demandas e necessidades, bem como manter as práticas dentro das quais se tecem e emergem suas aspirações (Ventura, 2005, p. 85-86).

A relação dinâmica entre os sujeitos é abordada por Canclini (2001), que parte do pressuposto de que uma política cultural não se restringe a atuação governamental.

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados afin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (CANCLINI, 2001, p. 78).

A busca por políticas culturais fazem parte de um processo de transformação social, é um ato reivindicatório que demanda da sociedade para afirmação de uma identidade e de sua valorização. As políticas culturais possuem um caráter identitário que confere legitimidade a grupos e sociedades, em que os processos simbólicos de reconhecimento na agenda governamental são fruto de tensões e conflitos que demandam de grupos marginalizados.

As intervenções realizadas pelo Estado a nível mundial institucionalizaram-se com as definições da UNESCO em 1954 na sua *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*. A preocupação, nesse momento, e que perdurou por muito tempo, era a proteção dos bens culturais materiais e arqueológicos que sofreram grandes perdas no decorrer das duas Guerras Mundiais. Mas é a partir da década de 1960 que o conceito de políticas culturais começa a ser discutido (REIS, s/a).

No campo das políticas culturais na contemporaneidade as definições da UNESCO apresentam-se como um marco, pois suas concepções alargaram o sentido de políticas culturais. De acordo com Renata Rocha (2016) a coleção *Studies and documents on cultural policies* foi à primeira iniciativa no campo das políticas culturais pela UNESCO na década de 1960, intensificando nas décadas seguintes. A autora pontua o *Cultural Policy a preliminar study* em 1969, fruto da conferência dos anos antes em Mônaco, como o pioneiro e que abriria uma série de debates em torno das políticas culturais.

O documento da UNESCO assim definiria política cultural;

[...] "política cultural" significa um conjunto de princípios operacionais, práticas e procedimentos administrativos e orçamentários que servem de base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada a todos os países; cada Estado-Membro determina a sua própria política cultural de acordo com os valores, objetivos e escolhas culturais que ela estabelece. (UNESCO, 1969, p.10) (tradução própria).<sup>5</sup>

A definição da UNESCO abriria um vasto campo de ações de políticas culturais por parte dos países membros, mas cada um determinaria sua política cultural. Sua abordagem se direcionava a implementação de tal política em dois aspectos

a) que a "política cultural" deve significar a soma total dos usos conscientes e deliberados, ação ou falta de ação em uma sociedade, visando o atendimento de determinadas necessidades culturais através da melhor utilização de todos os recursos físicos e humanos disponíveis Para essa sociedade em um determinado momento; b) que certos critérios para o desenvolvimento cultural devem ser definidos e que a cultura deve estar ligada ao cumprimento da personalidade e ao desenvolvimento econômico e social. (UNESCO, 1969, p. 10)<sup>6</sup>.

Percebe-se a amplitude de uma política cultural por parte do Estado, ela fornecerá um desenvolvimento econômico, social e cultural, possibilitando a formulação e implementação por parte dos países membros.

Para Paula Félix dos Reis (s/d), a UNESCO tem um papel importante nos debates para a conceituação de políticas culturais. A autora ressalta o documento da UNESCO de 1969 *Cultural policy: A preliminar study*, como pioneiro e que abriria o campo do debate sobre os assuntos relacionados à cultura, posteriormente adentrando nas políticas culturais.

Para Reis (s.d, p. 5-7), há quatro pontos importantes relacionados em uma política cultural: a) multiplicidade de atores e agentes envolvidos; b) caráter administrativo-burocrático; c) necessidades culturais; d) intervenção cultural. Sintetizando-os apresentam-se da seguinte maneira. O primeiro apresenta-se na contemporaneidade com os atores e sujeitos culturais na busca por políticas culturais. O segundo está ligado aos "aspectos organizativos que possibilitam a

<sup>5</sup> 'cultural policy' is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself.

<sup>6</sup> (a) that 'cultural policy' should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time; (b) that certain criteria for cultural development should be defined, and that culture should be linked to the fulfilment of personality and to economic and social development

intervenção dos diferentes agentes e atores no setor cultural”. É a partir da organização esquematizada que se chegará ao terceiro ponto: as necessidades culturais, que compreendem aspirações e desejos dos indivíduos e/ou dos grupos quanto às políticas culturais. O quarto ponto: a intervenção cultural se apresenta na “atuação dos diferentes agentes e atores no campo cultural”.

Mas, ainda para a autora como o Estado passou por transformações sociopolíticas na contemporaneidade, apresentando-se com novas formas de sociabilidade, com isso, as próprias políticas culturais precisam ser analisadas a partir desses novos arranjos estatais. Reis (s.d, p. 13-17) acrescenta mais quatro pontos de uma política cultural: a) intervenção cultural; b) caráter político; c) caráter cultural e d) campo de atuação. Para a autora, os pontos a e d se relacionam e se complementam, “a intervenção ocorre somente dentro de um campo de atuação”, mas alerta que o Estado não pode agir sozinho e suas intervenções nem sempre são positivas. Os pontos c e d, também, são analisados conjuntamente, pois apresentam peculiaridades em uma política cultural, isso porque será o caráter de política pública estatal que irá conferir uma política cultural.

As atenções às políticas culturais se dão mais no campo simbólico, isso porque é nesse contexto que as culturas sofrem mais riscos de desaparecer ou de serem marginalizadas. A preocupação da cultura no campo simbólico abre espaço para uma série de iniciativas do Estado para o que ficou conhecido como preservação dos bens culturais ou patrimônio cultural (UNESCO, 1969).

*A política cultural: estudo preliminar* lança uma coleção Estudos e documentos sobre políticas culturais<sup>7</sup> é o primeiro de uma série de documentos sobre as políticas culturais dos países membros que irão se intensificar ao longo dos anos 70. A UNESCO (1969, p.4) assim, refere-se no documento “Política cultural’ significa um conjunto de princípios operacionais, práticas e procedimentos administrativos e orçamentários que servem de base para a ação cultural do Estado”<sup>8</sup>. Essa concepção tem um caráter estatal, apresentando-se como intervencionista no campo cultural. É de responsabilidade do Estado, de acordo com a UNESCO, o gerenciamento das políticas culturais. Mas essa definição acaba por

---

<sup>7</sup> *The política cultural: estudo preliminar* lança uma coleção Estudos e documentos sobre políticas culturais (UNESCO, 1964, p. 4).

<sup>8</sup> ‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State (UNESCO, 1964, p. 4).

conceber tal política como um ato administrativo e burocrático, logo demandado do próprio Estado.

Na sequência a UNESCO pontua como a política cultural deve ser entendida.

[...] A "política cultural" deve significar a soma total dos usos conscientes e deliberados, da ação ou da falta de ação em uma sociedade, visando o atendimento de determinadas necessidades culturais através da melhor utilização de todos os recursos físicos e humanos disponíveis para essa sociedade em um determinado momento (UNESCO, 1969, p. 10)<sup>9</sup>.

É a busca de um atendimento das necessidades culturais da sociedade, sendo a responsabilidade do Estado suprir tal necessidade. As definições formuladas pela UNESCO são contestadas por Paula Félix dos Reis (s.a), que não desconsidera o mérito da UNESCO na busca em formular tais definições e da sua atuação no campo cultural e, levando em conta o momento de imaturidade nas discussões acerca do tema, mas entende que tais conceitos “se restringem a atuação estatal, reduzindo-o a uma ferramenta pública que busca atender as necessidades culturais da população através do uso eficiente de recursos humanos e materiais”. (REIS, s.a, p. 2).

A posição de autora contra a definição da UNESCO é por não levar em consideração a multiplicidade de sujeitos e atores culturais na composição de uma política cultural, algo que se faz necessário na contemporaneidade pela presença desses sujeitos na elaboração e implementação de uma política pública. “A presença de instituições privadas e organizações civis estão cada vez mais associadas às políticas culturais”. Ela reforça seu posicionamento em Canclini (2001) para afirmar a importância de uma articulação entre Estado, sociedade civil e instituições privadas.

A mudança na concepção das políticas culturais pela UNESCO acontece na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ocorrida no México em 1982 (MONDIACULT). É na presente conferência que a UNESCO amplia sua concepção de cultura.

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode agora ser dito ser todo o complexo de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais

---

<sup>9</sup> The ‘cultural policy’ should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time (UNESCO, 1969, p. 10)

distintivas que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Inclui não só as artes e as letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, sistemas de valores, tradições e crenças; (UNESCO, 1982)<sup>10</sup>

A ampliação da ideia de cultura para uma abordagem antropológica levando em consideração os saberes e as tradições das sociedades possibilitou uma nova abordagem no campo das políticas culturais, sendo agora, necessária a inclusão das práticas cotidianas e dos saberes dos povos nas agendas governamentais para a elaboração de políticas públicas para com a cultura. A partir da ampliação da noção de cultura a UNESCO considerou a importância da identidade cultural, concebendo que cada povo e sociedade produzem sua cultura e logo afirmam sua própria identidade, sendo assim, identidade cultural e diversidade cultural são inseparáveis, há o reconhecimento da pluralidade cultural que precisa ser valorizada (UNESCO, 1982).

A MONDIACULT é considerada como referência para com o respeito aos direitos culturais no princípio de uma política cultural baseada no respeito à diversidade. A conferência de 1982 foi seguida de várias outras convenções que buscavam promover e proteger os direitos culturais, considerando-os como pertencentes ao rol dos Direitos Humanos (JUNIOR & VOLPINI, s,a). A conferência, nesse momento, deu-se na importância de outras formas de patrimônio e da produção cultural como instrumentos de desenvolvimento. (UNESCO, 1982).

A MONDIACULT tinha por objetivo rever os avanços e as experiências adquiridas no campo das políticas culturais com a Conferência de Veneza em 1970, e a partir de novas discussões propôr novas investigações sobre os problemas fundamentais da cultura, formular novas diretrizes para promover o desenvolvimento cultural facilitando a cooperação internacional (UNESCO, s/a). De acordo com o relatório da UNESCO sobre a conferência, é nesse momento que o termo cultura ganha novas dimensões, sendo abordado em uma visão antropológica.

Uno de los principales logros de la conferencia fue la nueva definición de cultura. Se afirmó que el patrimonio abarca todos los valores de la cultura tal y como se expresan en la vida cotidiana, y se señaló la importancia cada vez mayor de las actividades destinadas a sostener los modos de vida y las formas de expresión por los que se transmiten esos valores [...] Además de

---

<sup>10</sup> That in its widest sense, culture may now be said to be the whole complex of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features that characterize a society or social group. It includes not only the arts and letters, but also modes of life, the fundamental rights of the human being, value systems, traditions and beliefs; (UNESCO, 1982).

redefinir la noción de cultura (incluyendo en ella no sólo las artes y las letras, sino también los modos de vida, los derechos fundamentales del ser humano y los sistemas de valores, tradiciones y creencias), la conferencia aprobó la Declaración de México sobre las Políticas Culturales con una nueva definición del patrimonio cultural que englobaba las obras materiales e inmateriales a través de las cuales se expresa la creatividad de los pueblos: idiomas, ritos, creencias, sitios y monumentos históricos, obras literarias, obras de arte, archivos y bibliotecas. La Declaración de México afirmaba que cada cultura representa un conjunto de valores único e irremplazable, ya que las tradiciones y formas de expresión de cada pueblo constituyen su manera más eficaz de manifestar su presencia en el mundo. La identidad cultural y la diversidad cultural son indisolubles, y el reconocimiento de múltiples identidades culturales allí donde coexisten diversas tradiciones constituye la esencia misma del pluralismo cultural. La conferencia pidió a la UNESCO que no se limitara a su programa de preservación del patrimonio cultural constituido por monumentos y lugares históricos, sino que desarrollase también sus programas y actividades para salvaguardar y estudiar el patrimonio cultural inmaterial, en particular las tradiciones orales. Esas actividades debían llevarse a cabo a nivel bilateral, subregional, regional y multilateral y basarse en el reconocimiento de la universalidad, diversidad y dignidad absoluta de los pueblos y las culturas. (UNESCO, s/d).

Nota-se que a MONDIACULT possibilitou novas abordagens e novos rumos no campo cultural e patrimonial. No campo do patrimônio, no qual por muito tempo perdurou a concepção do patrimônio material de pedra e cal, agora se concebe o imaterial, reconhecendo mais amplamente a diversidade cultural. O reconhecimento do patrimônio imaterial possibilitou uma ampliação na formulação das políticas culturais por conceber as várias formas de saberes como cultura, logo precisando de políticas públicas para a promoção e preservação da cultura imaterial.

As transformações sociais e políticas ocorridas no decorrer da primeira tentativa da UNESCO em definir uma política cultural em 1969 foram acompanhadas ao longo das décadas seguintes de formulações e planos culminando na Conferência sobre *Políticas Culturales: Documento de Estocolmo 1998*. Reconhecendo o novo cenário mundial das sociedades marcadas por sistemas democráticos, processos de transformação social, cultural, econômico, tecnológico e político traz em seu documento uma visão mais “democrática” das políticas culturais, concebendo-as como essenciais para o desenvolvimento das sociedades, compreendendo que:

1 - la política cultural, siendo uno de los principales componentes de una política de desarrollo endógena y duradera, debe ser implementada en coordinación con otras áreas de la sociedad en un enfoque integrado. Toda política para el desarrollo debe ser profundamente sensible a la cultura misma; [...] 5 - las políticas culturales han de promover la creatividad en todas sus formas, facilitando la accesibilidad a las prácticas y experiencias culturales para todos los ciudadanos, [...] enriquecer el sentimiento de

identidad y plena participación de cada individuo y cada comunidad, y apoyarles en su búsqueda de un futuro digno y seguro; [...] 9 - el gobierno y la sociedad civil deben aspirar a lograr una asociación más estrecha para la elaboración y puesta en práctica de políticas culturales que estén integradas en las estrategias del desarrollo; [...]12- las políticas culturales deben buscar en forma particular la manera de fomentar y fortalecer los métodos y modos de ofrecer mayor acceso de todas las capas de la población a la cultura, de luchar contra la exclusión, la marginación y asimismo de elaborar todos los procesos que favorezcan la democratización cultural; 13-. las políticas culturales deben reconocer la contribución esencial aportada por los creadores para mejorar la calidad de vida, promover la identidad y fomentar el desarrollo cultural de la sociedad; (UNESCO, 1998, p.2-4)

A tônica do documento enfoca a política cultural como estratégia de desenvolvimento social e econômico. No Art. 1 percebe-se a preocupação para com um diálogo integrado entre as áreas da sociedade, mesmo não deixando claro que áreas serão essas. Quanto ao Art. 5 concebe que deve haver uma promoção da criatividade cultural, levando em consideração as práticas e experiências culturais dos sujeitos. No art. 9 entende a necessidade da colaboração dos governos, no caso o Estado, e sociedade civil para a efetivação de uma política cultural. No art. 12 propõe que deve haver uma democratização cultural, e nesse ponto é interessante salientar que tal concepção apresenta dissonâncias. No art. 13 ressalta a importância da contribuição dos criadores de cultura.

É pelas transformações sociais, políticas e econômicas mundiais que a UNESCO redefine as concepções de cultura e política cultural, passando agora ter uma abordagem mais holística e mais democrática quanto às ações governamentais no campo da cultura.

A criação da UNESCO (1946) já sinalizava a intervenção do Estado na cultura através dos ordenamentos jurídicos. A formulação das políticas culturais na atualidade por parte dos estados-membros da UNESCO seguem os padrões universais da instituição. Mesmo ficando a cargo de cada país ratificar as declarações, o princípio para sua formulação e implementação é norteado pelas definições da UNESCO.

### **1.3 As políticas culturais no continente africano**

As políticas culturais no continente africano se apresentam como um campo complexo, haja vista a multiplicidade cultural encontrada no continente e mesmo em um território nacional. Devido a sua diversidade étnica e cultural torna-se

um caso particular. Para que não caíamos em uma generalização, a partir do olhar de um estudante-pesquisador brasileiro que está se debruçando para compreender esse processo, tomaremos como análise ações de políticas culturais em alguns países do continente, priorizando as investigações principalmente de autores africanos, mas não deixando de utilizar os africanistas.

Elencamos para isso a *Conferência Regional sobre as Políticas Culturais da África- Acra* (1975), e estudos sobre Moçambique e Togo.

No continente africano a relação entre cultura e desenvolvimento fará parte dos projetos de construção da nação em vários países. Essas ações estão diretamente relacionadas com o apoio da UNESCO que irá influenciar as políticas públicas para a cultura (LEITE, 2015; RUBIM, 2010; NAWA, 2012; AITNARD, 1976; N'Diaye, 1981 apud NAWA, 2012).

A cultura como fator de desenvolvimento no continente africano se institucionaliza oficialmente com a UNESCO na *Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África* que aconteceu em Acra em 1975. Na ocasião os representantes dos Governos dos Estados Africanos membros da UNESCO com a cooperação da Organização da Unidade Africana (OUA)<sup>11</sup>, concebem “Que a cultura africana continua a ser uma arma decisiva nas lutas pela libertação e na contínua luta contra o colonialismo, o racismo e o apartheid”, e que a mesma tem um caráter transformador, por isso, “Reconhecer, por conseguinte, as responsabilidades que incumbem aos Estados africanos em relação à definição das políticas culturais nacionais, que devem ser orientadas para as políticas decididas nos domínios político, econômico e social” (UNESCO, 1975, s.p)<sup>12</sup>.

As políticas culturais como um fenômeno eurocêntrico (LEITE, 2015, RUBIM, 2012) chegam ao continente africano com a UNESCO no momento em que vários países do continente estão entrando em momento de independência. As concepções da UNESCO sobre políticas culturais para o continente imaginarão o

---

<sup>11</sup> A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada a 25 de Maio de 1963 em Addis Abeba, Etiópia, por iniciativa do Imperador etíope Haile Selassie através da assinatura da sua Constituição por representantes de 32 governos de países africanos independentes, para enfrentar o colonialismo e o neocolonialismo e apropriação das suas riquezas. A OUA foi substituída pela União Africana em 9 de Julho de 2002

<sup>12</sup> That African culture continues to be a decisive weapon in the struggles for liberation and in the continuing struggle against colonialism, racism and apartheid [...] Recognize accordingly the responsibilities incumbent on African States with regard to the definition of national cultural policies, which must be geared to the policies decided on in the political, economic and social fields. (UNESCO, 1975, s/p).

casamento entre cultura e desenvolvimento (LEITE, 2015; UNESCO, 2015), o que será tratado no âmbito da Conferência das Políticas Culturais em África - Acra em 1975 (UNESCO, 1975). A relação entre cultura e desenvolvimento levou a constituição da Década do Desenvolvimento Cultural 1980-1997.

A Conferência de Acra, também conhecida como AFRICACULT-ACRA, é marcada pela reivindicação de países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos para encontrar na e através da cultura estratégias de desenvolvimento. (LEITE, 2015), haja vista que os países do continente tiveram suas histórias marcadas pelo colonialismo, precisando agora se libertarem no campo político, econômico, social e cultural. É a partir dessa compreensão que a UNESCO propõe que as ações dos estados-membros africanos formulem e executem políticas culturais para uma nova ordem (UNESCO, 1975). A tabela a seguir apresenta os países africanos que participaram da conferência.

**Tabela 3** Delegações de países africanos na AFRICACULT

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Argélia</li> <li>• Camarões</li> <li>• Costa do Marfim</li> <li>• Congo</li> <li>• Etiópia</li> <li>• Gana</li> <li>• Gabão</li> <li>• Gambia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guiné</li> <li>• Ilhas Maurício</li> <li>• Libéria</li> <li>• Marrocos</li> <li>• Mali</li> <li>• Mauritânia</li> <li>• Malauí</li> <li>• Nigéria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quênia</li> <li>• República Centro Africana</li> <li>• República Popular do Benin</li> <li>• República do Zaire</li> <li>• Republica Alto Volta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• República da Tanzânia</li> <li>• Ruanda</li> <li>• Serra leoa</li> <li>• Senegal</li> <li>• Sudão</li> <li>• Tunísia</li> <li>• Uganda</li> <li>• Zâmbia</li> <li>• Togo</li> </ul>
---	---	---	--

Fonte: Elaboração própria baseado na UNESCO, 1975.

O documento elaborado na AFRICACULT estabelece as seguintes potencialidades de uma política cultural no continente africano:

Convencido de que a unidade africana está aterrada, em primeiro lugar, na história;  
 Declara de que a afirmação da identidade cultural expressa uma realidade comum a todos os povos da África;  
 [...]  
 Afirmar a vontade dos Estados Africanos;

[...]

Declara que a autenticidade cultural e progresso técnico, na reciprocidade e complementaridade dos seus efeitos, são a mais segura garantia do desenvolvimento cultural e o advento de novas sociedades ligadas à elevada tradição do humanismo africano;

[...]

Afirmar a diversidade cultural africana, a expressão de uma universalidade de realização própria, é um fator de equilíbrio e produção criativa, servindo como causa da mobilização social e da integração;

[...]

Reconhecer conseqüentemente as responsabilidades aos Estados Africanos que diz respeito as definição das políticas culturais nacionais, que devem estar orientadas para as políticas econômica e social;

Afirmar a nossa determinação para implementar ou intensificar nossas políticas culturais para este fim, tendo em conta a interação que tem lugar entre eles e as políticas seguidas em relação, a educação, a ciência e a tecnologia, a comunicação e o ambiente; [...] (UNESCO, 1975, s/p)<sup>13</sup>.

Percebe-se que a tônica do documento atribui uma nova concepção de sociedade marcada agora por sua liberdade do jugo colonial, precisando de ações práticas para a promoção e valorização de suas culturas e da diversidade cultural. As políticas culturais deveriam orientar as políticas econômicas e sociais para a integração dos países africanos na dinâmica mundial. A elaboração da AFRICACULT representava a inserção dos países africanos na nova cena mundial das políticas culturais como fator de desenvolvimento.

Percebe-se que aqui a cultura quando inserida na agenda governamental é pensada para resolver questões de ordem econômica e social, além de focar na coesão social e na transformação política.

Mas Nawa (2012, p. 7) critica esse tipo de abordagem, pois concebe que os estudos sobre políticas culturais em África revelam para a necessidade de outra perspectiva: “De modo a desenhar sobre seus próprios modelos, em vez de

---

<sup>13</sup> Convinced that African unity is grounded, first and foremost, in history; Declare that the assertion of cultural identity expresses a reality common to all the peoples of Africa; [...] Affirm the will of the African States: [...] Declare that cultural authenticity and technical progress, in the reciprocity and complementarity of their effects, are the surest guarantee of cultural development and of the advent of new societies linking up with the lofty tradition of African humanism; [...] Affirm that African cultural diversity, the expression of a self-same universality, is a factor of equilibrium and creative fertility, serving the cause of social mobilization and national integration; [...] Recognize accordingly the responsibilities incumbent on African States with regard to the definition of national cultural policies, which must be geared to the policies decided on in the political, economic and social fields; Affirm our determination to implement or intensify our cultural policies for this purpose, bearing in mind the interaction which takes place between them and the policies followed in regard to, inter alia, education, science and technology, communication and the environment; Undertake to be guided accordingly in considering the recommendations made by this Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa, which represents a milestone in the history of African culture; [...]. (UNESCO, 1975, s/p).

emprestar de países do exterior”<sup>14</sup>. O autor cita o exemplo da Nigéria como uma política cultural que não institucionaliza a cultura para o desenvolvimento, mesmo isso acontecendo, mas o fato é que o Estado não declara a cultura como um direito cultural (NAWA, 2012, p. 9).

Pedro Pereira Leite (2015), analisando as políticas culturais em Moçambique, que não participou da AFRICACULT, observa que as formulações da conferência farão parte das políticas culturais no país – no momento de realização da AFRICACULT o país estava em transição do sistema colonial para a independência. A complexidade em estudar tais processos em países africanos é acionada por Leite

Moçambique é em África um caso que apresenta uma relevância [...], é nos dias de hoje relativamente complexo efectuar análise global à realidade patrimonial africana. Vários processos se cruzam em diferentes territórios, que dispõe, por sua vez, cada um de heranças diferenciadas. Há, portanto dinâmicas internas e externas que caracterizam cada unidade de análise que importa ter em conta e impedem uma análise na sua totalidade (LEITE, 2015, p. 17).

A complexidade levantada pelo autor sobre o caso moçambicano refere-se à diversidade étnica e cultural do país e a sua própria história, pois Moçambique se torna independente em 1975, e esse momento é seguido pela busca de uma política nacional para a construção de um estado soberano.

Quando Moçambique se torna independente estava na ordem do dia à questão das problemáticas das políticas culturais públicas como recurso de desenvolvimento em África. A cultura é imediatamente incorporada como um recurso nas estratégias de desenvolvimento e da construção da nação moçambicana. Essas estratégias, de acordo com as tendências da época, eram prosseguidas pelo Estado então em formação com apoio das organizações internacionais, na qual sobressai naturalmente a UNESCO. (LEITE, 2015, p. 17)

As políticas culturais em Moçambique são marcadas por dois momentos, de acordo com o autor acima citado: o primeiro tem início com a independência do país, que elevará a cultura para a construção do “homem novo”, esse projeto governamental é liberado pela FRELIMO, movimento de libertação nacional, esse momento é marcado por produções cinematográficas com a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC), que na sua grande maioria priorizava a produção de

---

<sup>14</sup> so as to draw on their own models, instead of borrowing from overseas countries (NAWA, 2012, p. 9)

filmes que registrassem acontecimentos nacionais, estimulava formação de profissionais e a veiculação de imagens das diversas províncias e dos povos étnicos; o segundo momento acontece na II República a partir de 1994, a questão agora é a garantia da diversidade identitária.

De acordo com Jerferson Mota a construção do homem novo fazia parte de um projeto político e ideológico que simboliza a nova identidade nacional moçambicana no momento pós-independência “Este homem novo seria o total contraste do ‘homem velho’, representado pelo sujeito com mentalidade colonial burguesa e tradicional-feudal que não pensaria com coordenadas cartesianas, entregue ao sabor do misticismo e das práticas simplórias de existência cultural e racional” (MOTA, 2015, p. 11).

O homem novo representaria, assim, um projeto racional precisando de instituições para seu distanciamento em relação ao período anterior é o momento que a cultura é implementada na agenda governamental como um desenvolvimento social e econômico, possibilitando uma estratégia desenvolvimentista e ajudaria na criação de uma identidade nacional: a moçambicanidade ou o “homem novo”. A cultura apresenta-se na construção de uma nação moçambicana, “a moçambicanidade [seria] uma forma de ultrapassar as diferenças” (MONDLANE, 1975 *apud* LEITE, 2015, 19). Porém, Leite alerta que apesar das iniciativas de se tratar a cultura como uma política pública o que aconteceu nesse momento foi que a cultura não dispunha de um sistema articulado, diferentemente da educação com a criação de um ministério próprio. “A noção de política cultural nos primeiros tempos da independência é então entendida como a ‘unificação dos hábitos e costumes’ de todos os moçambicanos. A busca de uma uniformidade torna-se parte da política de Estado” (LEITE, 2015, p. 20).

O autor atribui a III Conferência da FRELIMO em 1977 como ponto de partida para a cultura no país, estabelecendo três missões para a cultura: a) um instrumento de combate ideológico pela sua concepção de política socialista; b) a cultura como construção do homem novo e c) “a cultura como uma questão político-social, procurava-se libertar África das ‘expressões da cultura burguesa’ com que o colonialismo tinha procurado consolidar as suas posições, principalmente nos meios urbanos” (LEITE, 2015, p. 20). Será a partir dessa conferência que as políticas culturais serão formuladas, partindo da concepção que a cultura representaria um combate político (LEITE, 2015).

A relação entre cultura e desenvolvimento no continente africano também é tratada por K.M Aitnard (1976, p. 9-10), em seu estudo sobre as políticas culturais em Togo. O autor ressalta que esse desenvolvimento deve ser produtivo e integrado, ou seja, as forças externas não devem aniquilar ou desvalorizar o fator interno e o valor humano deve ser o protagonista desse desenvolvimento, de forma que “A cultura togolesa deve manter um dinamismo que possa inculcar em todos os setores da população uma nova atitude, conducente ao desenvolvimento integrado”.<sup>15</sup>.

O autor entende que para a efetividade e sucesso de uma política cultural é preciso haver um consenso entre a sociedade e o Estado, nesse sentido, uma política cultural deve apresentar-se como uma relação complementar com outras ações acionadas para o desenvolvimento: “Este manifesto de política cultural se referia aos outros aspectos do desenvolvimento humano, definindo sua relação complementar e as condições necessárias para harmonizar a cultura e a economia nos níveis conceitual e pragmático”. (AITNARD, 1976, p. 17) <sup>16</sup>.

As políticas culturais em Togo, de acordo com o autor, partiram do programa nacional *Rassemblement du Peuple Togolais* (RPT) criado em 1962, dois anos após sua independência. A promoção da cultura foi incluída nas atribuições do Ministério Nacional de Educação, mas não houve iniciativas concretas por parte do Estado nesse momento. As ações no campo da cultura apresentavam-se mais de forma individualizada. O RPT marcaria uma nova era nos assuntos culturais: “A parcela do programa é dedicado a cultura com estruturas e linhas gerais de ação. Ele marca pela primeira vez na história a escolha deliberada do Togo de um sistema cultural integrado com outros aspectos do desenvolvimento”<sup>17</sup>. As políticas culturais passam a fazer parte das políticas de desenvolvimento para a melhoria da qualidade de vida. (AITNARD, 1976, p. 19).

As ações do Estado togolês no campo cultural se deram com “O estabelecimento de inspeções regionais da Juventude, Desporto e Cultura, viabilizando realizar ações específicas para o benefício de cada região: semanas

---

<sup>15</sup> Togolese culture must retain a dynamism which can instil into all sectors of the population a new attitude, conducive to integrated development. (AITNARD 1976, p. 9-10).

<sup>16</sup> This cultural policy manifesto would refer to the other aspects of human development, defining their complementary relationship and the necessary conditions for harmonizing culture and economics on the conceptual and pragmatic levels. (AITNARD, 1976, p. 17).

<sup>17</sup> The part of the programme devoted to culture is concise and both with structures and general lines of action. It marks for the first time in Togolese history the deliberate choice of a cultural system integrated with other aspects of development (AITNARD, 1976, p. 19).

culturais distritais, semanas regionais, o estabelecimento de centros culturais e centros regionais de pesquisa” (AITNARD, 1976, p. 22)<sup>18</sup>. As políticas culturais pós-independência (1960) são marcadas pela criação de instituições, departamentos e órgãos estatais referentes à cultura, o principal deles foi o Ministério da Cultura, criado em 1972.

A partir dessa breve análise sobre as políticas culturais em contextos africanos, chego à seguinte questão: Qual o caráter das políticas culturais na África do Sul pós-Apartheid?

A partir do exposto nesse capítulo com as transformações na redefinição de cultura, nota-se que a ampliação do termo possibilitou novas abordagens no campo das políticas culturais que passaram a ser inseridas nas agendas governamentais a partir da diversidade e da pluralidade cultural. A África do Sul que havia se retirado dos estados-membros das Nações Unidas em 1956, retorna pós 1994 em seu período de construção democrática, ratificando todas as declarações e conferências da UNESCO. Nesse momento a cultura passa a fazer parte de um projeto para a construção de uma nação, mas qual o lugar das políticas culturais no projeto governamental sul-africano? Em que medida as políticas de cultura da UNESCO se relacionam com as políticas culturais da África do Sul?

No capítulo seguinte pretendo explorar estes questionamentos analisando documentos legais sobre a cultura elaborados pelo Estado sul-africano.

---

<sup>18</sup> The establishment of regional inspectorates for youth, sport and culture has made it possible to undertake specific action for the benefit of each region: district cultural weeks, regional weeks, the establishment of cultural centres and regional survey centres (AITNARD, 1976, p. 22).

## 2 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E CULTURA NO PÓS-APARTHEID: OS DOCUMENTOS LEGAIS

Ao longo da história da África do Sul, do colonialismo ao Apartheid, os governos utilizaram a cultura para a dominação da população (NAWA, 2012). Nas palavras de Sirayi (apud NAWA, 2012, p. 9), a África do Sul é marcada por dois tipos de política cultural em determinados períodos: “a política cultural na África do Sul tem sido amplamente implícita antes de 1994, enquanto a política cultural pós-1994 foi mais explícita”<sup>19</sup>. No modelo implícito antes de 1994, as políticas culturais estavam centradas em uma relação de poder de submissão e segregação. O caráter implícito se dava por não haver formulações diretamente pronunciadas, o caráter explícito, pós 1994, é considerado como o momento do projeto democrático sul-africano, e se dá por formulações abertas e claras no campo das políticas culturais com agências estruturadas (MADDEN, 2005 *apud* NAWA, 2012, p. 3).

Mj Maluleke analisando o impacto da cultura europeia na África do Sul nos dirá que:

A cultura africana experimentou mudanças rápidas desde a invasão colonial. A cultura africana contemporânea é uma mistura de elementos tradicionais e características alienígenas. A cultura africana local foi oprimida por muitos anos por africanos brancos, que encontram suas raízes culturais nos países ocidentais. As culturas ocidentais tendem a ser mais individualistas e focadas em conquistas individuais e interesses pessoais, enquanto as culturas africanas são coletivistas, orientadas para grupos e preocupadas com o bem-estar de sua comunidade. (MJ MALULEKE, 2012, p. 429)<sup>20</sup>.

Esses sentidos atribuídos à cultura se diferenciam pelo seu caráter individual para os europeus, e comunitário para os povos do continente africano que têm a filosofia *Ubuntu*, particularmente entre as populações falantes das línguas Bantu, que têm tal filosofia como um sistema de valor “Ubuntu é um dos conceitos

<sup>19</sup> cultural policy in South Africa has been largely implicit before 1994, while post-1994 cultural policy has been more explicit. (SIRAYI apud NAWA, 2012, p.9).

<sup>20</sup> African culture has experienced rapid change since the colonial invasion. Contemporary african culture is a mixture of traditional elements and alien features. Local african culture was oppressed for many years by white south africans, who find their cultural roots in western countries. Western cultures tend to be more individualistic and focused on individual achievements and personal interests, whereas african cultures are collectivistic, group-oriented, and concerned with the welfare of their community. (MJ MALULEKE, 2012, p. 429).

filosóficos e dos princípios organizacionais essenciais das populações que falam línguas Bantu” (RAMOSE, 2009, p. 139) <sup>21</sup>.

Ubuntu significa: "Eu sou o que sou por causa de quem somos". Ubuntu sublinha a importância do acordo ou do consenso.

O conceito geral do Ubuntu valoriza as pessoas como uma comunidade, e não como indivíduos. Os Zulus e outros povos têm um dito "umuntu ngumuntu ngabantu", o que significa que uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas. É um modo de vida humanista que mantém a ética e a moral na vanguarda de tudo. Todas as práticas culturais, tradicionais e costumeiras africanas, incluindo as relativas a mulheres e crianças, foram baseadas no Ubuntu. (MJ MALULEKE, 2012, p. 428-429) <sup>22</sup>.

No período democrático sul africano – pós 1994, houve uma série de ações do Estado visando elaborar projetos e propostas para uma nova abordagem no campo da cultura, que passaria agora a contemplar suas diversas formas, inserindo-as em uma política nacional de cultura (NAWA, 2012), tornando-a um símbolo da nova nação sul-africana (SOUTH AFRICA, 1994, 1996b). Os documentos legais passaram a atribuir um novo significado para o campo cultural, inserindo-o nesse momento na agenda governamental.

Os documentos legais enfocam como a cultura se apresenta no país (NAWA, 2012), como também, sua representatividade. Nawa nos diz que a principal fonte de política cultural, em vários países, é sua constituição, como é o caso da Constituição da República da África do Sul de 1996. Mesmo a cultura entrando na agenda governamental e sendo elemento central da construção da nação, não é definida e nem nomeada no documento. As especificações sobre cultura aparecerão dispersas em relação a diversos departamentos e organizações institucionais (NAWA, 2012), mas a Constituição já assinalava para a diversidade do país (SOUTH AFRICA, 1996a).

---

<sup>21</sup> A filosofia Ubuntu como um sistema de valor é o conceito central da organização social e política da filosofia africana, particularmente entre as populações falantes das línguas Bantu, que consiste no princípio de compartilhamento de cuidado mútuo (RAMOSE, 2009). As línguas Bantu, como grupo etnolinguístico, estão localizadas principalmente na África Subsaariana. No processo de construção da África do Sul pós-apartheid a filosofia Ubuntu é acionada pelo respeito da igualdade universal, respeito pelos direitos humanos, valores e diferenças. Disponível em: <http://www.pordentrodafrica.com/cultura/ubuntu-filosofia-africana-que-nutre-o-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia>.

<sup>22</sup> Ubuntu means, 'I am what I am because of who we all are'. Ubuntu underscores the importance of agreement or consensus.

The overall concept of Ubuntu values people as a community, rather than as individuals. The Zulus and other peoples have a saying, 'umuntu ngumuntu ngabantu', which means a person is a person through other persons. It is a humanistic way of life which holds ethics and morals at the forefront of everything. All African cultural, traditional and customary practices, including those pertaining to women and children, were based on Ubuntu. (MJ MALULEKE, 2012, p. 428-429).

Os documentos analisados aqui serão o *Projeto Nacional de Política Cultural (1994)*<sup>23</sup>, que consiste em um projeto para a área da cultura elaborado pelo ANC apresentado e aprovado no Parlamento Nacional em julho de 1994, propondo novas ações e medidas direcionadas a cultura por parte do Estado. Esse projeto daria início a toda uma política de cultura na África do Sul democrática. É a partir do documento de 1994 que será elaborado *Livro Branco sobre artes, cultura e patrimônio* em 1996<sup>24</sup>, considerado pelo Estado como o primeiro documento de política nacional de cultura, além da Constituição de 1996 que passa a reconhecer a diversidade como uma marca sul-africana (SOUTH AFRICA, 1996a) sendo essa característica presente nas ações e projetos do Estado.

No projeto democrático em curso na África do Sul, as artes, a cultura e o patrimônio tornaram-se a base das políticas públicas nacionais para a elevação das culturas que foram oprimidas e marginalizadas no período do Apartheid. O primeiro Ministro das Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia, assim, se refere a esse projeto político e ideológico: “A África do Sul está realmente a ponto de experimentar um renascimento cultural. Artes, cultura e patrimônio não podem ser uma exceção neste processo de transformação” (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>25</sup>. A afirmação do ministro Dr. Bs Ngubane destaca a importância que o Estado confere a essas áreas para seu projeto político e ideológico.

Esse projeto político governamental serviu de base na Constituição da África do Sul de 1996 que garante a livre liberdade de expressão e reconhecimento da diversidade étnica e cultural de seu povo (SOUTH AFRICA, 1996a). Nesse sentido, as culturas, juntamente com as artes e o patrimônio, passaram a ser interpretados pelo Estado como elementos que elevariam o desenvolvimento socioeconômico do país na construção da nação Arco-Íris.

Nawa analisando a relação entre políticas culturais e desenvolvimento na esfera dos governos locais na África do Sul, compartilha da percepção das agências internacionais UNESCO e a *Nova Parceira para o Desenvolvimento em África* (NEPAD sigla em inglês): “Sustentam a visão de que o desenvolvimento não pode ocorrer sem cultura”; e continua: “E que muitos países africanos, asiáticos e latino-americanos ainda não apreciam e reconhecem que a cultura é um ingrediente chave

---

<sup>23</sup> Draft National Cultural Policy

<sup>24</sup> White Paper on Arts, Culture and Heritage

<sup>25</sup> South Africa is really on the verge of experiencing a cultural renaissance. Arts, culture and heritage can not be an exception in this process of transformation. (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)

em qualquer processo de desenvolvimento nacional”. (SIRAYI, 2004 apud NAWA, 2012, p. 1)<sup>26</sup>.

Percebe-se como a cultura está inserida nas concepções das agências internacionais como elemento de desenvolvimento nacional. É nessa perspectiva desenvolvimentista que a cultura passa a ser apropriada pelo Estado na formulação e implementação de políticas públicas, e especificamente políticas culturais, para transformações socioeconômicas. A cultura passa a conferir status potencializador de uma nova ordem expansionista, por isso, a necessidade que os Estados conferem em ações governamentais para a sua inclusão na agenda governamental.

Essa visão de cultura ligada ao desenvolvimento é apoiada pelo governo sul-africano que declara: “Internacionalmente, os municípios são os maiores financiadores das artes e da cultura, e muitas cidades fizeram a transição dos centros globais industriais para pós-industriais através do desenvolvimento das artes e da cultura localmente” (AFRICA DO SUL, 1998)<sup>27</sup>.

É no momento em que a cultura passa a estar relacionada ao desenvolvimento, que se faz necessária uma política cultural. Nesse momento, o Estado busca formular ações no campo da cultura para o melhor aproveitamento tanto econômico como social (NAWA, 2012). De acordo com Lia Calabre (2007, s.p), “hoje duas questões centrais compõem a pauta das políticas culturais: a diversidade cultural e da economia cultural”. Ainda para a autora, “A cultura é um fator de desenvolvimento”, perspectiva compartilhada por vários autores<sup>28</sup> (CANCLINI, 2003; WERTHEIM; 2003; BOTELHO, 2000; RUBIM, 2012; NAWA, 2012) e por organismos internacionais como a UNESCO, o Banco Mundial e a ONU, por isso, faz-se necessária ações de planejamento no campo da cultura.

A cultura como fator de desenvolvimento é compartilhada por Canclini (2003, p. 21), que enfocando o caso da América Latina parte do pressuposto que é

---

<sup>26</sup> hold the view that development cannot take place without culture and that many African, Asian and Latin American countries are yet to appreciate and concede that culture is a key ingredient in any national development process. (SIRAYI, 2004, apud NAWA, 2012, p. 1).

<sup>27</sup> Internationally, municipalities are the biggest funders of arts and culture, and many cities have made the transition from industrial to postindustrial global centres through the development of arts and culture locally (SOUTH AFRICA, 1998).

<sup>28</sup> “A UNESCO e o IPEA realizaram, em agosto de 2002, o Seminário Internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento – Uma base de dados para a Cultura que teve por objetivo, não só renovar o interesse pela relação entre cultura e desenvolvimento, mas estimular o surgimento de uma agenda comum para a criação de bases de dados sobre a cultura” (BRASIL, 2003). O encontro culminou com a coleção *Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Ver BRASIL, 2003.

preciso construir novos indicadores culturais, isso porque, a crise na região desencadeou a “decadência de utopias de integração latina-americana e os projetos de liberalização do comércio colocam novas condições para o desenvolvimento sociocultural”, por isso, faz-se preciso “reunir estatísticas culturais e situá-las nas políticas de desenvolvimento nacional e continental teremos que considerar novas articulações entre economia e cultura”. As novas articulações colocadas pelo autor referem-se às necessidades de departamentos culturais que promovam um capital cultural com possibilidades de capacidade de consumo.

Ainda sobre a América Latina, Mônica Moreno-Cubillos (2017, p. 53) analisando as políticas culturais em Bogotá pontua que esse tipo de política ao longo da história tem sido associada a “estruturas de poder, estando de diferentes modos, relacionada aos processos econômicos”. Ruby León Diaz (2011, p. 2) é categórica em afirmar que “as políticas públicas se configuram como um dos mecanismos através dos quais os Estados modernos materializam e projetam a sociedade”.

A política cultural, para Calabre (2007, s.i), “deve partir da percepção da cultura como um bem da coletividade e da observação da interferência nas práticas culturais enraizadas das ações levadas a cabo pelas mais diversas áreas governamentais”. Concepção encontrada na definição da UNESCO.

A política cultural é a soma dos usos, ações, (ou falta de ação) conscientes e deliberados, em uma sociedade, visando o atendimento de determinadas necessidades culturais através da utilização ótima de todos os recursos físicos e humanos disponíveis para essa sociedade em um dado tempo (UNESCO 1969, p.10)<sup>29</sup>.

Nessa perspectiva, compartilhamos com Nawa (2012, p.4) a ideia de que “A política cultural é a dimensão operacional ou instrumento da cultura”<sup>30</sup>, sua implementação deve ser seguida de um planejamento cultural (CALABRE, 2013; NAWA, 2012).

Pedro Pereira Leite (2015, p. 18) pontua que a cultura é incorporada na agenda governamental de Moçambique como estratégia de desenvolvimento no momento de sua independência (1975) quando as políticas culturais são acionadas como recurso de desenvolvimento em África “a cultura é imediatamente incorporada

---

<sup>29</sup> cultural policy is the sum total of the conscious and deliberate usages, action, (or lack of action), in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilisation of all the physical and human resources available to that society at a given time (UNESCO 1969, p.10).

<sup>30</sup> Cultural policy is the operational dimension or instrument of culture (NAWA, 2012, p. 4).

como um recurso nas estratégias de desenvolvimento e da construção da nação moçambicana”.

Nawa (2012) alerta para o estudo das políticas culturais na África do Sul, pois há uma distinção entre política cultural nacional e local. No nível nacional as bases legais estão contidas no *Livro Branco sobre Artes, Cultura e Patrimônio e na lei de Promoções Culturais (1996)*. As políticas culturais na esfera local referem-se a legislações em matéria de cultura como promulgada por estruturas governamentais locais. Mas essas distinções não são excludentes, pelo contrário, são influenciadas mutuamente (NAWA, 2012).

Na África do Sul a cultura faz parte de uma série de procedimentos legais estabelecidos pelo governo, que lhe confere um papel importante no processo de construção da nação Arco-Íris. A cultura é tratada ao lado das artes, sendo ela um componente, assim como o patrimônio, das ações do *Departamento de Artes e Cultura* (DAC sigla em inglês).

## **2.1 Um projeto para a institucionalização da cultura na África do Sul pós-apartheid**

O primeiro documento que daria uma nova abordagem no campo cultural pós-apartheid foi elaborado pelo ANC em 1994, e esboçava o tratamento que o Estado deveria conferir à cultura, e que serviria de base para a elaboração das políticas culturais nesse novo momento.

O *Projeto Nacional de Política Cultural (1994)* foi elaborado pelo ANC para o DAC. O documento é dividido em sete capítulos, como demonstrado resumidamente no quadro 1, e tem por objetivo principal a elaboração de uma proposta para uma política nacional de cultura. O documento já traz em seu preâmbulo a concepção de uma política cultural

A política de artes e cultura trata de costume e tradição, crença, religião, idioma, identidade, história popular, artesanato, bem como todas as formas de arte, incluindo música, teatro, dança, escrita criativa, artes plásticas, fotografia, filme e, em geral, é a soma dos resultados do esforço humano (SOUTH AFRICA, 1994)<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Arts and culture policy deals with custom and tradition, belief, religion, language, identity, popular history, crafts, as well as all the art forms, including music, theatre, dance, creative writing, the fine arts, the plastic arts, photography, film, and, in general is the sum of the results of human endeavour (SOUTH AFRICA, 1994).

O documento elaborado pelo ANC, logo de imediato ao fim do Apartheid e início do projeto democrático, propõe uma visão e uma concepção de arte e cultura contraposta ao momento anterior. Parte-se do reconhecimento que é necessário nesse novo momento uma política cultural que valorize a diversidade étnica e cultural do país. A política cultural, como projeto político do Estado, visa uma concepção que englobe as expressões culturais em suas diferentes formas e aspectos, elevando a criação humana um status potencializador, conferindo aos grupos étnicos o caráter de produtores de cultura, e que precisam ser reconhecidos como artistas culturais.

#### **Quadro 1 - Resumo dos capítulos do Projeto Nacional de Política Cultural**

I. PREÂMBULO - reconhecimento da cultura como valor de desenvolvimento;

II. OBJETIVOS POLÍTICOS - afirmar e promover as diversas manifestações culturais sul-africanas; promover o desenvolvimento cultural de uma nação unificadora; preservar e promover o patrimônio cultural nacional; promover a educação artística; estabelecer uma política linguística; desenvolver os recursos humanos; promover uma campanha nacional de alfabetização; vincular a cultura como área de prioridade nacional; realizar pesquisas culturais para a promoção das histórias negligenciadas; promover a cultura tradicional; capacitar profissionais e a sociedade na área cultural; prover a cultura a nível nacional, regional e local e suas sub-culturas;

III. PAPEL DO ESTADO – facilitar a legislação; criação de órgãos estatutários para o processo de implementação; financiar as artes e a cultura; proteger as pessoas e seu status social, participação em convenções e recomendações; mobilizar os organismos para-estatais e estatutários para promover o cumprimento dos objetivos;

IV. ATIVIDADES BÁSICAS – investigação sobre a cultura em suas diferentes expressões; formação para educadores e formadores de artes; elaboração de um novo currículo que contemple as diversas manifestações culturais; indústria editorial para a promoção de escritos africanos; indústria cultural para a captação de recursos; contribuição da mídia; teatro; dança; fotografia; artes visuais; artesanato; música; patrimônio cultural; escrita criativa; cooperação internacional; instituições nacionais; estatuto social dos artistas e das pessoas ativas na cultura; atividades comunitárias;

V. FINANCIAMENTO DA CULTURA (INCLUINDO IMPLICAÇÕES FISCAIS)- parceria entre o público e o privado para o financiamento da cultura;

VI. ESTRUTURA E FUNÇÕES DO MINISTÉRIO DA CULTURA– estruturas e nomeações de ministérios e departamentos para o setor da cultura;

VII. REQUISITOS LEGISLATIVOS – prossecução da promoção geral de uma cultura unificadora nacional; introduzir legislações que contemple e assegure as artes e a cultura.

Fonte: elaboração própria com base em SOUTH AFRICA, 1994.

O documento é dividido em sete capítulos – como demonstrado no quadro 1 - fazendo desde um panorama histórico das artes, da cultura e do

patrimônio até dividi-los por seções e analisá-los separadamente. O objetivo do Ministério é tratar a cultura como meio para o “acesso, reparação e participação”, destacando ser necessária a “Reconciliação, reconstrução e desenvolvimento” que passam pela cultura. Essa tríade é a base para uma cultura democrática (SOUTH AFRICA, 1996b).

O projeto inicia fazendo uma reflexão da história do colonialismo e do Apartheid no continente africano e, em especial na África do Sul, salientando que tais sistemas não fazem parte apenas do passado, mas que estão no presente. E isto pode ser visto na criança sul-africana negra que têm as piores escolas, na população que não tem o direito a terra, à saúde, a educação, impossibilitando um desenvolvimento humano no continente. É uma crítica de como tais sistemas ocasionaram um desenvolvimento em separado<sup>32</sup>, perdurando até os dias atuais. Para uma transformação dessa situação o documento elabora propostas de governo para uma abordagem da cultura ligada a educação com a criação de bibliotecas, uma política linguística e principalmente um novo currículo escolar. Essa relação entre cultura e educação proporcionará um desenvolvimento tanto social como econômico segundo o manuscrito (SOUTH AFRICA, 1996b).

O escrito elaborado pelo ANC reconhece que a cultura é um componente integral nesse processo de construção e desenvolvimento da nação. A cultura pode apresentar um mal ou um bem, “um papel facilitador ou destrutivo no desenrolar do processo de desenvolvimento” (SOUTH AFRICA, 1994, s.p)<sup>33</sup>, mas agora deverá representar uma nova sociedade. O documento parte do reconhecimento de que a cultura dos sul-africanos foi da colonização ao Apartheid marginalizada e desvalorizada pelo Estado durante mais de três séculos, mas que ela sempre resistiu e, sua resistência é que a torna tão importante para a realização da democracia na África do Sul, é uma “cultura da resistência”. É preciso priorizar essa cultura, pois ela faz parte do próprio desenvolvimento humano, é a marca da história e a fonte para um país democrático.

O projeto traz em seus objetivos

---

<sup>32</sup> O desenvolvimento em separado foi uma política levada a cabo pelo estado colonial que partia de uma concepção racista entre os brancos e os povos étnicos. Na África do Sul a política de desenvolvimento em separado foi posta como uma barreira racial de circulação e vivência “Toda raça deveria se desenvolver em separado, o que levaria a formação de comunidades étnicas diversas e distintas que conviveriam uma ao lado da outra e não uma em meio à outra” (BARROS, 2012, p. 11).

<sup>33</sup> a facilitative or destructive role in the unfolding of the developmental process (SOUTH AFRICA, 1994, s.p).

Afirmar e promover as expressões ricas e diversas da cultura sul-africana. [...] promover o desenvolvimento de uma cultura nacional unificadora, representando as aspirações de todas as pessoas da África do Sul. [...] garantir que recursos e instalações para a produção e à apreciação das artes e da cultura sejam disponibilizados e acessíveis a todos. [...] preservar, revitalizar e promover o nosso patrimônio cultural nacional. [...] colocar a educação artística firmemente dentro dos currículos educacionais nacionais, bem como nos esforços educacionais não-formais. [...] estabelecer uma política linguística que encoraje o crescimento de todas as línguas do nosso povo dentro de um quadro multi-linguístico. [...] desenvolver a riqueza dos recursos humanos disponíveis para a vida cultural, enfatizando o treinamento nas formas de arte, gestão e administração das artes e cultura e preservação do patrimônio. [...] lançar e sustentar uma campanha nacional de alfabetização, [...] ligar a cultura firmemente a áreas de prioridade nacional, como saúde, habitação, turismo, urbanismo, arquitetura, etc. [...] garantir a implementação de pesquisa cultural para promover essas histórias que foram marginalizadas, com ênfase específica na história popular. Incentivar o estabelecimento de uma administração bem organizada e sistemática, que não deveria existir à custa da criatividade. Promover culturas específicas dentro das tradições, bem como a seleção cuidadosa dos aspectos da cultura que se enquadram nas prioridades nacionais. Mobilizar pessoas que atuam na cultura na sociedade, resultando em seu emprego e na criação de instituições que fortaleçam a economia. Promover o profissionalismo e a excelência artística (SOUTH AFRICA, 1994, s.p)<sup>34</sup>.

Os objetivos propostos visam promover a cultura sul-africana, colocando-a como meio acessível para todos os sul-africanos como forma de desenvolvimento social e político no reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país. A cultura, especificamente as culturas étnicas, aparece de forma tímida, mas com respaldo para sua valorização e promoção quando trata da cultura como prioridade nacional, um projeto nacional de política cultural em que se concebem as formas de artes tradicionais, aí inclusas a história oral e popular, nesse quadro, elencando o reconhecimento da diversidade cultural. A cultura imaterial já é acionada nesse momento, mas sua abordagem será mais problematizada no *Livro Branco sobre*

---

<sup>34</sup> affirm and promote the rich and diverse expressions of South African culture. [...] promote the development of a unifying national culture, representing the aspirations of all South Africa's people. [...] ensure that resources and facilities for both the production and the appreciation of arts and culture are made available and accessible to all. [...] preserve, revitalise and promote our national cultural heritage. [...] place arts education firmly within the national educational curricula, as well as in non-formal educational efforts. [...] establish a language policy that encourages the growth of all of our people's languages within a multi-linguistic framework. [...] develop the human resources pool available to cultural life by emphasising training in the art forms, management and administration of the arts and culture, and heritage preservation. [...] launch and sustain a national literacy campaign, [...] link culture firmly to areas of national priority, such as health, housing, tourism, town planning, architecture, etc. [...] ensure the implementation of cultural research to promote those histories which have been marginalised, with specific emphasis on popular history. Encourage the establishment of a well-organised and systematic administration, which should not exist at the expense of creativity. Promote specific cultures within the traditions, as well as the careful selection of aspects of culture that fit into national priorities. Mobilise people active in culture into society, thereby resulting in their employment and the creation of institutions which strengthen the economy. Promote professionalism and artistic excellence (SOUTH AFROCA, 1994).

*Artes, Cultura e Patrimônio e na lei de Promoções Culturais* (1996) que trataremos mais a frente.

Podemos dividir esses objetivos em quatro grupos: 1) ligado ao passado, destacando-se o fato de a cultura ter sido marginalizada, nesse grupo destaca-se a liberdade de expressão, valorização da multiculturalidade do país, prioridade aos saberes dos grupos étnicos e de seu povo; 2) a cultura em conexão com a educação em que se reconhece o papel da educação artística dentro do currículo escolar, uma política linguística com meios para o ensino e a aprendizagem das línguas étnicas, alfabetizar não apenas formalmente, mas utilizar desde a mídia eletrônica aos saberes locais – ação que se encontra no quarto grupo (político); 3) desenvolvimento humano; em que concebe a cultura como o desenvolvimento da pessoa; 4) político: realizar pesquisas para a promoção das histórias negligenciadas, incentivar os produtores culturais criando instituições para seu aperfeiçoamento e profissionalismo e conseqüentemente empregos e uma campanha nacional de alfabetização.

Mas essas ações não podem acontecer sem a ação estatal, por isso, de acordo com a declaração, fica a cargo do Estado assegurar meios para que todos os objetivos sejam alcançados, pois compreende que ele tem poder para que tais ações se efetivem e é responsabilidade do mesmo promover o bem-estar social e cultural de seu povo “O Estado é a única estrutura capaz de promover as empresas paraestatais, órgãos estatutários, organizações culturais de massa e instituições culturais específicas em busca do cumprimento dos objetivos” (SOUTH AFRICA, 1994, s.p)<sup>35</sup>.

O documento propõe a organização de um Ministério da Cultura para facilitar e incentivar a organização de outras estruturas culturais a nível nacional e provincial. A organização de um ministério próprio para a cultura faz-se necessário pelo sentido dado a ela nesse momento de transformação social e política do país, em que desempenhará para além de um sentimento de construção de nação e de identidade uma entidade que contribuirá para o desenvolvimento social e econômico (SOUTH AFRICA, 1994).

---

<sup>35</sup> The state is the only structure capable of promoting parastatals, statutory bodies, mass cultural organisations and specific cultural institutions in pursuit of the fulfilment of the objectives (SOUTH AFRICA, 1994, s.p)

O documento reserva ao item *IV Atividades Básicas* para as atividades que englobam as artes de uma forma mais ampla como o teatro, a dança, a fotografia, artesanato, as artes visuais, a música e o patrimônio cultural, todas essas expressões artísticas devem ser consideradas e tratadas como culturais e fazem parte da cultura nacional de acordo com o projeto (SOUTH AFRICA, 1994).

Ainda de acordo com o item anterior as ações específicas para a arte e a cultura deverão fazer parte e serem inclusas no novo currículo escolar, para isso, faz-se necessário à criação de bibliotecas, instalações, manutenções e recursos no sistema educacional, é necessário uma educação artística no currículo escolar, a necessidade de formação dos artistas e produtores de artes, de garantir uma assistência aos artistas sem formação, e de programas culturais pelos meios de comunicação, como rádio, tv e jornais. Assim, a organização de um Ministério de Cultura facilitaria organizar estruturas em todos os níveis municipais, provinciais e nacional. O documento entende a necessidade de se fazer uma pesquisa ampla e sistemática sobre a cultura sul-africana, não partidária que leve em consideração a história oral e escrita e a multiplicidade de línguas, e que o Estado tem o dever de divulgar os resultados.

É responsabilidade de o Estado desenvolver um novo currículo escolar que leve em consideração as várias formas de saber, mas para isso faz-se necessária à formação e capacitação dos professores para que tenham e saibam utilizar e desenvolver os saberes históricos dos povos da África do Sul. O currículo deve contemplar a dança, a oralidade a história, a música, sendo que a educação musical deve ser obrigatória, especificamente as danças africanas. Por isso, é necessário que o Estado ofereça um programa de formação para professores. (SOUTH AFRICA, 1994).

De acordo com o documento, o Estado, a partir de seu governo, deve financiar a cultura através de incentivos fiscais, ficando os organismos culturais isentos de tributação. O governo deverá procurar parcerias com instituições privadas, a comunidade, organizações não governamentais e parcerias internacionais.

O projeto do ANC compreende a importância da Indústria Editorial e da Indústria Cultural. A primeira para o desenvolvimento da cultura, sendo seu papel de grande importância na campanha de alfabetização por meio não apenas dos livros didáticos, mas também pelos escritos sul-africanos que elevarão a construção da

nação, unificação, democracia e desenvolvimento do país e de sua população. A Indústria Cultural, por sua vez, está presente na vida e no cotidiano dos sul-africanos, por isso, a necessidade de conteúdos e programas que atendam aos grupos étnicos (SOUTH AFRICA, 1994).

Na tocante aos meios de comunicação é uma transmissora de valores e como tal contribuirá na constituição da sociedade marcada agora pela democracia, direitos humanos, paz e justiça. Seria preciso uma mudança de valores de repressão, racismo e exploração, reforçar o lugar da África do Sul “seu papel no continente e a nível internacional e localmente para se esforçar para uma representação positiva da vida sul-africana.” (SOUTH AFRICA, 1994, s.p)<sup>36</sup>.

O item dedicado ao patrimônio cultural reconhece uma abordagem holística do Estado para com a monumentalização de bens e lugares, em que os bens patrimonializados devem ter um significado para a comunidade e orientados para a construção da nação.

A abordagem do estado em direção à monumentalização é holística, preocupada não apenas com a construção de estátuas, mas com o meio ambiente cultural em seu sentido mais amplo. Os monumentos e os memoriais devem ter um significado para as pessoas e, portanto, seu caráter deve ser deixado às comunidades para que elas possam ser apropriadas no seu tempo e lugar. A nível local, as instituições individuais serão geridas por conselhos de administração selecionados de forma democrática e responsáveis pelas suas comunidades (SOUTH AFRICA, 1994, s.p)<sup>37</sup>.

No processo de monumentalização há uma relação entre memória e história com a massificação dos “lugares de memória” (NORA, 1993). A relação entre memória e história para Pierre Nora, historiador francês, são adversas. A história, como reconstrução do passado, sempre incompleta, tende a desaparecer se não houver uma materialização da memória, por isso, a memória é acionada para conferir as lembranças do passado no presente. “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história representação do

<sup>36</sup> ts role in the continent, and its role internationally, and locally to strive for a positive portrayal of South African life (SOUTH AFRICA, 1994, s.p).

<sup>37</sup> The approach of the state towards monumentalisation is a holistic one, concerned not only with building statues, but with the cultural environment in its broadest sense. Memorials and monuments must have a meaning to people and therefore their character should be left to communities so that they can be appropriate to the time and place. At he local level, individual institutions will be managed by boards of trustees selected from and democratically accountable to their communities (SOUTH AFRICA, 1994, s.p).

passado” (NORA, 1993, p. 9). A memória se materializa com os bens patrimonializados que passam a representar uma “nova” história sul-africana.

Mas o documento chama a atenção para uma constituição na construção desses símbolos nacionais como patrimônio para que não ocorra uma patrimonialização desencarnada, e sem um sentido nacional refletidos nos bens patrimonializados. Ainda de acordo com o documento, o patrimônio natural e cultural deve ser protegido.

O meio ambiente é uma expressão física e cultural de uma nação e, portanto, deve ser planejado e melhorado continuamente. Haverá uma preservação contínua da paisagem, através da proteção da flora e fauna indígenas, a restauração de terras desperdiçadas, a provisão de espaços vazios para a beleza, a proteção de projetos arquitetônicos e a promoção de edifícios importantes compatíveis com as necessidades estéticas. (SOUTH AFRICA, 1994, s.p)<sup>38</sup>.

Nota-se como o patrimônio cultural é concebido de uma forma ampla desde as expressões culturais ao patrimônio de pedra e cal. A magnitude dada ao patrimônio pelo documento irá fazer parte de uma política, que eu concebo como política de patrimonialização – trataremos especificamente no capítulo seguinte -, isso porque haverá uma série de ações em patrimonializar bens, pessoas e lugares, e esses atos farão parte do governo de Mandela, mas se intensificarão no governo de Zuma (BARROS, 2012).

As formulações do documento consideram que é parte integral e importante do desenvolvimento da cultura uma cooperação internacional, por isso, faz-se necessária parceria e cooperação com diversas instituições internacionais como a UNESCO, a ONU e com outros países, tanto dentro como fora do continente, cujo objetivo é uma promoção a nível internacional e aberta para o mundo. Essa ação de cooperação fomentará o turismo e conseqüentemente a comercialização de produtos de artes, cultura e do patrimônio. Para isso, é necessária a criação de instituições nacionais voltadas para a arte e a cultura, a exemplo do *Conselho Nacional de Artes*.

Nota-se, pelo exposto, que a preocupação nos primeiros momentos do seu projeto democrático a valorização e promoção da cultura sul-africana em suas

---

<sup>38</sup> The environment is a physical and cultural expression of a nation and therefore should be planned and continuously improved. There will be a continuous preservation of the landscape, through protecting indigenous flora and fauna, the restoration of wasted land, the provision of empty spaces for beauty, the protection of architectural designs and the promotion of important buildings which are compatible with aesthetic needs (SOUTH AFRICA, 1994, s.p).

diversas manifestações, uma abordagem antropológica da cultura, compreendendo que a construção da nação perpassa pela cultura, sendo necessário todo um planejamento, por isso, a necessidade da elaboração de uma política nacional de cultura. O documento, como citado em várias passagens do texto, aponta para um projeto elaborado para o governo democrático, e como tal precisa ser compreendido como concepção para uma nova ordem política e social, em que a cultura representaria essa transformação por meio da formulação de uma política cultural, bem como uma política pública que se configura como um mecanismo através dos quais os Estados modernos materializam e projetam a sociedade (LEÓN D., 2011).

O contexto histórico em que o documento foi elaborado é de extrema importância para a análise da relação entre Estado e Cultura, pois é datado de 22 de julho de 1994, três meses após a primeira eleição multipartidária do país ocorrida em 20 de abril de 1994, na qual Mandela foi eleito presidente da África do Sul.

A preocupação nesse novo momento é uma reconciliação nacional para a promoção da diversidade étnica e uma construção de nação idealizada por Mandela a *Rainbow Nation* – epíteto que deveria marcar a nova nação, um país que celebraria sua diversidade étnica e cultural. A formulação do documento deve ser compreendida além do seu contexto histórico como por seu idealizador, para além de uma proposta de uma política nacional de cultura, a formulação e as concepções foram elaboradas pelo ANC - partido que está no poder presidencial desde as eleições de 1994, com seus respectivos governos: Mandela (1995-1999), Mbeki (1999-2008), Jazob Zuma (2008-...).

Afirma-se que “desde 1912 e até hoje, o Congresso Nacional Africano atua como um partido político comprometido com a defesa da coesão nacional pela eliminação de fronteiras raciais” (PARADA, *et. al*, p. 172). Ao longo do século XX, “a maioria dos principais líderes sul-africanos estaria vinculada [ao ANC], como Nelson Mandela” (BARROS, 2012, p. 15). Jacob Zuma, atual presidente da África do Sul, em 2012, na comemoração do centenário do ANC, refere-se a esse partido como um movimento de libertação do continente africano e que deu liberdade ao país (BARROS, 2012).

As propostas elencadas pelo documento guiaram a formulação da Constituição de 1996 ao tratar a cultura como institucional e necessitando de apoio e incentivos financeiros do Estado para sua execução, ampliação e desenvolvimento.

O projeto do ANC foi à base do *Livro Branco sobre Artes, Cultura e Patrimônio* (1996), documento considerado como o primeiro de política de cultura pós-apartheid.

## **2.2 A institucionalização de uma política cultural na construção da Rainbow Nation**

A institucionalização da cultura começa a se delinear com o projeto do ANC exposto no item anterior, mas se institucionaliza posteriormente quando o Ministério de Artes e Cultura da África do Sul cria em 1994 o Departamento de Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia (DACST) – utilizaremos no decorrer desse trabalho a sigla DAC como consta nos documentos analisados - para agregar os valores, saberes e o desenvolvimento tecnológico dos sul-africanos, medida para valorizar e promover a nação Arco-íris. Na busca por uma articulação mais democrática entre o Estado e suas províncias criou-se o Conselho de Ministros da Cultura e instituiu-se o Grupo de Trabalho de Artes e Cultura (ACTAG) em 1994, com o objetivo de tornar as artes, a cultura e o patrimônio acessíveis para todos os sul-africanos.

O ACTAG promoveu conferências, audiências e consultas públicas para a reformulação de um projeto que contemplasse as artes, a cultura e o patrimônio de forma democrática. O relatório do ACTAG entregue em 1995 ao Ministério resultou no *Livro Branco sobre Artes, Cultura e Patrimônio*, entrando em vigor em 1996 e considerado o primeiro documento de política cultural da África do Sul democrática (SOUTH AFRICA, 1996b). As formulações do projeto do ANC, expostos no item anterior, estarão presentes na íntegra ou de forma parcial nesse documento do governo para as políticas culturais.

O documento oficial do Ministério das Artes e Cultura da África do Sul, que é considerado pelo então vice-ministro da época Ms. Mabandala como o primeiro projeto de política cultural da África do Sul democrática, tem por objetivo estabelecer uma política governamental para financiar, promover e preservação das artes, da cultura e do patrimônio. Esses elementos representam um valor simbólico, que na África do Sul são carregados de emoção em que o valor humano e a formação de identidades estão relacionados com essas categorias (SOUTH AFRICA, 1996b).

A primeira parte do documento é referente aos objetivos propostos que o consideram como uma política governamental para estabelecer “promoção e

proteção das artes, cultura, patrimônio e dos profissionais associados da África do Sul” (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>39</sup>. A busca pela promoção e preservação da cultura sul-africana foi à base do governo de Mandela (1995-1999), que buscou nos seus quatro anos de mandato incentivar e promover as diversas expressões artísticas e culturais sul-africanas na formação do seu projeto ideológico da *Rainbow Nation*.

O projeto de nação, idealizado por Mandela e Desmond Tutu, foi celebrado e ritualizado em várias ocasiões, como a copa mundial de rugby em 1995 (STEENVELD E STRELITZ, 1998; CARLIN, 2012), a Copa Africana das Nações em 1996, a Copa do Mundo Feminina de Futebol, na cerimônia de premiação de músicos sul-africanos em 1997 (BAINES, 1998) e na Copa do Mundo de Futebol em 2010. Mesmo não sendo mais o presidente do país nesse momento, o sucesso dessa cerimônia começou a ser planejado e formulado ainda durante seu governo.

Para Ronaldo Heal e Fausto Amaro (2011, p. 14), esses eventos representaram um “capital social” para o país. Esses acontecimentos não podem ser vistos de maneira isolada, pois fazem parte do projeto de nação que visa promover a diversidade e a reconciliação. Os eventos de grandes proporções nacionais e mundiais tinham dois objetivos: o primeiro representava a reconciliação da população a partir da nação Arco-íris, o segundo era “apresentar” uma imagem da África do Sul que estaria agora celebrando sua diversidade, de uma “nova” sociedade que precisa ser (re)conhecida por sua diversidade cultural e por sua riqueza patrimonial (SOUTH AFRICA, 1996b).

Gary Baines identifica duas metáforas nesse projeto de construção da nação Arco-íris. A primeira centra-se na figura de Desmond Tutu, arcebispo e presidente da Comissão da Verdade e Reconciliação, companheiro de Mandela nesse projeto. Sua imagem pública e de um homem de Deus é geralmente associada à reconciliação e construção da nação, como também em uma cosmologia étnica: “Para Tutu, a imagem provavelmente também ressoa com o simbolismo do arco-íris nas culturas indígenas sul-africanas. Por exemplo, na cosmologia Xhosa, o arco-íris significa esperança e garantia de um futuro brilhante”. A segunda metáfora repousa sobre a diversidade de cores do Arco-íris que representa a multiculturalidade sul-africana. As cores contidas no arco-íris que agora

---

<sup>39</sup> promotion and protection of South African arts, culture, heritage and the associated practitioners.(SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

simbolizam a nação, não estão ligadas ou representam cor no sentido de raça, mas sim, para simbolizar a diversidade étnica e cultural sul-africana. “As metáforas do país do ‘arco-íris’ informam e reestruturam a visão da construção da Nação” (BAINES, 1998, p. 1-2)<sup>40</sup>.

É na construção de seu projeto de nação que a copa do mundo de rugby (1995) passou a ser objeto de investigações (STEENVELD & STRELITZ, 1998; CARLIN, 2012; HELAL & AMARO, 2011). O rugby é um esporte que no período do Apartheid representou a divisão racial vivida no país, os brancos eram seus praticantes por excelência, criando uma aversão a esse esporte por parte da população negra. É com a copa do mundo de rugby (1995) – esporte odiado pela população negra - que Mandela procurou unir a África do Sul e colocar em prática seu projeto de nação Arco-íris (HELAL & AMARO, 2011; CARLIN, 2012).

Carlin (2012) descreve que Mandela viu nesse evento a possibilidade de uma reconciliação de negros e brancos “Por muito tempo o Springboks foi visto pelos negros como um símbolo da opressão do apartheid”. Mandela usou o esporte amado e idolatrado pelos brancos e detestado pelos negros para uma reconciliação nacional através de sua política de reconciliação (DIAS, 2014). Os *Springboks* tinham como lema *Um time, uma Nação* que foi adotado por Mandela para o apoio a seleção, entendendo que esse deveria ser o lema da África do Sul para a construção da nação.

A relação entre política e esporte para a construção da nação Arco-íris foi retratada no filme *Invictus* (2009). Mesmo sendo baseada em fatos reais, a produção toma ares de ficção, mas a importância central está no esporte produzir um sentimento de identidade nacional. “O filme, [...] narra a maneira pela qual Nelson Mandela, [...] utilizou-se da Copa do Mundo de Rugby (CMR) como ferramenta política para criação de um sentimento de pertencimento em torno do projeto de construção da nação” (DIAS, 2014, p. 516).

Cleber Dias (2014) analisando o filme concebe que o rugby desempenhou uma função essencial para a consolidação da construção da nação Arco-íris. Mesmo criticando a forma romantizada no sentido *Hollywoodiano* de seu enquadramento para um sentimento de comoção. Mas pontua momentos importantes da obra e sua

---

<sup>40</sup> For Tutu, the image probably also resonates with the symbolism of the rainbow in South African indigenous cultures. For instance, in Xhosa cosmology the rainbow signifies hope and the assurance of a bright future [...] The ‘rainbow nation’ metaphors both informs and reinforms as the vision of Nation building (BAINES, 1998, p. 1-2).

relação com a realidade: “Springboks, nome pelo qual se conhece a seleção nacional deste esporte”, se deu tanto por movimentos partidários como o ANC e pela Liga da Juventude do Congresso Nacional Africano e pelo próprio Mandela, maior incentivador no apoio a seleção sul-africana de rugby; “as partidas de rugby deveriam servir para dissipar as hostilidades recíprocas, além de demonstrar através de exemplos práticos a possibilidade de convívio entre as diversas etnias sul-africanas” (DIAS, 2014, p. 520). Mandela buscou no rugby uma utilidade pública e política de disciplinador das massas (HELAL & AMARO, 2011).

O projeto político e ideológico de Mandela centrou-se na busca por uma sociedade democrática não racista, não sexista e não xenofóbica, é o que nos diz Anders Hallengren em uma matéria publicada no site Nobelprize.org. A matéria intitulada *Nelson Mandela and the Rainbow of culture* (2001) faz uma biografia da vida do primeiro presidente negro eleito pós-apartheid. A construção de uma nação multicolorida, segundo a matéria, era sua visão “Foi precisamente a sua visão de um estado que pertence igualmente a todos os seus povos, nações e tribos diferentes, sejam africanos, ingleses ou zulus”<sup>41</sup>, algo que o diferenciou de demais líderes sul-africanos anteriores e/ou mesmo africanos por transcender sua própria identidade “Sendo ele mesmo um líder pertencente ao povo que fala Xhosa, ele acabou por transcender a idéia da liberdade nacional e atraiu índianos, judeus e outros segmentos da população multicolorida para a causa”<sup>42</sup>.

O projeto da nação Arco-íris passava por essas concepções da população sul-africana multicolorida “colour-blindness” não considerando o fator raça como foi no sistema do Apartheid. A política, nesse novo momento, passa a ser no respeito à diversidade étnica e cultural sul-africana. Para Hallengren, escritor da matéria, o posicionamento de Mandela quando da transição para a democracia - iniciada em 1990 e com as primeiras eleições multipartidárias ocorridas em 1994 -, têm duas bases filosóficas: a) *Ubuntu*; filosofia africana da fraternidade e b) filosofia de Mahatma Gandhi; a *Satyagraha*, resistência passiva sem o uso da violência. As bases filosóficas influenciaram o pensamento de Mandela na construção da nação

<sup>41</sup> was precisely his vision of a state that belongs equally to all its different peoples, nations, and tribes, whether Afrikaan, English, or Zulu. [https://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1993/mandela-article.html](https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/mandela-article.html) Acesso em: 15 de abril de 2017.

<sup>42</sup> Being himself a leader belonging to the Xhosa-speaking people, he eventually transcended the idea of national liberty, and he attracted Indians, Jews, and other segments of the multicoloured population to the cause. [https://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1993/mandela-article.html](https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1993/mandela-article.html) Acesso em: 15 de abril de 2017.

Arco-íris a partir de um ecletismo social, cultural e religioso que teve contato na prisão Robben Island.

Max Du Preez (2013) em sua obra *A Rumor of Spring: South Africa after 20 years of democracy*, analisando os primeiros vinte anos de democracia afirma a importância desse homem para os assuntos nacionais daquele país com suas relações internacionais. Mandela focou no projeto de nação, segundo Preez, sendo seu vice quem realmente governou. “Enquanto Mandela era presidente, ele deixou o dia-a-dia do país para Mbeki e, em vez disso, concentrou seu tempo e energias no projeto da nação Arco-Íris e em ser um símbolo internacional de anti-racismo, esperança e reconciliação” (PREEZ, 2013, p.25)<sup>43</sup>. A busca por um país de todos e para todos os sul-africanos sempre foi sua causa.

No rol de eventos na África do Sul pós-apartheid, não poderíamos esquecer-nos da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlatas ocorrida entre 31 de agosto a 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban na África do Sul. A conferência em solo africano representou a própria história do país e seu processo histórico de discriminação racial. O país desde 1994 já vinha tratando o racismo como forma de violação dos Direitos Humanos, intensificando-se a partir da conferência. Os Estados participantes adotaram uma agenda inovadora e abrangente de combate à discriminação, composta por uma Declaração Política para a erradicação da discriminação e a intolerância, bem como um Programa de Ação com medidas a serem adotadas para a consagração da declaração<sup>44</sup>.

Os eventos internacionais fomentados desde Mandela, como as copas mundiais de rugby e futebol, são “políticas de construção da nação na África do Sul” (STEENVELD & STRELITZ, 1998)<sup>45</sup>. É no mandato de Mandela que a Constituição atual é sancionada, departamentos e ministérios são criados, a diversidade do país é celebrada institucionalmente (SOUTH AFRICA, 1996b).

Os eventos retratados acima nos servem de base para pensar como está se dando a construção dessa nação nos seus primeiros anos, como o Estado, na figura de seu presidente, está formulando políticas para a consolidação de seu

---

<sup>43</sup> While Mandela was presidente, he left the day-to-day running of country to Mbeki and instead focused his time and energies on Project Rainbow Nation and on being na internatonal symbol of anti-racism, hope and reconciliation (PREEZ, 2013, p. 25)

<sup>44</sup> Ver Declaração de Durban.

<sup>45</sup> politics of nation-building in South Africa (STEENVELD & STRELITZ, 1998)

projeto de nação. Não se pode perder de vista que a copa do mundo de rugby faz parte do projeto de construção da nação: “a história de *Invictus* é mais um exemplo de como o esporte possui um caráter unificador, sendo vital para a formação dos Estados Nações” (HELAL & AMARO, 2011, p. 1).

Os eventos esportivos na África do Sul também apresentam um caráter de investimento de uma política financiada pelo estado e, como tal podem ser reconhecidas como uma política de cultura contida no próprio documento sul-africano (SOUTH AFRICA, 1996b). Aqui, a cultura deve contemplar todos os sul-africanos, sendo dever do Estado propiciar meios para o melhor aproveitamento econômico e social. As ações do Ministério deverão ser voltadas para um melhor aproveitamento econômico em que as artes, a cultura e o patrimônio podem proporcionar, inserindo-as em uma indústria de entretenimento e renda.

As artes e a cultura também são indústrias importantes: oferecem potencial oportunidades de emprego e criação de riqueza. O investimento em artes e cultura proporciona um estímulo para a atividade na economia em geral. A participação em atividades de artes e cultura frequentemente envolve o uso de transporte e outros serviços públicos, cria valor de mídia e a necessidade de serviços de atendimento e outros serviços. (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)

<sup>46</sup>

A visão do departamento quanto às oportunidades econômicas que as artes e a cultura podem proporcionar sugere uma política econômica para a alocação de recursos e investimentos nessas áreas. A preocupação do governo em seus primeiros anos de democracia sul-africana é promover uma estabilidade econômica que coloque o país em uma situação favorável para um desenvolvimento econômico e social.

O documento sobre as artes, a cultura e o patrimônio assim os define:

As artes referem-se, mas não estão restritas a todas as formas e tradições da dança, do drama, da música, do teatro musical, das artes visuais, do artesanato, do design, da literatura escrita e oral, que servem de meio para a criatividade e expressão individual e coletiva através do desempenho, execução, apresentação, exposição, transmissão e estudo.

[...]

A cultura refere-se à totalidade da dinâmica de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintas que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Inclui as artes e as letras, mas também os

---

<sup>46</sup> Arts e culture are also importante industries: they offer potential employment and wealth creation opportunities. Investment in arts and culture provides a stimulus for activity in the broader economy. Participation in arts and culture activity frequently onvolves the use of transport and other public utilities, creates media value, and the need for catering and other suppot services (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano valoram os sistemas, as tradições, o patrimônio e as crenças desenvolvidas ao longo do tempo e sujeitas à mudança.

[...]

O patrimônio é a soma total de vida selvagem e parques cênicos, locais de importância científica e histórica, monumentos nacionais, edifícios históricos, obras de arte, literatura e música, tradições orais e coleções de museus e sua documentação que fornece a base para uma cultura e criatividade compartilhadas nas artes (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>47</sup>

A definição de arte contida no documento é bem ampla no sentido que entende as artes desde a arte performática do teatro até a arte produzida artesanalmente, englobando diversas manifestações artísticas em uma única definição, mas todas apresentam um caráter criativo seja individual ou coletivo. A cultura apresenta-se em seu sentido amplo e é compreendida como arte, então a cultura pode ser encontrada nas duas definições. No que tange as artes, as suas expressões coletivas e individuais se estruturam, sobretudo, na definição antropológica, considerando os modos de vida, crenças, costumes e hábitos como elementos culturais. O patrimônio apresenta-se como cultural, natural, material e imaterial, como na definição da UNESCO (1972; 2003).

A UNESCO em 1972 na *Convenção Para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, assim define os patrimônios. Fazem parte do patrimônio cultural “Os monumentos” como as obras arquitetônicas, “os conjuntos Grupos de construções em conjunto ou isoladas que apresentam um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte e da ciência”, e os “locais de interesse”, obras de valor “arqueológico”, “etnológico”, “antropológico” e “estético”. O que os torna reconhecidos como patrimônio é seu caráter histórico e seu valor para as sociedades e para a ciência. No artigo 2 define o Patrimônio Natural: “Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou

---

<sup>47</sup> Arts refer to but are not restricted to all forms and traditions of dance, drama, music, music theatre, visual arts, crafts, design, written and oral literature all of which serve as means for individual and collective creativity and expression through performance, execution, presentation, exhibition, transmission and study. [...] Culture refers to the dynamics totality of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features which characterise a society or social group. It includes the arts and letters, but also modes of life, the fundamental rights of the human being value systems, traditions, heritage and beliefs developed over time and subject to the change. [...] Heritage is the sum total of wildlife and scenic parks, sites of scientific and historical importance, national monuments, historic buildings, works of art, literature and music, oral traditions and museum collections and their documentation which provides the basis for a shared culture and creativity in the arts (SOUTH AFRICA, 1996, s.p).

científico;”. No artigo 3 da Convenção estabelece as obrigações do Estado para identificar, conservar e promover tais patrimônios. (UNESCO, 1972, p. 2-3).

Essa definição da UNESCO (1972) sobre o patrimônio, reconhecendo apenas os aspectos culturais e naturais, perdurou por muito tempo. Segundo Feitosa (s/a), somente em 2003 a UNESCO reconhece a importância do patrimônio cultural imaterial/intangível e as interdependências entre o patrimônio cultural e natural com o imaterial, assim, definindo-o:

O "patrimônio cultural intangível" significa as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades - bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados a eles - que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de sua herança cultural. Este patrimônio cultural intangível, transmitido de geração para geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e lhes proporciona um senso de identidade e continuidade, promovendo o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. Para os propósitos desta Convenção, será dada consideração somente a esse patrimônio cultural intangível compatível com os instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos humanos, bem como com os requisitos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2003, p. 2) <sup>48</sup>.

O patrimônio imaterial, como um bem coletivo nacional, já fazia parte de programas e alternativas de uma política do Estado japonês desde a década de 1950 para a preservação e salvaguarda dessa forma de patrimônio. Alessandra Leal e Maristela Correa Borges pontuam que “o conhecimento japonês na área proporcionou suporte teórico e jurídico para que a UNESCO elaborasse, em 2003 a proposta de reconhecimento dos detentores de conhecimentos tradicionais que oferece, por meio do Programa ‘Tesouros Humanos Vivos’ (LEAL & BORGES, 2012, p. 223).

Tais definições nos ajudam a (re)pensar o lugar e o tratamento quanto ao patrimônio na África do Sul. As novas definições sobre o patrimônio cultural imaterial possibilitaram a patrimonialização de diversas expressões culturais, como a dança

---

<sup>48</sup> The ‘intangible cultural heritage’ means the practices, representations, expressions, knowledge, skills – as well as the instruments, objects, artefacts and cultural spaces associated therewith – that communities, groups and, in some cases, individuals recognize as part of their cultural heritage. This intangible cultural heritage, transmitted from generation to generation, is constantly recreated by communities and groups in response to their environment, their interaction with nature and their history, and provides them with a sense of identity and continuity, thus promoting respect for cultural diversity and human creativity. For the purposes of this Convention, consideration will be given solely to such intangible cultural heritage as is compatible with existing international human rights instruments, as well as with the requirements of mutual respect among communities, groups and individuals, and of sustainable development (UNESCO, 2003, p.2)

zulu e a criação da *Política nacional sobre o patrimônio vivo sul-africano em 2009*<sup>49</sup>, um projeto destinado para o reconhecimento, promoção e salvaguarda do patrimônio vivo sul-africano.

O projeto governamental *documento sobre Artes, Cultura e Patrimônio* têm suas orientações na Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto ao direito de todos na participação cultural de uma sociedade (ONU, 1948). Mas tem seu princípio fundamental a Constituição da África do Sul de 1996 que é destinada ao capítulo 2 aos Direitos de liberdade de expressão (SOUTH AFRICA, 1996a), o que inclui a liberdade de criatividade artística e que fica a cargo do Ministério Nacional em parcerias com as provinciais desenvolver, gerar, aplicar e promover as diversas expressões culturais sul-africanas.

O *documento sobre Artes, Cultura e Patrimônio* reconhece que:

É o papel do governo facilitar as melhores condições em que esses direitos possam ser apreciados e praticados. Um pré-requisito fundamental para a democracia é o princípio da liberdade de expressão. Enraizados na liberdade de expressão e no pensamento criativo, as artes, a cultura e o patrimônio têm um papel vital a desempenhar no desenvolvimento, na construção da nação e no sustento da nossa democracia emergente. Eles devem ter o poder de fazê-lo (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>50</sup>

Na construção da nação, as artes, a cultura e o patrimônio, segundo o documento, desempenham no processo democrático vivenciado na África do Sul um princípio de liberdade que se faz necessário para a completude de uma nação em que “As artes e a cultura podem desempenhar um papel de cura através da promoção da reconciliação.”, e “a cultura é entendida como um componente importante da vida nacional que melhora todas as nossas liberdades.” (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>51</sup>.

As artes, a cultura e o patrimônio desempenham um potencial curativo e recreativo para a regeneração nacional, por isso, a necessidade dos investimentos governamentais. Os recursos destinados em nível provincial são de responsabilidade do Ministério de Educação e Cultura. Os governos nacional e

<sup>49</sup> National Policy on South African Living Heritage

<sup>50</sup> It is the role of government to facilitate the optimum conditions in which these rights may be enjoyed and practised. A fundamental prerequisite for democracy is the principle of freedom of expression. Rooted in freedom of expression and creative thought, the arts, culture and heritage have a vital role to play in development, nation building and sustaining our emerging democracy. They must be empowered to do so (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

<sup>51</sup> Arts and culture may play a healing role through promoting reconciliation [...] culture is understood as an important component of national life which enhances all of our freedoms (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

provincial têm o papel de desenvolver políticas para a promoção e valorização da diversidade artística, cultural e patrimonial (SOUTH AFRICA, 1996b).

Há uma política de orientação para o repasse das verbas do Ministério para os governos provinciais para procedimentos operacionais que consiste no apoio aos:

Direitos Humanos: [...] Liberdade de Expressão: [...] Acesso: [...] Equidade: [...] Recurso: [...] Construção da nação: promover um senso de orgulho e conhecimento em todos aspectos da cultura sul-africana, do patrimônio e das artes. [...] Multilinguismo: [...] Diversidade: [...] Autonomia: [...] cooperação: [...] Participação: [...] Responsabilidade: [...] Transparência: [...] Conservação: [...] Realização: [...] Inovação: [...] Troca: [...] Segurança: [...] Sustentabilidade (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>52</sup>

As categorias elencadas pelo Ministério partem do reconhecimento do mesmo pela valorização da multiculturalidade sul-africana, que nesse momento de transformação para uma nação de todos precisa desempenhar uma reconciliação nacional a partir de sua diversidade.

O documento elege sete áreas como prioritárias a serem abordadas em relação às artes e a cultura, dispensando o patrimônio nesse momento:

[...] Mecanismos transparentes e catalíticos para distribuição de fundos públicos: transformação de todas as instituições e estruturas de artes e cultura: redistribuição, reparação e acesso ao desenvolvimento de recursos humanos: profissionais, administradores e educadores: integração de artes e cultura em todos os aspectos do desenvolvimento socioeconômico: os direitos e status de profissionais e fontes de financiamento. (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>53</sup>

As áreas colocadas como prioritárias podem ser percebidas como uma nova política de financiamento voltada para o desenvolvimento das expressões culturais e artísticas. Nesse sentido, o Estado não é apenas o financiador, mas também é financiado, pois as expressões artísticas e culturais desenvolverão a própria economia do país e os recursos podem ser privados, como também, de parceiros internacionais.

<sup>52</sup> Human Rights: [...] Freedom of Expressions: [...] Access: [...] Equity: [...] Redress: [...] Nation building: Shall foster a sense of pride and knowledge in all aspects of South African culture, heritage and the arts. [...] Multilingualism: [...] Diversity: [...] Autonomy: [...] Arms lenght: [...] Participation: [...] Accountability: [...] Transparency: [...] Conservation: [...] Achivement: [...] Innovation: [...] Co-operation: [...] Exchange: [...] Security: [...] Sustainability (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

<sup>53</sup> transparent and catalytic mechanisms for distributing public funds: transformation of all arts and culture institutions and structures: redistribution, redress and access human resource development: practitioners, administrators and educators: integration of arts and culture into all aspects of socio-economic development: the rights and status of practitioners and sources of funding (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)

O documento sobre as artes, a cultura e o patrimônio trata da cultura e das artes, especificamente no capítulo 4 do documento, em que propõe a criação do *Conselho Nacional de Artes* (NAC sigla em inglês), órgão estatutário com base nos princípios de acesso, reparação e participação. O NAC teria como objetivo trabalhar na construção de equidade e promoção das artes e da cultura e representante de todos os sul-africanos (SOUTH AFRICA, 1996b).

A proposta para a criação do NAC fazia-se necessária pelo que o documento entendia como “financiamento equitativo”, pois no período anterior o Estado financiava “formas de artes caras”, não havendo um retorno econômico em comparação ao subsídio. “O exercício de cálculo de custos baseado na atividade indica que balé e ópera consomem na ordem de 30% da despesa total.” A maior parte dos fundos públicos para as artes eram direcionados para o “Conselho de Artes Performáticas (PACs sigla em inglês).” (SOUTH AFRICA, 1996b) <sup>54</sup>.

As artes visuais são outro campo abordado no documento, compreendida como parte integrante das artes, cultura e do patrimônio. As artes visuais, segundo o documento, estão inseridas na educação artística

A educação em artes, cultura e patrimônio deve abranger as oportunidades de fazer, realizar e apresentar, bem como apreciar as muitas expressões do patrimônio cultural sul-africano para realizar o direito de todos os sul-africanos a participarem plenamente, contribuindo e beneficiando de uma cultura sul-africana inclusiva. [...] Toda a experiência de aprendizagem cria, dentro de um ambiente de aprendizagem seguro, os meios para moldar, desafiar, afirmar e explorar relacionamentos pessoais e sociais e identidade comunitária. Experimentar a expressão criativa de diferentes comunidades da África do Sul, fornecendo informações sobre as aspirações e os valores da nossa nação. Esta experiência desenvolve a tolerância e fornece uma base para a reconciliação nacional, bem como, a construção de um sentimento de orgulho em nosso patrimônio cultural diversificado (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> equitable financing [...] expensive art forms [...] The activity based costing exercise indicates that ballet and opera consume in the order of 30% of the total expenditure (SOUTH AFRICA, 1996b).

<sup>55</sup> Education in arts, culture and heritage should embrace opportunities for making, performing and presenting as well as appreciating the many expressions of South African cultural heritage to realise the right of all South Africans to participate fully in, contribute to, and benefit from an all- inclusive South African culture. [...] The whole learning experience creates, within a safe learning environment, the means for shaping, challenging, affirming and exploring personal and social relationships and community identity. Experiencing the creative expression of different communities of South Africa provides insights into the aspirations and values of our nation. This experience develops tolerance and provides a foundation for national reconciliation, as well as building a sense of pride in our diverse cultural heritage (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

A educação artística voltada para uma reconciliação e orgulho nacional faz parte do projeto de nação que está em curso no momento na África do Sul, sugerindo uma “educação patrimonial” (SOUTH AFRICA, 1996b) <sup>56</sup>.

Biazetto (2013) define que a educação patrimonial é marcada por sentimento de cidadania e identidade, reforça a concepção de pertencimento do indivíduo ao grupo e esse ao sentimento de nacionalidade. A educação patrimonial está intrinsecamente relacionada com a memória e a história na busca por afirmação de identidade nacional, social e coletiva. A educação patrimonial se manifesta em forma de uma valorização do patrimônio.

Nota-se que o patrimônio torna-se a chave para essa educação patrimonial, atribuindo sentido e significado para uma nação, sendo portador de identidade. O patrimônio, nas palavras de José Reginaldo Santos Gonçalves (2003, p.31), oferece possibilidades e limites para o entendimento da vida social e cultural, sendo uma categoria de pensamento no campo antropológico. “O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir [...] faz mediação entre passado e presente [...] O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas”.

A questão do patrimônio é título do capítulo 5 que trata das medidas destinadas a preservar e promover o patrimônio artístico e cultural. O patrimônio desenvolve um forte apelo econômico através do turismo cultural que ele proporciona – analisaremos essa relação no capítulo seguinte. É na construção da nação que o patrimônio torna-se uma categoria não só analítica, mas que desenvolve um sentido para a África do Sul de legado histórico, social e natural. O órgão responsável pela pasta referente ao patrimônio é o Conselho Nacional do Patrimônio (NHC na sigla em inglês).

O Conselho Nacional do Patrimônio agirá em recomendações para novos locais a serem declarados monumentos nacionais ou para que os objetos sejam declarados tesouros culturais nacionais. A proteção e conservação dos recursos patrimoniais é reconhecida pelo Ministério como uma função importante tanto do planejamento ambiental, planejamento do desenvolvimento urbano e rural (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p) <sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Heritage education (SOUTH AFRICA, 1996b)

<sup>57</sup> The National Heritage Council will act on recommendations for new sites to be declared national monuments, or for objects to be declared national cultural treasures. The protection and conservation of heritage resources is acknowledged by the Ministry as an important function of both environmental planning, urban and rural development planning (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

O NHC proposto pelo documento nesse momento de transformação sul-africana visa os princípios de acesso, reparação e participação, ficando a cargo do NHC a responsabilidade de coordenação e consulta sobre os símbolos culturais nacionais. Nesse sentido, o patrimônio desenvolverá um sentimento de identidade coletiva e de pertença nacional, como também, desempenhará uma função econômica relativa à indústria do turismo, produtos e serviços comercializados (SOUTH AFRICA, 1996b).

O documento reconhece a importância da cooperação internacional para a ampliação das artes, da cultura e do patrimônio sul-africano e da abertura do país para o mundo. Por isso, um intercâmbio cultural faz-se preciso para um diálogo cultural, considerando o isolamento cultural que passou o país durante o período do Apartheid. Assim, torna-se fundamental a valorização e reconhecimento da multiculturalidade “Esta política, portanto, considera as relações com esses países como essenciais para o desenvolvimento contínuo do nosso país dentro de um quadro de multiculturalismo” (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>58</sup>.

O documento encerra propondo uma transformação nos usos e concepções das artes, da cultura e do patrimônio, pois estes representam o avanço dos direitos humanos e da liberdade, representando uma reconciliação nacional. “Esta é a essência da reconciliação nacional e da construção da nação, e é esse sentimento que o projecto de Livro Branco aborda” (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p)<sup>59</sup>.

A partir da análise do documento é perceptível a preocupação de políticas públicas para as áreas elencadas. O documento revela um projeto político que propõe um tratamento democrático às artes, à cultura e ao patrimônio, mas para além de ser um projeto político governamental, é o reconhecimento da diversidade sul-africana. As políticas públicas relativas às artes, a cultura e ao patrimônio têm suas bases no documento, como a criação de órgãos e instituições governamentais e, em posteriores documentos oficiais como a própria Constituição sul-africana de 1996. O documento inaugura uma política cultural quando institucionaliza departamentos e órgãos ministeriais referentes à cultura.

Na busca por um país democrático politicamente e na construção de uma nova nação é que os dois documentos analisados até aqui foram formulados,

---

<sup>58</sup> This policy therefore regards relations with these countries as essential for the continued development of our country within a framework of multi-culturalism (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

<sup>59</sup> This is the essence of national reconciliation and nation building, and it is to this sentiment that the draft White Paper addresses itself (SOUTH AFRICA, 1996b, s.p).

partindo das concepções que é preciso valorizar o sul-africano em sua totalidade e diversidade para que de fato se construa essa nação imaginada por Mandela, a *Nação Arco-íris*.

Mas é a Constituição promulgada em 18 de dezembro de 1996 que irá colocar a questão da diversidade como valor cultural do país, assegurando legalmente a formulação e implementação de uma política cultural. A constituição já traz em seu preâmbulo o reconhecimento da diversidade para a construção de um país democrático

Nós, as pessoas da África do Sul,  
 Reconhecemos as injustiças do nosso passado;  
 Honramos aqueles que sofreram por justiça e liberdade em nossa terra;  
 Respeitamos aqueles que trabalharam para construir e desenvolver o nosso país; e  
 Acreditamos que a África do Sul pertence a todos os que vivem nele, unidos em nossa diversidade.  
 Portanto, através de nossos representantes eleitos livremente, adotamos esta Constituição como a lei suprema da República, de modo a:  
 Curar as divisões do passado e estabeleça uma sociedade baseada em valores democráticos, justiça social e direitos humanos fundamentais;  
 Estabelecer bases para uma sociedade democrática e aberta em que o governo se baseie na vontade do povo e todo cidadão é igualmente protegido por lei;  
 Melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos e libertar o potencial de cada pessoa; e construir uma África do Sul unida e democrática capaz de tomar o seu lugar de direito como um estado soberano na família das nações.  
 Que Deus proteja nosso povo.  
 Nkosi Sikelel' iAfrika. Morena boloka setjhaba sa heso.  
 God seën Suid-Afrika. God bless South Africa.  
 Mudzimu fhatutshedza Afurika. Hosi katekisa Afrika. (SOUTH AFRICA, 1996a)<sup>60</sup>

Percebe-se na parte final do texto, o uso de línguas étnicas, uma forma de o Estado enunciar como estava se construindo essa nação. A Constituição parte do pressuposto de que é preciso levar em consideração a diversidade étnica e cultural para a construção de uma nação democrática fundada nos princípios do

---

<sup>60</sup> We, the people of South Africa, Recognise the injustices of our past; Honour those who suffered for justice and freedom in our land; Respect those who have worked to build and develop our country; and Believe that South Africa belongs to all who live in it, united in our diversity. We therefore, through our freely elected representatives, adopt this Constitution as the supreme law of the Republic so as to - Heal the divisions of the past and establish a society based on democratic values, social justice and fundamental human rights; Lay the foundations for a democratic and open society in which government is based on the will of the people and every citizen is equally protected by law; Improve the quality of life of all citizens and free the potential of each person; and Build a united and democratic South Africa able to take its rightful place as a sovereign state in the family of nations. May God protect our people. Nkosi Sikelel' iAfrika. Morena boloka setjhaba sa heso. God seën Suid-Afrika. God bless South Africa. Mudzimu fhatutshedza Afurika. Hosi katekisa Afrika. (SOUTH AFRICA, 1996a).

respeito, da alteridade e da diversidade. O capítulo 2 da Constituição relativa aos Direitos afirma os direitos democráticos da *Dignidade, igualdade e liberdade* sendo que é dever e obrigação respeitar, proteger e promover a Declaração dos Direitos e que o Estado tem por obrigação assegurar e promover as culturas étnicas (SOUTH AFRICA, 1996a).

Os Direitos constituintes reservam as seções 9, 15, 30 e 31 aos direitos das comunidades culturais, linguísticas e religiosas. A seção 9 da Constituição refere-se à igualdade, o direito de todos serem tratados de forma igual perante a lei, proibindo qualquer tipo de discriminação e concebendo a origem étnica, a religião, a cultura e a língua como constituintes dos sul-africanos.

O estado não pode discriminar de forma direta ou indireta contra qualquer pessoa em um ou mais motivos, incluindo raça, gênero, sexo, gravidez, estado civil, origem étnica ou social, cor, orientação sexual, idade, deficiência, religião, consciência, crença, cultura, Idioma e nascimento (SOUTH AFRICA, 1996a).<sup>61</sup>

O artigo 9 da Constituição, em que estabelece as Instituições do Estado ao serviço da Democracia Constitucional, traz na seção 1 A Comissão para a promoção e proteção dos Direitos Culturais, religiosos e linguísticos, tendo a comissão a função de promover o respeito pelos direitos culturais, religiosos e linguísticos, objetivos descritos na seção 185.

O artigo 15 garante a liberdade de religião, crença e opinião, direitos reservados à liberdade individual. A seção 30 garante o uso da língua e da cultura para a participação na vida cultural prescrita da Declaração de Direitos. A seção 31 reserva os direitos culturais, religiosos e linguísticos das comunidades (SOUTH AFRICA, 1996a). Kristina Bentley (2001) aponta para dois direitos distintos presentes nessa seção: primeiro, o direito das comunidades usarem suas línguas, religião e cultura; segundo, a junção desses direitos com outros órgãos da sociedade, reconhecendo a sociabilidade entre eles.

Bentley (2001, p.19-21) analisando o documento elaborado pelo ANC em 2005 e o Conselho Geral da Nação a *Questão Nacional* sobre a questão nacional pontua que os direitos culturais, linguísticos e religiosos como prescritos na

---

<sup>61</sup> The state may not unfairly discriminate directly or indirectly against anyone on one or more grounds, including race, gender, sex, pregnancy, marital status, ethnic or social origin, colour, sexual orientation, age, disability, religion, conscience, belief, culture, language and birth (SOUTH AFRICA, 1996a).

Constituição quando comparados aos direitos humanos estão em um grupo de terceira geração. Os de primeira geração são os civis e os direitos políticos, os de segunda direitos econômicos e sociais e os de terceira geração estão relacionados à natureza coletiva e associados ao “terceiro mundo” eles não são menos importantes, mas com uma entrada tardia na constituição dos direitos humanos <sup>62</sup>.

Há um fator moral e contextual para isso, segundo Bentley (2001). Em relação ao fator moral são direitos fundamentais que devem ser respeitados e o seu livre exercício e prática de determinada comunidade ou grupo da cultura, religião e língua, enquanto a relação contextual é o respeito à alteridade e as diferenças. O reconhecimento cultural, linguístico e religioso da África do Sul compõe-se como direito para o uso da diversidade e do multiculturalismo do país, constituindo um aspecto identitário necessitando de proteção e reconhecimento.

Bentley (2001) reconhece o artigo 31 da Constituição nas seções 16, 17 e 18 como direitos de apoio para o respeito dos direitos humanos. A seção 16 consagra a liberdade de expressão e protege a liberdade de criatividade artística como parte integrante para o exercício dos direitos culturais. A seção 17 a liberdade de reunião e a 18 a liberdade de associação. O reconhecimento desse artigo e de suas respectivas seções faz-se entender a preocupação da Constituição quanto à promoção e preservação da diversidade que por sua vez assinala para o reconhecimento da diversidade étnica e cultural sul-africana.

Os documentos analisados nessa seção serviram de base para a criação e institucionalização do Conselho Nacional de Cultura (NAC), órgão que já era sugerido no *Projeto Nacional de Política cultural* de 1994, *Livro Branco sobre Artes, Cultura e Patrimônio* de 1996 e institucionalizado no ato constitucional por meio do decreto presidencial lei nº 54 de 14 de Novembro de 1997, pelo então Presidente Nelson Mandela. O documento define que as artes “Inclui todas as formas de música, dança, teatro, teatro musical, artesanato, arte visual, literatura e arte comunitária” (SOUTH AFRICA, 1997, p.1)<sup>63</sup>. A cultura, em específico, a cultura étnica, é concebida como uma forma de arte, abrangendo todas essas expressões artísticas, portanto, precisando ser valorizadas, o patrimônio imaterial passa a fazer parte da agenda governamental.

---

<sup>62</sup> third world (BENTLEY, 2001, p. 19-21)

<sup>63</sup> includes all forms of music, dance, drama, theatre, music theatre, craft, visual art, literature and community art (SOUTH AFRICA, 1997, p.1)

A institucionalização do NAC como documento formativo e deliberativo define e estabelece normas, objetivos, execução e formação de seu quadro funcional e representativo. Segundo a lei, o estabelecimento do conselho por uma pessoa jurídica, sendo essa a representante do órgão faz-se o Ministro do Conselho.

Os objetivos do NAC asseguram a promoção, desenvolvimento e defesa das artes.

a) Fornecer e incentivar a oferta de oportunidades para as pessoas praticarem as artes; b) promover a apreciação, a compreensão e o gozo das artes; c) promover a aplicação geral das artes na comunidade; d) promover a expressão de uma identidade e consciência nacional por meio das artes; e) defender e promover o direito de qualquer pessoa à liberdade na prática das artes; f) dar às pessoas historicamente desfavorecidas a ajuda e os recursos adicionais necessários para lhes dar maior acesso às artes; g) abordar desequilíbrios históricos na provisão de infra-estrutura para a promoção das artes; h) promover e facilitar a ligação nacional e internacional entre indivíduos e instituições em relação às artes; i) desenvolver e promover as artes e incentivar a excelência em relação a estas (SOUTH AFRICA, 1997, p.2-3)<sup>64</sup>

De acordo com o NAC as artes representam, por meio da promoção e valorização, a expressão da identidade e de uma consciência nacional, estando elas imbuídas de resolver os desequilíbrios históricos do país. Com isso, as artes não são apenas um meio de desenvolvimento social, mas abrem as possibilidades para uma abertura nacional e internacional com instituições culturais, incentivando e promovendo a diversidade étnica e cultural da África do Sul.

A deliberação do NAC passa por uma composição do órgão em que o documento prevê os mandatos e preenchimento dos cargos. Na busca por uma democracia participativa é deliberada a participação de cada província com seu representante legal eleito por processo eleitoral. A composição do órgão deve ser com representantes provinciais, ministros e vice-presidente (SOUTH AFRICA, 1997).

É com a institucionalização do DAC que a cultura entra na agenda governamental e a partir desse órgão e da formação de sua comissão que outros

---

<sup>64</sup> a) to provide, and encourage the provision of, opportunities for persons to practise the arts; b) to promote the appreciation, understanding and enjoyment of the arts; c) to promote the general application of the arts in the community; d) to foster the expression of a national identity and consciousness by means of the arts; e) to uphold and promote the right of any person to freedom in the practice of the arts; f) to give the historically disadvantaged such additional help and resources as are required to give them greater access to the arts; g) to address historical imbalances in the provision of infrastructure for the promotion of the arts; h) to promote and facilitate national and international liaison between individuals and institutions in respect of the arts; i) to develop and promote the arts and to encourage excellence in regard to these (SOUTH AFRICA, 1997, p.2-3)

departamentos de arte e cultura foram sancionados como as leis abaixo assinaladas:

**Tabela 4 - Leis decorrentes das ações dos documentos para a implementação de órgãos estatutários no campo da cultura.**

Lei de Recursos do Patrimônio Nacional, 1999 (Lei n.º 25 de 1999)	Estabelece a criação de organismo estatutário relativo ao patrimônio nacional.	Institucionalização do SAHRA, órgão responsável pela catalogação e preservação do patrimônio.
Lei do Conselho do Patrimônio Nacional, 1999 (Lei n.º 11 de 1999)	Estabelece a criação do Conselho Nacional do Patrimônio.	Institucionalização do NHC, órgão responsável pela pasta do patrimônio.
Lei da Fundação Nacional de Cinema e Vídeo, 1997 (Lei n.º 73 de 1997)	Estabelece a criação da Fundação Nacional de Filme e Vídeo.	Institucionalização do NFVF, responsável pelos arquivos e registros nacionais.
Lei da Biblioteca Nacional da África do Sul, 1998 (Act No. 92 of 1998)	Estabelece a criação de uma Biblioteca Nacional para a promoção de um patrimônio documental nacional.	Institucionalização dos serviços documentais. Altera a lei de Bibliotecas de 1985, criando outros departamentos fora de Pretória, cidade que fica localizada a Biblioteca Nacional.
Lei do Conselho de Línguas sul africanas, 1995 (Lei n.º 59 de 1995)	Estabelece uma política linguística que contemple e valorize a diversidade linguística do país.	Institucionalização do multilinguismo na Constituição.

Fonte: elaboração própria com base nos dados obtidos através do SAHRA <http://www.sahra.org.za/about-sahra/>

O quadro acima mostra como o Estado institucionalizou a cultura através de vários órgãos estatais, segundo os documentos uma forma de democratização (SOUTH AFRICA, 1994, 1996b). Percebe-se que as instituições e projetos criados a partir dos atos institucionais foram incrementados e fazem parte do DAC, a instância responsável pela cultura.

Na África do Sul o NHC, um subdepartamento do DAC, é o órgão responsável pelos assuntos sobre o patrimônio desde 2004. O NHC foi oficialmente constituído através da Lei de Recurso do Patrimônio Nacional (NHRA) lei 11 de 1999, mas proclamado oficialmente apenas em 2004. O NHC como órgão

responsável pela preservação do patrimônio tem como missão “Transformar, proteger e promover o patrimônio sul-africano para o desenvolvimento sustentável”. É seu objetivo “Construir uma nação orgulhosa de seu patrimônio africano” (SOUTH AFRICA, 2017).

A lei do patrimônio de 1999, também criou e institucionalizou a Agência de Recursos Patrimoniais sul africanos (SAHRA na sigla em inglês), órgão estatutário que substituiu o Conselho Nacional de Monumentos (NMC na sigla em inglês), responsável pela proteção do patrimônio cultural da África do Sul e seu inventário. O SAHRA tem como visão “Uma nação unida através de seu patrimônio”.

O departamento surge com função de promover a sociedade democrática, colocando instituições mais próximas da comunidade, em que os governos locais possam gerir seus recursos patrimoniais e seu planejamento. Seus objetivos são:

O SAHRA tem o mandato de coordenar a identificação e gestão da propriedade nacional. Os objetivos são a introdução de um sistema integrado para a identificação, avaliação e gestão dos recursos patrimoniais e para permitir que as autoridades provinciais e locais adotem poderes para protegê-los e gerenciá-los (SAHRA, 2017)<sup>65</sup>.

O SAHRA inclui tanto o patrimônio natural quanto o cultural, mas sua diferença é a categoria do patrimônio vivo.

A propriedade nacional inclui objetos móveis, como os recuperados do solo ou das águas da África do Sul; objetos associados ao patrimônio vivo; arte etnográfica e decorativa; objetos de interesse científico; e livros, documentos, fotografias, material de filme ou gravações de som. Um lugar ou objeto é considerado parte da propriedade nacional se tem significado cultural devido à sua importância na comunidade, ou padrão da história da África do Sul, a posse de aspectos raros do patrimônio natural ou cultural da África do Sul, sua forte ou especial associação com um grupo cultural particular para razões sociais, culturais ou espirituais (SAHRA, 2017)<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> SAHRA is mandated to coordinate the identification and management of the national estate. The aims are to introduce an integrated system for the identification, assessment and management of the heritage resources and to enable provincial and local authorities to adopt powers to protect and manage them (SAHRA, 2017). Disponível em: <http://www.sahra.org.za/about-sahra/>

<sup>66</sup> The national estate includes movable objects such as those recovered from the soil or waters of South Africa; objects associated with living heritage; ethnographic and decorative art; objects of scientific interest; and books, documents, photographs, film material or sound recordings. A place or object is considered part of the national estate if it has cultural significance because of its importance in the community, or pattern of South Africa’s history, its possession of rare aspects of South Africa’s natural or cultural heritage, its strong or special association with a particular cultural group for social, cultural or spiritual reasons (SAHRA, 2017). Disponível em: <http://www.sahra.org.za/sahris/about/about-sahra>

Nesse processo de transformações sociais em 1999 o DAC criou o Programa Nacional de História Oral (NAOHP). Assim, esse departamento é apresentado:

Em primeiro lugar, a OHASA é um produto da transformação política pós-1994 e um bebê do Departamento de Artes e Cultura. A semente que provocou o nascimento da OHASA foi plantada em 1999, quando o Departamento de Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia (DACST) foi mandatado pelo Gabinete para conceituar e encabeçar o Programa Nacional de História Oral (NOHP) para a África do Sul (SOUTH AFRICA<sup>67</sup>).

No momento de criação do NAOHP, este consistia na pesquisa e elaboração de informações a partir da história oral para a composição dos arquivos do país. A inclusão da história oral na agenda governamental sinalizava para a construção de políticas culturais que levassem em conta as culturas dos povos étnicos e a valorização de suas expressões culturais.

O governo sul-africano elenca 5 fatores para a criação do NAOHP:

Em primeiro lugar, na África do Sul, como resultado do colonialismo e do apartheid, há lacunas nos registros públicos e no conhecimento público, que são causados pela omissão deliberada do conhecimento, das tecnologias, das histórias e das filosofias africanas do grande conhecimento da África do Sul

Em segundo lugar, essa omissão diz respeito a vários aspectos das experiências africanas e outras experiências desfavorecidas em áreas como política, economia, desenvolvimento social, saúde, cultura, questões de gênero e religião. Esses aspectos estão inadequadamente representados e urgentemente precisam ser corrigidos.

Em terceiro lugar, a recuperação e divulgação da história oral e da tradição oral são vitais para preencher as lacunas no sistema educacional.

Além disso, considerou-se que a história oral proporcionaria narrativas alternativas, novas informações e novas perspectivas sobre a nossa compreensão do passado. Estimularia práticas sociais marginalizadas e distorcidas que poderiam melhorar o bem-estar das pessoas.

Finalmente, foi acordado que a história oral beneficiaria as comunidades de três maneiras. Em primeiro lugar, proporcionaria apoio emocional às pessoas através da afirmação e da cura. Em segundo lugar, ajudaria as comunidades a recuperar sistemas tradicionais de apoio em questões como conservação de alimentos, procedimentos funerários ou medicina natural, permitindo assim economizar dinheiro. Desta forma, proporcionaria assistência econômica não monetária. Por fim, as comunidades teriam direito a obter alguns benefícios da

---

<sup>67</sup> First and foremost, OHASA is a product of the post-1994 political transformation and a baby of the Department of Arts and Culture. The seed that brought about the birth of OHASA was planted in 1999 when the then Department of Arts, Culture, Science and Technology (DACST) was mandated by Cabinet to conceptualise and spearhead the National Oral History Programme (NOHP) for South Africa. Disponível em: <http://www.ohasa.org.za/>

comercialização de commodities produzidas com a ajuda do conhecimento indígena acessado através da história oral <sup>68</sup>.

Percebe-se como a história oral é pensada governamentalmente para sua entrada na agenda pública estatal. Isto viria a possibilitar tanto a afirmação de uma identidade e conseqüentemente das culturas dos povos étnicos, como também, um maior conhecimento sobre esses povos e suas histórias nos arquivos públicos

No momento de criação do NAOHP também foi criado o Programa Nacional de Músicas Indígenas (NIMP). A partir dos relatórios dos dois programas o governo percebeu a complementaridade entre ambos. Com isso, fundiu-se um novo projeto, o Projeto Nacional de Música Indígena e História Oral (NIMOHP). A partir da fusão dos projetos deu-se a construção do OHASA, lançado em 2003 sob a égide dos Arquivos Nacionais. O objetivo do programa seria “Promover e facilitar a gravação, preservação, acesso, divulgação e estudo da história oral na África do Sul. Isso inclui poesia, música, representação teatral e tradição oral” <sup>69</sup>. A criação do OHASA foi seguida de conferências anuais de história oral que acabaram servindo como plataforma para pesquisas sobre e com base na história oral. Abaixo uma tabela sobre as conferências.

**Tabela 5 - Conferências anuais de História Oral da OHASA**

<b>Conferências</b>	<b>ANO</b>	<b>Tema</b>
Pretória - Província de Gauteng	2004	A Marcha Anti-passe de 1956 a Construção da União pelas Mulheres da África do Sul.

<sup>68</sup> Firstly, in South Africa, as a result of colonialism and apartheid there are gaps in the public records and public knowledge, which are caused by deliberate omission of African knowledge, technologies, stories and philosophies from the mainstream of South Africa's body of knowledge. Secondly, such omission concerns various aspects of African and other disadvantaged experiences in areas such as politics, economics, social development, health, culture, gender issues and religion. These aspects are inadequately represented and urgently need to be redressed. Thirdly, the retrieval and dissemination of oral history and oral tradition are vital to fill the gaps in the education system. Furthermore, it was felt that oral history would provide alternative narratives, fresh information and new insights into our understanding of the past. It would stimulate marginalised and distorted social practices which could enhance the well-being of the people. Finally, it was agreed that Oral history would benefit the communities in three ways. Firstly it would provide emotional support to people through affirmation and healing. Secondly it would assist communities in retrieving traditional support systems in matters such as food conservation, funeral procedures or natural medicine, thus allowing them to save money. In this way it would provide non-monetary economic assistance. Lastly the communities would be entitled to derive some benefits from the commercialisation of commodities produced with the help of indigenous knowledge accessed through oral history). Disponível em: <http://www.ohasa.org.za/>

<sup>69</sup> To promote and facilitate the recording, preservation, access, popularisation and study of oral history in South Africa. This includes poetry, music, oral praise, oral performance and oral tradition. Disponível em: <http://www.ohasa.org.za/>

Joanesburgo - Província de Gauteng	2005	O legado do Apartheid
Richard Bay – Província de Kwazulu-Natal	2006	Cultura, Memória e Trauma.
Limpopo -	2007	Verdade, Legitimidade e Representação: História Oral e Vozes Alternativas.
Cabo Oriental -	2008	Vozes escondidas, histórias não contadas e lembranças veladas: história oral, representação e conhecimento.
Cape Town – Província do Cabo Ocidental -	2009	A política de colecionar e curar vozes
Mpumalanga-	2010	História oral e patrimônio, identidades nacionais e locais.
Noroeste	2011	Distorções passadas, Realidades presentes; (Re) Construção (s) e (Re) Confirmações (s) da História Oral.
Estado Livre	2012	História oral, comunidades e luta de libertação: Memórias reflexivas na África do Sul pós-apartheid
Kimberley – Cabo Setentrional	2013	Centenário da Lei de Terras de 1933.
Província de Gauteng	2014	Comemorando 20 anos de Democracia: História Oral e Política de Transformação.
Província de Kwazulu-Natal	2015	Carta da Liberdade, Memórias e Outras Liberdades.
	2016 <sup>70</sup>	Histórias de mulheres sul-africanas

Fonte: Elaboração própria baseado nas informações contidas no site da OHASA. Disponível em: <http://www.ohasa.org.za/>

<sup>70</sup> Em 2016 não aconteceu à conferência anual, esse ano foi marcado pela participação popular através de uma chamada nacional sobre a história das mulheres sul-africanas. O governo solicitou, a partir de uma chamada para publicação, que os interessados enviassem histórias de suas respectivas mães para compor a publicação *Stories of South African Women*. “É um imperativo nacional recordar nosso passado para dar credibilidade ao nosso futuro. A história de sua mãe é necessária para completar o caleidoscópio das experiências das mulheres sul-africanas, suas provações, tribulações e realizações. Conforme celebramos nosso patrimônio, há uma necessidade de completar a tapeçaria que produz tantas lacunas” (SOUTH AFRICA, 2013).

Com a criação do NAOHP viu-se a necessidade de um planejamento para a formulação de políticas públicas. Com isso, a partir de 2004 há uma série de convenções, como ilustrado na tabela 5, essas conferências tinham por objetivo principal retratar a história oral como parte integrante da vida dos sul-africanos, uma marca de suas próprias culturas e, por isso, a história oral é parte constitutiva de seu patrimônio. O patrimônio cultural imaterial passa a fazer parte de pesquisas para sua salvaguarda e proteção (SOUTH AFRICA, 2013).

No momento de transformação política, social e cultural, o Estado sul-africano reconhece que no processo da construção da nação é preciso a valorização das expressões étnicas. Há uma busca oficial de promover o patrimônio da África do Sul por meio da cultura, e isso fica claro nos documentos oficiais que tratam a cultura como o meio para a reconciliação e reconstrução nacional.

É preciso que se compreenda o local em que a cultura está sendo tratada pelo governo da África do Sul a partir dos anos de 1994. Por mais que se fale em uma construção da nação baseada na multiculturalidade e nas produções simbólicas e imateriais dos sujeitos e grupos, os documentos deixam bem explícitos o potencial que a cultura oferece para o país, pelo Estado e governos, e certamente por muitos sujeitos diretamente envolvidos com sua produção. A cultura é pensada para além do ideário da nação multicultural, mas também faz parte de uma política econômica, que pode proporcionar novos investimentos e benefícios a partir de uma indústria cultural que ofereça através da valorização da identidade, a melhoria da qualidade da vida social e econômica sul-africana. Este é um processo ambíguo e complexo, mas se deve reconhecer que permite a inserção do país em uma dinâmica de trocas culturais, sendo que, o desenvolvimento econômico não pode ser o fim, mas o começo para a valorização da diversidade.

### 3 A PATRIMONIALIZAÇÃO COMO UMA POLÍTICA CULTURAL NO PÓS-APARTHEID

É nesse processo de construção da nação sul-africana pós-apartheid com a institucionalização de uma política cultural, como retratado no capítulo anterior, que o patrimônio passa a fazer parte dessa política pública a partir de ações do Estado em patrimonializar bens, lugares e pessoas, um processo que compartilho com Ciraj Rassool (2000), como uma política de patrimonialização e, que Barros (2012), a concebe como uma monumentalização desse patrimônio.

No processo de patrimonialização uma série de ações foi levada a cabo pelo Estado no pós-apartheid, patrimonializando bens e lugares, um processo de monumentalização com imagens em forma de estátuas com ícones da luta segregacionista e que se tornaram heróis da nação sul-africana. A patrimonialização também ocorre na cultura imaterial como é caso da dança zulu (MELO, 2014) e do reconhecimento do patrimônio vivo em 2009 que torna a cultura imaterial, seus saberes e sujeitos como bens culturais a serem preservados (SOUTH AFRICA, 2009).

As políticas de patrimonialização e monumentalização estão a conferir um sentimento de uma identidade nacional na construção da nação Arco-íris com projetos voltados principalmente para o turismo cultural/patrimonial (RASSOOL, 2000; BARROS, 2012; SOUTH AFRICA, 2012).

Esses símbolos são nas palavras de Ciraj Rassool (2000), “Biografias da resistência”<sup>71</sup>, espalhados pelo país com a política de patrimonialização a partir da monumentalização de ícones e heróis da luta antiapartheid.

No segundo semestre de 2016 – entre os meses de Outubro e Dezembro -, estive na cidade de Pietermaritzburg, na região de Kwazulu-Natal, desenvolvendo minha pesquisa de campo. Em diversos momentos, eu estava a “viver” o Apartheid através dos nomes das avenidas, dos espaços públicos patrimonializados e renomeados fazendo referência a pessoas que simbolizam a luta antiapartheid. Eu tive contato com muitos desses ícones a partir de leituras sobre o país principalmente do período segregacionista, como é o caso do *Nelson Mandela Capture Site Apartheid Museum*, espaço mantido pelo governo da província de

---

<sup>71</sup> Biography of resistance (RASSOOL, 2000).

Kwazulu-Natal em parceria com o NHC. Espaços como esse se tornaram usuais com a política de patrimonialização na África do Sul (RASSOOL, 2000; BARROS, 2012).

O museu foi construído às margens da estrada em que Nelson Mandela foi capturado e preso na cidade de Howick, KZN. Nas suas dependências há um arsenal de informações sobre sua vida, desde a infância a morte. Fui informado por uma funcionária do local que o espaço se tornou pequeno para a quantidade de visitantes, como também, para uma melhor exposição das obras, e que está sendo construído um espaço maior bem à frente que será digno da história de Nelson Mandela. Mas o que chama mais atenção não está dentro, mas do lado de fora. Quem passa pela estrada e olha de longe apenas umas estacas pretas fincadas no solo, quando chega a esse local percebe que não se trata de pedaços de madeira, é a imagem do rosto de Mandela formada com cinquenta varas de aço de entre cinco e dez metros de altura. A imagem só entra em foco quando se está em um determinado ponto indicado por uma placa no piso que contém informações sobre o local e um breve resumo de sua vida.

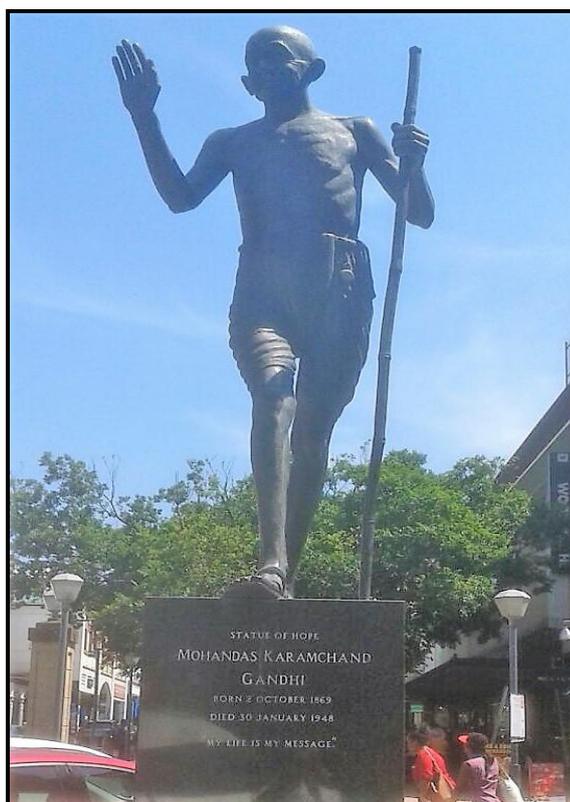
**Figura 1-** Monumento em homenagem a Mandela no Nelson Mandela Capture Site Apartheid Museum



Fonte: Inaldo Rodrigues (2016)

Em outra ocasião no centro da cidade, na *Church Street*, em Pietermaritzburg, fui surpreendido pela estátua de bronze de Mahatma Gandhi, que também é celebrado por sua luta contra a segregação. “Foi em Pietermaritzburg que Mahatma Gandhi foi expulso de um trem, embora apresentasse uma passagem válida, por recusar-se a sentar na terceira classe porque um homem europeu não tinha lugar” (BARROS, 2012, p. 143).

**Figura 2** - Monumento de Mahatma Gandhi no centro de Pietermaritzburg



**Fonte:** Inaldo Rodrigues (2016)

O monumento de Gandhi representa o reconhecimento da comunidade indiana na região de KZN. A África do Sul tem a maior comunidade de pessoas de descendência indiana fora da Índia, um total de 3%. Desse percentual 80% estão na região de KZN (RAMSAMY. 2014). Edward Ramsamy analisando as identidades nacionais pós-apartheid pontua que o ANC perdeu as eleições nessa região em 1994 e 1999. A comunidade indiana em número expressivo se via representada mais no Partido Nacional do que no ANC, que era visto como um partido da causa africana. O ANC usou de estratégias simbólicas da cultura indiana para ganhar seu

apoio, algo que veio a acontecer em 2004 quando teve a maior porcentagem dos votos.

A monumentalização de Gandhi fez parte dessa política de reconciliação para com a comunidade indiana que se viu representada pelo seu maior símbolo em outro monumento inaugurado em 2003 na cidade de Johannesburgo. A patrimonialização da imagem de Gandhi pode ser vista no processo de construção da nação como uma busca pela diversidade identitária e valorização das diversas culturas que compõem a África do Sul (RAMSAMY, 2014).

Mas não é só de patrimônio material que está se constituindo a nação Arco-íris, o imaterial também faz parte dessa política de patrimonialização. Em um fim de semana fui com minha companheira de pesquisa, Aldina Melo que estava a desenvolver sua pesquisa também de mestrado sobre a educação no período do Apartheid, conhecer Durban, uma cidade próxima de Pietermaritzburg, uma viagem de duas horas de ônibus. No sábado saímos para irmos atrás de algum mercado popular para comprarmos os famosos tecidos africanos, destino que foi interrompido, pois acabamos presenciando um festival de danças étnicas em uma praça pública. Havia uma agitação no local com várias pessoas caracterizadas com trajes festivos, descobrimos que se tratava de um festival cultural: *Indoni*.

O *Indoni Miss Cultural South Africa* é promovido pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Social. É um festival nacional de celebração da cultura e do patrimônio. Aproveitei para registrar o momento e conversar com algumas pessoas, fui informado por umas senhoras que aquele momento era para mostrar suas culturas porque também são sul-africanas, e eram momentos como esses que se celebrava a nova história do país.

**Figura 3** - Mulheres sul-africanas no Indoni Miss Cultural South Africa 2016.



**Fonte:** Inaldo Rodrigues (2016)

As mulheres esbanjavam suas roupas coloridas e os trajes simbolizavam seu grupo de pertencimento. Estavam acompanhadas por seus que apresentavam suas manifestações culturais. Essas mulheres fazem parte do patrimônio vivo da África do Sul que em 2009 lançou a *Política Nacional sobre o Patrimônio Vivo Sul Africano*, que consiste na proteção e promoção do patrimônio vivo sul-africano, sendo parte integrante da história e da identidade de um grupo e de uma comunidade (SOUTH AFRICA, 2009). O projeto lançado em 2009 é uma ratificação da Convenção da UNESCO de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (SOUTH AFRICA, 2009). A convenção da UNESCO de 2003 considera o patrimônio intangível às tradições e expressões orais, as artes do espetáculo, os conhecimentos e as práticas dos povos e o artesanato tradicional (UNESCO, 2003). Em resumo, consiste na imaterialidade, algo que está mais no simbólico do que no concreto, algo transmitido de geração em geração (UNESCO, 2003).

**Figura 4** - Indoni Miss Cultural Festival 2016.



**Fonte:** Inaldo Rodrigues (2016)

Em outro momento a Universidade de KwaZulu-Natal (UKZN) promoveu uma exposição de comidas típicas, e o Instituto de línguas da UKZN onde eu estava cursando inglês, convidou todos os alunos para participarem fazendo um prato típico de seu país. A diretora do instituto pediu para que os moçambicanos e os brasileiros se juntassem para a preparação de um único prato que fosse comum para os dois países - preparamos um frango assado no leite de coco. A exposição das comidas foi acompanhada da apresentação de um grupo jovem zulu que estava acompanhado por senhoras e que participavam com cânticos e palmas às apresentações.

Após a exposição conversei com algumas pessoas do grupo, as senhoras que estavam em um grupo de três me informaram que aquela dança é do povo zulu e esse faz parte da história daquela região e que estar ali (dentro da universidade) significava que agora o povo reconhece seu valor. Estavam num espaço maior de segregação: a universidade.

Nota-se que os monumentos, assim como o patrimônio, representam tensões. “Os processos de produção patrimonial apresentam uma capacidade de resiliência que combina as tensões entre a inovação e a conservação no âmbito da

luta dos vários poderes sociais” (LEITE, 2015, 29). A inovação ganha espaço em relação à conservação. Os bens patrimonializados pós-apartheid e que representam a luta contra esse sistema são erguidos e contemplados, lugares limpos, diferentemente de outros símbolos que também fazem parte da história do país. O que percebi é que não há uma preocupação com monumentos que retratam a história do país do período anterior a 1994, nesse ponto eu questiono: a nação arco-íris não seria agora de todos os africanos que nela vivem como disse Mandela em seu discurso de posse em 1994?<sup>72</sup> Se é um país que celebra sua diversidade com diferentes povos e nações por que há uma valorização de uns em detrimento de outros?

Mas já nos dizia Leite:

A produção patrimonial é uma operação seletiva de significados em permanente transformação a adaptação. A operação de distinção (do que individualiza) e a operação de identificação (do que exclui) ocorrem no processo de produção de ideias abstratas. As operações de abstração ocorrem ao nível do indivíduo, mas podem ser socialmente partilhadas através de processos comunicativos. Convém, no entanto distinguir, no plano conceitual, a operação de abstração das ideias (LEITE, 2015, p. 29).

Essa operação mental para o autor, “caracteriza-se por emergir através das sensações, da cognição e da representação”, e isso faz com que a mente seja seletiva construindo significados, enquanto as ideias “traduzem um fenômeno que pode ser densificado pela representação e pela comunicação, pode ser ou construído ou não pelos objetos no espaço ou pelas suas relações”, ou seja, é algo reflexivo e individual. Ele finaliza esse pensamento que qualquer imagem é ampla de significados e “a partir do qual o conhecimento pode ser construído” (LEITE, 2015, p. 29).

Esse processo de conscientização nos ajuda a pensar sobre os casos mostrados acima onde os contornos significativos sobre os bens patrimonializados estão a conferir reflexões e posicionamentos quanto a esses locais e suas ações de preservação e manutenção.

Para Leite, o patrimônio apresenta-se em duas funções: a primeira refere-se a ser uma cópia das tradições que reinventa o passado e a outra é sua função

<sup>72</sup> Discurso de posse de Mandela *Chegou o momento de Construir* em 10 de março de 1994 “[...] Chegou o momento de sarar as feridas. Chegou o momento de transpor os abismos que nos dividem. Chegou o momento de construir”. Disponível em > <http://maioresdiscursos.blogspot.com.br/2013/01/discurso-nelson-mandela.html>>.

social de emancipação social, na qual ele se debruça afirmando que esse processo é repleto de contradições sociais: “patrimônio corporiza uma ideia transcendente que a comunidade considera como uma expressão de representação” (LEITE, 2015, p. 87). Nesse sentido o patrimônio vai para além do ato de simbolizar, representa um serviço social e político para o desenvolvimento. É nessa perspectiva que o patrimônio é associado a desenvolvimento como retratado no capítulo anterior.

Essas imagens refletem como o patrimônio está a desempenhar uma função social e política na nova África do Sul, ele é acionado pelo Estado como símbolo identitário para a construção da nação a partir da história dos bens patrimoniais que simbolizam a luta contra o sistema do Apartheid.

O patrimônio está se enquadrando no discurso da celebração da diversidade na África do Sul. De acordo com Rassool (2000), no processo de patrimonialização a memória é acionada por meio do ato de celebrar. A grande quantidade de monumentos e museus nacionais tomou forma de simbolizar a nação, campanhas para a promoção do patrimônio foram lançadas na última década de noventa e continuaram a acontecer em todo o ano dois mil. São ações do Estado a partir de seus departamentos como o NMC, o SAHRA e a SATOUR.

Para Rassool (2000, p.1) “O domínio do patrimônio e da história pública exige um exame sério, pois é aqui que tentativas estão sendo feitas para modelar as categorias e imagens da nação pós-apartheid”<sup>73</sup>. O autor compreende que os discursos oficiais modelam as identidades em torno de um patrimônio comum, algo que ele chama atenção, pois nesse processo as agências do patrimônio estão a desempenhar uma função educadora.

Ao mesmo tempo, deve ser entendido que a responsabilidade pelo trabalho ideológico da formação da identidade nacional e a tarefa de criação de “bons cidadãos” são de certa forma deslocadas para longe das escolas para instituições patrimoniais e meios de cultura pública. Não é surpreendente que, à medida que essas guerras culturais sobre a história e o patrimônio se desenvolvem no domínio público, e como o lugar do passado está sendo redefinido na política de educação e patrimônio, os historiadores acadêmicos estão sendo forçados a reconsiderar as rotinas e espaços convencionais de seus procedimentos alfabetizados de ensino e pesquisa. Na academia, os historiadores há muito se acostumaram a limpar fronteiras e hierarquias entre fontes primárias e secundárias e ter mantido a ideia de um fluxo de conhecimento histórico da academia para a comunidade na forma do texto da história popular e na direção das escolas através da “tradução” para livros escolares. Convencidos pela certeza de seus

---

<sup>73</sup> The domain of heritage and public history requires serious examination, for it is here that attempts are being made to fashion the categories and images of the post-apartheid Nation (RASSOOL, 2000, p. 1).

conhecimentos e sua "missão", alguns historiadores não estão dispostos a sujar as mãos no corte e no impulso do patrimônio [...] (RASSOOL, 2000, p.1- 2)<sup>74</sup>

A afirmação do autor se refere à disciplina de história na África do Sul pós-apartheid, onde os profissionais da área viram um novo momento para a disciplina, mas acabou acontecendo algo que não esperavam: o domínio do patrimônio sobre a história. O patrimônio está a ser um campo de tensão entre os historiadores, isso porque no pós-apartheid a disciplina despertou visões divergentes. Por um lado houve profissionais da área que criticaram a centralidade do patrimônio em relação à disciplina de história; para esses profissionais o patrimônio estava a desempenhar a função da história ficando essa ao seu serviço “O patrimônio pode ter um ‘propósito’, sugere; mas não era ‘o domínio dos historiadores” (CARRULHERS apud RASSOOL, 2000, p.4)<sup>75</sup>.

Por outro lado houve os defensores da relação entre o patrimônio e a história, considerando que surgiram novas formas de pensar sobre o passado e a história, e que poderiam ser e são significativos para o avanço da disciplina, eles defendem que o conhecimento histórico é um discurso sobre o passado e que não há verdade absoluta, essa é uma construção social.

Essas condições não garantem que o histórico acadêmico seja uma boa história. Na mesma linha, sugiro que o ‘patrimônio’ na África do Sul não seja apenas uma zona menor. Em vez, disso, pode ser visto como uma assembléia de arenas e atividades de fazer história que é tão controversa quanto as reivindicações feitas sobre o caráter da história acadêmica. O que é necessário é uma sociologia da produção histórica na academia e no domínio público e um inquérito sobre as categorias códigos e convenções de história em cada localidade e em toda a sua variabilidade. (RASSOOL, 2000, p. 4-5)<sup>76</sup>.

<sup>74</sup> At the same time, it must be understood that responsibility for the ideological work of national identity formation, and the task of the creation of 'good citizens', are in some ways being shifted away from the schools to heritage institutions and mediums of public culture. It is not surprising that as these culture wars over history and heritage are unfolding in the public domain, and as the place of the past is being redefined in education and heritage policy, academic historians are being forced to reconsider the conventional routines and spaces of their literate teaching and research procedures. In the academy, historians have long been accustomed to clear boundaries and hierarchies between primary and secondary sources and have held on to the idea of a flow of historical knowledge from the academy to the community in the form of the popular history text, and in the direction of schools through 'translation' into school textbooks. Convinced by the certainty of their expertise and their 'mission', some historians are not willing to dirty their hands in the cut and thrust of heritage (RASSOOL, 2000, p. 1-2).

<sup>75</sup> Heritage might have a 'purpose', she suggested; but it was not 'the domain of historians (CARRULHERS apud RASSOOL, 2000, p.4).

<sup>76</sup> These conditions are no guarantee that academic history is good history. In the same vein, I suggest that 'heritage' in South Africa is not simply some lesser zone. Rather, it can be seen as an assemblage of arenas and activities of history-making that is as disputatious as the claims made

O patrimônio, como um campo simbólico, está a representar na África do Sul, sua própria história que foi negligenciada e marginalizada. Nesse momento de construção da nação novos monumentos que farão parte do processo de patrimonialização começam a surgir.

Mas o discurso de muitas culturas é apenas uma maneira pela qual o patrimônio sul-africano está sendo enquadrado. Um quadro para a memorialização começou a se desenvolver, que busca construir formas de observância, lembrança e comemoração, que seria um 'reconhecimento simbólico de nossa herança negligenciada, marginalizada e distorcida'. Novos monumentos começaram a surgir, novos museus nacionais começaram a tomar forma e novos patamares nacionais estão sendo planejados (RASSOOL, 2000, p. 10) <sup>77</sup>.

Essas ações são organizadas pelo Estado por meio do NMC e pelo NHC com projetos voltados para a área do patrimônio. Rassool (2000, p.10-11) nos dá um exemplo lançado em Cape Town em 1999: "O Projeto Legado foi criado para 'aprovar e facilitar a criação de novos monumentos, museus ... placas, obras de arte ao ar livre, túmulos e outras representações simbólicas'" <sup>78</sup>. Essas representações simbólicas nas palavras de Rassool tornaram-se "lembranças visíveis", essa é a principal função das políticas de patrimônio na África do Sul, fazer dos bens patrimonializados algo a ser rememorado para que os erros do passado não venham a acontecer novamente (RASSOOL, 2000; BARROS, 2012).

O *Projeto Legado* foi lançado entre 1998-1999 pelo NMC para construção e monumentalização de vários ícones que representariam a nação arco-íris. A partir de uma série de monumentos patrimonializados se constituiria uma rota histórica da vida desses personagens. É o caso da casa de Mandela em Soweto, declarada monumento em 1999, a Robben Island e o Mandela Museum, esses bens e locais representam o legado de Mandela e sua longa caminhada para a liberdade. (RASSOOL, 2000).

---

about the character of academic history What is required, rather, is a sociology of historical production in the academy as well as the public domain and an enquiry into the categories. Codes and conventions of history-making in each location and in all its variability (RASSOOL, 2000, p. 4-5).

<sup>77</sup> But the discourse of many cultures is only one way in which South African heritage is being framed. A framework for memorialisation has begun to unfold which seeks to construct forms of observance, remembrance and commemomtion which would be a 'symbolic acknowledgement of our neglected, marginalised and distorted heritage'. New monuments have begun to emerge, new national museums have begun to take shape, and new national heritage tmils are being planned (RASSOL, 2000, P. 10).

<sup>78</sup> The Legacy Project had been set up 'to approve and facilitate the setting up of new monuments, museums... plaques, outdoor artworks, history tmils and other symbolic representations (RASSOOL, 2000, p.10-11).

Nessa perspectiva foi lançada uma campanha em toda a África do Sul:

Entre os vinte projetos de legado sugeridos, havia uma "Trilha da História" da resistência dos escravos no Cabo Ocidental, memoriais para as mulheres da África do Sul, um monumento aos trabalhadores da África do Sul, um mapeamento cultural de túneis de guerra e o abraço do centenário da Guerra Anglo - Boer, referida no documento de discussão como a "guerra de 1899-1902", memórias de remoções forçadas, um monumento ao San, e comemorações do patrimônio pré-colonial, criação de trilhas missionárias e comemorações de eventos, como o Congresso do povo, 1955, Sharpville 1960, Soweto 1976, considerado como "pontos de inflexão históricos". Tais projetos diversos, como se sentia, "reconheciam e celebravam o patrimônio multicultural da África do Sul" (RASSOOL, 1999, p. 11)<sup>79</sup>.

Percebe-se que os projetos de patrimonialização fazem parte do planejamento maior de construção da nação para o reconhecimento da diversidade e de sua multiculturalidade.

Mas uma característica central discursiva do programa de monumentalização foi a "contribuição" dos líderes para "nosso legado de democracia". Lugares e placas de comemoração irão homenagear "grandes patriotas" que "alcançaram honra contra enormes contingências". Suas casas e "outros locais significativos associados a eles" devem ser declarados monumentos nacionais e "cerimônias públicas especiais" devem ser realizadas. Um cenotafe para martires que caíram na luta armada e um mapa cultural de túmulos de guerra foram propostos. As histórias de vida de "antepassados literários", sentiram-se, poderiam ser celebradas através de um programa de "bibliotecas dedicadas". Em uma ampla proposta, foi proposto um Parque da Liberdade que sugeriu o desenvolvimento de uma "comemoração multidimensional dinâmica" Visando contar a história da África do Sul desde os tempos pré-coloniais até o presente. Este projeto "comemoraria todos aqueles que caíram na luta pela libertação" e, ao mesmo tempo, marca a "celebração da conquista da liberdade e da democracia". Prevê que o projeto seja uma expressão simbólica dos temas de "Luta, Democracia e Nação", que "representariam nosso passado, presente e futuro". Os componentes do Freedom Park incorporariam, entre outros, um monumento às vítimas da luta, um museu dedicado à história da luta pela liberdade e um jardim indígena de reflexão e meditação, possivelmente com o nome de Albert Luthuli. (RASSOOL, 2000, p.12)<sup>80</sup>.

<sup>79</sup> Among the twenty legacy projects suggested were a 'History Trail' of slave resistance in the Western Cape, memorials to the women of South Africa, a monument to South Africa's workers, a cultural mapping of war graves and the embracing of the centenary of the Anglo-Boer war, referred to in the discussion document as the '1899-1902 war', memorials to forced removals, a monument to the San, and commemorations of precolonial heritage, the creation of missionary trails, and commemorations of events, such as the Congress of the People, 1955, Sharpville 1960, Soweto 1976, deemed to be 'historical turning points'. Such diverse projects, it was felt, would 'acknowledge and celebrate South Africa's multi-cultural heritage' (RASSOOL, 2000, P.11).

<sup>80</sup> But a central discursive feature of the programme of monumentalisation was the 'contribution' of leaders to 'our legacy of democracy'. Commemoration sites and plaques would honour 'great patriots' who 'achieved honour against tremendous odds'. Their homes and 'other significant sites associated with them' should be declared national monuments and 'special, public ceremonies' should be held. A cenotaph 'for martyrs who fell in the armed struggle' and a cultural map of war graves were proposed. The life histories of 'literary ancestors', it was felt, could be celebrated through a programme of 'dedicating libraries'. In a broad-ranging proposal, a Freedom Park was proposed which suggested the

Esses projetos foram levados a cabo pelo estado com a monumentalização e conseqüentemente patrimonialização de espaços privados que se tornaram públicos, como as casas de Mandela, Steve Biko, Dube, dentre outros líderes do movimento de libertação na luta contra o Apartheid, e representam nesse novo momento símbolos da reconstrução nacional.

Barros nos dá o exemplo da cidade de Durban, também localizada na região de Kwazulu-Natal:

Muitas das ruas e avenidas principais de Durban tiveram seus nomes mudados em honra aos heróis da luta pela liberação. Reis e rainhas ingleses, governantes brancos sul-africanos e outros, vem dando lugar para Samora Machel (líder revolucionário e presidente de Moçambique), Sandile Thusi (líder do ANC), King Dinizulu kaCetshwayo (rei zulu do século XIX), Harry Gwala (ativista do ANC), Felix Dlamini (ligado ao ANC), Mary Thipe (da Liga das Mulheres do ANC), Helen Joseph (inglesa, que lutou contra o Apartheid), Solomon Mahlangu (vinculado ao ANC), Joe Slovo (lituano de nascimento, que teve papel importante no estabelecimento do Governo de Unidade Nacional), Rick Turner (professor e ativista da University of Natal), Esther Roberts (antropóloga sul-africana, membro do Black Sash Movement), Magwaza Maphalala (membro do Partido Comunista de Kwazulu-Natal), Dorothy Nyembe, King Cetshwayo (rei zulu do século XIX), e outros. (BARROS, 2012, p. 150).

Essas ações fazem parte de um projeto político, como demonstrado anteriormente para a construção da nação. Mas Barros (2012) chama a atenção para essas ações, se tal prática de renomeações, mudanças de nomes dos estabelecimentos públicos não implica em um processo de inclusão e exclusão, pois quando se nomeiam esses espaços em memória da luta antiapartheid para a construção da nação arco-íris não se estaria excluindo a memória dos africanos brancos e de outros povos que compõem o país.

O NHC tem lançado campanhas recorrentemente para uma maior promoção do patrimônio. Atualmente existem os seguintes projetos em execução: *Rota do Patrimônio da Libertação* que visa identificar locais de importância histórica e patrimônio, servindo de apoio para o reconhecimento de pessoas, eventos e

---

development of a 'dynamic multi-dimensional commemoration' aimed at telling the history of South Africa from pre-colonial times up to the present. This project would 'commemorate all those who fell in the struggle for liberation' and at the same time, mark the 'celebration of the attainment of freedom and democracy'. It is envisaged that the project will be a symbolic expression of the themes of 'Struggle, Democracy and Nation-Building', which would 'represent our past, present and future'. The components of Freedom Park would incorporate, amongst others, a monument to victims of the struggle, a museum dedicated to the history of the freedom struggle, and an indigenous garden of reflection and meditation, possibly named after Albert Luthuli (RASSOOL, 2000, p. 12).

lugares; *Prêmio do Patrimônio Dourado*, que premia práticas de promoção e preservação do patrimônio; *Divulgação da Educação Patrimonial*, uma competição nacional escolar envolvendo as nove províncias; *Bataki*, um projeto que os jovens aprendem produzir obras de arte indígena que refletem o patrimônio sul-africano; *Ubuntu*, que é uma campanha que incentiva que cada cidadão abrace o patrimônio nacional e *Financiamento*, que apoia projetos de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural da África do Sul (SOUTH AFRICA, 2017).

Esses projetos para além da construção e valorização do patrimônio e de sua patrimonialização pretendem desempenhar uma função turística na África do Sul, onde os bens patrimonializados tornam-se rotas de peregrinação do turismo cultural/patrimonial. (RASSOOL, 2000; BARROS, 2012). Os locais patrimonializados passam a ser incorporados nas campanhas turísticas.

### 3.1 O patrimônio e o turismo como uma política cultural no pós-apartheid

O patrimônio deveria, assim, ajudar a desenvolver uma política nacional de turismo. Nas últimas décadas do século XX, as histórias da África do Sul têm entrado na esfera pública com o turismo, através dos monumentos e os museus. É o que Rassool (2000, p. 5) chama de “Visibilidade do espetáculo. Essas histórias visuais são apresentadas como ‘revelações do patrimônio oculto’, anteriormente submersas pelo apartheid”<sup>81</sup>. É nessa nova ordem de uma moderna história visual que o turismo se constrói como uma indústria para a preservação e promoção do patrimônio, estando esse dentro de uma política cultural mais ampla organizada pelo estado por um documento oficial datado de 1996 e um plano estratégico de 2012 que fazem uso do patrimônio como uma estratégia turística.

Sobre essa relação entre patrimônio e turismo na África do Sul Rassool argumenta que:

Esta indústria não só é vista como gerando enormes benefícios para uma economia em dificuldade, mas também permite que os cidadãos participem da ordem mundial moderna. O turismo é visto como um sistema no qual seus benefícios econômicos e de modernização têm o potencial de escorrer para as comunidades locais que anteriormente eram marginalizadas. Nessas circunstâncias em que o turismo comunitário tornou-se a grande palavra da democratização do turismo, surgiram uma série de iniciativas localizadas para ocupar o terreno do turismo cultural. Essas iniciativas

<sup>81</sup> *visuality of the spectacle. These visual histories are presented as 'revelations of hidden heritage', previously submerged by apartheid (RASSOOL, 2000, p.5).*

comunitárias variam de aldeias culturais de embalagens étnicas (como Xhosaville, Shakaland, Lesedi) a iniciativas artesanais locais entre comunidades rurais que fazem fronteira com parques nacionais, passeios urbanos e passeios de ação que levam um a lugares de luta política. Este é, sem dúvida, um terreno variado que não pode ser facilmente categorizado sob o título de passeios locais e / ou comunitários. No entanto, todos eles existem em relação às características discursivas dominantes do olhar turístico na África do Sul e em suas variadas tentativas de apresentar o que eles mantêm é "do outro lado", eles são principalmente direcionados ao longo de rotas similares que o turismo da África do Sul atravessou por muito tempo (RASSOOL, 2000, p. 5)<sup>82</sup>

As ações de apresentar o patrimônio a partir do turismo se tornam uma estratégia política e social. As campanhas dirigidas por esse tipo de passeio são organizadas pelo Estado com projetos e campanhas publicitárias na intenção de levar o visitante a conhecer uma história do país que muitos não conhecem, especialmente, no que tange a seus povos e suas culturas.

Esse tipo de turismo tende a apresentar o patrimônio cultural com seus passeios e visitas às comunidades étnicas. Se no passado o país e seus povos eram apresentados pelo olhar estereotipado de um mundo selvagem, de animais e desertos e de um tribalismo primitivo, a tônica agora passa a ser outra.

Por sua vez, a modernidade de um "novo", recapitulou a África do Sul, com um ambiente ordenado de segurança e conforto, oferece a oportunidade de contemplar os "rituais antigos" e as tradições da África "antiga", repletas das maravilhas de sua vida selvagem, beleza natural e uma "cultura tão fascinante como diversificada" (RASSOOL, 2000, p. 6).<sup>83</sup>

É preciso olhar para as belezas naturais e para a própria história do continente pela sua diversidade, ultrapassando o imaginário que foi construído sobre o continente africano como espaço natural e selvagem que ainda tende a ser produzido por agências de viagens. Sobre esse aspecto João Ramos dos Reis em A

---

<sup>82</sup> This industry is not only seen to generate enormous benefits for an ailing economy but it also enables the citizens to partake of the modern international world order. Tourism is seen as a system on which its economic and modernising benefits have the potential to trickle down to local communities which were previously marginalised. Under these circumstances in which community tourism has become the buzz word of tourism's democratisation, a series of localised initiatives have emerged to occupy the terrain of cultural tourism. These community initiatives range from ethnically packaged cultural villages (such as Xhosaville, Shakaland, Lesedi) to local craft initiatives among rural communities bordering national parks, urban township tours and action tours which take one to sites of political struggle. This is undoubtedly a varied terrain which cannot easily be categorised under the heading of local and/or community tours. However, they all exist in relation to the dominant discursive features of the tourist gaze on South Africa and in their varied attempts to present what they maintain is 'the other side', they mostly get directed along similar routes that South African tourism has traversed for a long time (RASSOOL, 2000, p. 5).

<sup>83</sup> In turn, the modernity of a 'new', recoded South Africa, with an ordered environment of safety and comforts, affords the opportunity to gaze upon the 'ancient rituals' and traditions of 'Older' Africa, replete with the Wonders of its wildlife, natural beauty and a 'culture as fascinating as it is diverse' (RASSOOL, 2000, p. 6).

*Matéria do Patrimônio*, apresenta-nos o caso de “aldeias” africanas que são “consumidas” como produtos turísticos, processo que tende a folclorizar as culturas desses povos. As empresas turísticas apresentam os povos bosquimanos e as populações San que vivem nas mediações da Namíbia, Botswana e África do Sul, como povos “tradicionais”.

Em muitos casos, como no Parque Natural de Etosha [...] ou na reserva de Kagga Kamma, em Cedarberg (na África do Sul), por exemplo, são contratados pelos proprietários para representar perante os visitantes aspectos de uma vida que provavelmente já não conheceram; vestindo tangas de pele, fazendo flechas, colhendo bagas e tubérculos, cantando canções em línguas que já não conhecem e dançando danças descritas nos manuais etnográficos sobre os bosquímanos. (RAMOS, 2002, p. 48).

A comercialização de um bem patrimonial precisa ser contextualizada para que não venha a acontecer essa “folclorização” (RAMOS, 2002). Esse processo de folclorização tende a se intensificar com a indústria do turismo, principalmente por empresas de viagens, que estão mais interessadas em vender seus produtos – pacotes de viagens, do que em apresentar esses povos com suas diversidades. A preocupação ocorre em comercializar até o que não se pode vender, por isso, a necessidade de folclorizar determinadas culturas.

O turismo com sua perspectiva de bem econômico tende a comercializar esses bens, que acabam revelando “manifestações de revivalismo tradicionalista” (LEITE, 2013, p. 11). Esse revivalismo para Leite nas experiências turísticas em “aldeias culturais” representa mais o desejo do visitante em ver o que construiu como símbolo daquele lugar do que da própria comunidade.

Em 2012 foi lançado um documento pelo governo em parceria com *Patrimônio Nacional e Estratégias do Turismo Cultural*, um plano estratégico que tinha como meta promover o patrimônio juntamente com o turismo cultural, sendo esse definido como: “Turismo cultural: Refere-se a aspectos culturais que interessam ao visitante e podem ser marcados como tal. Incluiria o custo e as tradições das pessoas, o patrimônio, a história e o modo de vida”<sup>84</sup>. Essa definição foi formulada por outro documento oficial, o *Livro Branco sobre Desenvolvimento e Promoção do Turismo na África do Sul* de 1996 que serviu de base para as políticas de turismo cultural no país.

---

<sup>84</sup> Cultural tourism: Refers to cultural aspects which are of interest to the visitor and can be marked as such. This would include the customs and traditions of people, their heritage, history and way of life (SOUTH AFRICA, 2012).

O documento de 1996 começou a ser formulado em Outubro de 1994 pelo Ministro dos Assuntos Ambientais e do Turismo que designou o Departamento de Turismo para elaborar um documento que viesse a discutir questões relacionadas ao turismo e que facilitasse uma política do setor no futuro. Ainda no processo de formulação uma série de métodos de pesquisas e estratégias foram adotadas.

1. Foram realizadas várias reuniões da ITTT para monitorar o progresso e fornecer comentários sobre o processo seguido e o conteúdo do documento.
2. Dez oficinas foram realizadas em todo o país para discutir o Livro Verde e obter contribuições para o Livro Branco. Mais de 500 pessoas participaram dessas oficinas em todo o país.
3. Quase 100 entrevistas de especialistas e consultas individuais foram realizadas com os principais interessados na indústria.
4. Mais de 100 inscrições escritas foram recebidas e revisadas.
5. Participaram várias reuniões estratégicas, incluindo reuniões da MINMEC, IPTC, Grupo de Ligação da Indústria Hotelera, Workshop Estratégico de Segurança Turística, Workshop de Museus e workshop nacional de turismo realizado em 4 de março de 1996.
6. Os consultores locais foram nomeados pelo consultor principal para auxiliar na realização de pesquisa e análise secundária da indústria do turismo, bem como no desenvolvimento de estratégias e programas de implementação.
7. Os consultores recorreram a uma série de relatórios da SATOUR e de outras organizações, documentos brancos de outros departamentos governamentais e outros documentos relevantes. (SOUTH AFRICA, 1996c, s.p)<sup>85</sup>.

A preocupação do documento no momento de sua elaboração era a inserção do turismo no processo de desenvolvimento e construção da nação que o país pretendia construir. As bases de sua formulação se deram com a SATOUR, órgão estatutário com o mandato para o marketing e promoção do turismo e que funciona como uma agência de viagens. Nas províncias os escritórios da SATOUR têm sido largamente substituídos por *Organizações Provinciais de Turismo*. Isso se deu por a SATOUR ser associada ao período anterior a 1994 quando o turismo escasso e ineficiente era um privilégio (SOUTH AFRICA, 2012).

---

<sup>85</sup> 1. A number of ITTT meetings were held to monitor progress and provide comments on the process followed and the content of the document. 2. Ten workshops were held country-wide to discuss the Green Paper and obtain inputs for the White Paper. More than 500 persons participated in these country-wide workshops. 3. Nearly 100 expert interviews and one-on-one consultations were carried out with key stakeholders in the industry. 4. More than 100 written submissions were received and reviewed. 5. A number of strategic meetings were attended, including meetings of MINMEC, IPTC, Hotel Industry Liaison Group, the Strategic Tourism Security Workshop, Museum Workshop and the national tourism workshop held on 4 March 1996. 6. Local consultants were appointed by the lead consultant to assist in carrying out secondary research and analysis of the tourism industry as well as the development of strategies and implementation programmes. 7. The consultants drew upon a number of reports by SATOUR and other organisations, White Papers of other government departments and other relevant documents (SOUTH AFRICA, 1996c, s.p)

O turismo faz parte do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (RDP na sigla em inglês), um programa iniciado pós 1994 como estratégia do Governo da África do Sul para a transformação e reconstrução do país.

A partir das formulações em 1995 foi produzido o documento oficial *O Livro Verde do Turismo* com a cooperação da União Europeia que foi contactada pelo governo sul-africano para prestar assistência em sua elaboração. O documento atribui ao turismo uma ênfase para o desenvolvimento integrado e responsável, servindo de base para políticas nacionais para o turismo, mas para que tal política venha a obter sucesso é preciso todo um planejamento, pois o país não apresentava nesse momento condições favoráveis para um melhor aproveitamento turístico, apresentando restrições que limitavam seu papel no desenvolvimento, tais como: recursos insuficientes; falta de integração entre Estado, setor privado e comunidades; falta de pessoal adequado para o trabalho como guias turísticos; falta de serviços básicos de logística e falta de estruturas a níveis nacional, provincial e comunitário (SOUTH AFRICA, 1996c).

As formulações para o melhor aproveitamento do turismo acontecerão em cima dos seus limites apresentados pelo documento. Essas limitações serão trabalhadas com os setores públicos e privados, as comunidades e organizações internacionais e, principalmente, o Estado, que deverá reconhecer a importância do turismo nesse novo momento, é preciso uma política nacional para o mesmo (SOUTH AFRICA, 1996c). O texto reconhece um maior envolvimento das comunidades locais na indústria do turismo, algo que foi negligenciado no período anterior, é preciso reconhecer que essas sociedades desempenham um papel de destaque no turismo comunitário, por isso, o documento elabora a necessidade de uma infraestrutura para o melhor aproveitamento das comunidades.

- Casas de hóspedes pequenas ou estabelecimentos de alojamento e café da manhã
- Tabernas com bares e restaurantes
- Transporte - serviços de táxi, passeios, viagens, aeroporto e outras transferências
- Atrações - experiências do município, história do apartheid e da luta
- Museus - cultura e história tradicionais
- Entretenimento - música, dança, teatro, narração de histórias, etc.
- Outros - floristas, galerias de arte, salões de cabeleireiro, salões de beleza, lojas de artesanato (SOUTH AFRICA, 1996c, s.p) <sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Small guest houses or bed and breakfast establishments. Taverns bars and restaurants. Transport - taxi services, tours, trips, airport and other transfers. Attractions - township experiences, apartheid and struggle history. Museums - traditional culture and history. Entertainment - music, dance, theatre,

As ações desenvolvidas nas comunidades para o melhor aproveitamento do turismo comunitário com retorno principalmente para as populações que nelas vivem, por isso, capacitação e treinamento devem fazer parte dessa política para que a comunidade participe não apenas como algo a ser visitado, mas que ela proporcione seus próprios serviços e se auto-beneficie (SOUTH AFRICA, 1996c).

O documento propõe um “Turismo responsável” reconhecendo que “Implica a responsabilidade de *respeitar o investimento e o desenvolvimento de culturas locais* e a proteção sobre a comercialização e exploração” (SOUTH AFRICA, 1996c, grifos do documento)<sup>87</sup>. Esse documento serviu de base para toda uma indústria do turismo em relação com a promoção e preservação do patrimônio.

Em 2012 foi lançado a *Estratégia do Patrimônio Nacional e do Turismo Cultural*, um plano de ação do governo para o melhor aproveitamento do patrimônio com o turismo, principalmente o turismo comunitário como definido anteriormente.

O plano tem como objetivo “Realizar a competitividade global do patrimônio e dos recursos culturais da África do Sul através do desenvolvimento de produtos para o turismo sustentável e o desenvolvimento econômico”<sup>88</sup>, e como missão contribuir para a coesão social (SOUTH AFRICA, 1996c).

O patrimônio e o turismo são pensados como categorias que podem contribuir para a coesão social, sentimento e atitudes que são recorrentes nos documentos analisados no decorrer desse trabalho. A coesão social representaria nesse momento de transformação social no país uma meta a ser atingida através de ações no campo da cultura.

O turismo étnico proporcionaria o conhecimento de diversas culturas na África do Sul, servindo não apenas para o setor econômico, mas para construir e afirmar identidades no país, não se restringindo apenas ao turista estrangeiro, mas para sua própria sociedade. Assim, seria necessário que os sul-africanos desfrutassem e fossem eles próprios turistas (RASSOL, 2009; SOUTH AFRICA, 1996c, 2012).

---

story-telling, etc. Other - florists, art galleries, hair salons, beauty parlours, craft shops (SOUTH AFRICA, 1996, s.p).

<sup>87</sup> Responsible tourism” e define como “It implies the responsibility **to respect invest in and develop culturas local** and protect the from over-commercialisation and over-exploration (SOUTH AFRICA, 1996c, grifos do documento)

<sup>88</sup> To realise the global competitiveness of South African heritage and cultural resources through product development for sustainable tourism and economic development (SOUTH AFRICA, 1996c).

O Ministro da Defesa, recentemente presidente do Conselho Nacional de Províncias e premier do Estado Livre, Patrick 'Terror' Lekota, pode visitar a Aldeia Cultural Basotho para descobrir "estilos de vida autênticos do Sotho"; Zoliswa Sihlwayi, de Soweto, pode ir a Shakaland para se tornar "consciente de sua própria cultura"; crianças escolares que falam xhosa podem ir a Xhosaville para "aprender sua cultura como parte do desenvolvimento da comunidade"; E 'homens brancos', 'depois de uma convenção de vendas' podem participar 'com os dançarinos Zulu' (RASSOOL, 2000, p. 7)<sup>89</sup>

No plano estratégico os bens patrimonializados passam a ter centralidades para o melhor aproveitamento que o turismo deverá “explorar” financeira e socialmente. As estratégias são para o melhor aproveitamento do turismo e divulgação dos bens patrimonializados material e imaterialmente. O documento elabora uma tabela com tais tipologias:

**Tabela 6** - Tipologias sobre o Patrimônio material e imaterial

TANGÍVEL	INTANGÍVEL
Construções Históricas e Locais	História Oral e Tradicionais
Patrimônios Declarados arquitetônicos	Sistemas de conhecimento indígena
Objetos e coleções culturais	Rituais e performances culturais
Artefatos e artesanatos	Artes performáticas e Artes Criativas
Belas Artes	Habilidades e Técnicas
Paisagens culturais (incluindo aspectos naturais e culturais do meio ambiente)	Sistemas de costumes e crenças
Evidências arqueológicas	Festivais Culturais
Evidências Geológicas	Memória Popular
Restos paleontológicos	
Sítios sagrados e espirituais	

**Fonte:** Elaboração SOUTH AFRICA, 2012, p. 14 (tradução própria).

<sup>89</sup> The Minister of Defence, formerly Chairperson of the National Council of Provinces and premier of the Free State, Patrick 'Terror' Lekota, can visit the Basotho Cultural Village to find out about 'authentic Sotho lifestyles'; Zoliswa Sihlwayi, from Soweto, can go to Shakaland to become 'aware of his own culture'; Xhosa-speaking school children can go to Xhosaville to 'learn their culture as part of community development'; and 'white men', 'tanked up after a sales convention' can join in 'with the Zulu dancers' (RASSOOL, 2000, p. 7).

As tipologias elaboradas fazem parte da ampliação do patrimônio cultural, sendo esse material e imaterial, e que a promoção do turismo cultural deverá levar em consideração as várias formas de patrimônio.

As ações para desenvolver o turismo cultural partem do reconhecimento que:

A estratégia move-se de um ponto de partida de que o patrimônio e os produtos do turismo cultural são notadamente o nicho ou produto competitivo emergente mais rápido dentro dos mercados internacionais e mais importante do mercado doméstico. Ao longo da última década, as tendências do patrimônio e do turismo cultural estão mostrando cada vez mais que os viajantes estão buscando experiências autênticas e memoráveis através de uma interação significativa com pessoas e culturas locais. (SOUTH AFRICA, 2012, p. 15)<sup>90</sup>.

A partir do reconhecimento que o turismo pode proporcionar o documento elabora as seguintes metas e objetivos:

- Fornecer orientação estratégica para apoiar a integração e coordenação do patrimônio e dos recursos culturais no turismo convencional para o desenvolvimento de produtos e o turismo sustentável;
- Utilizar produtos patrimoniais e de turismo cultural, através de parcerias estratégicas e participação das comunidades locais, para estimular meios de subsistência sustentáveis nos níveis comunitários de base;
- Proporcionar uma oportunidade para aumentar a conscientização, aumentar a educação e desenvolver as necessidades de conservação de recursos patrimoniais e culturais para o turismo sustentável, o que está de acordo com os valores de respeito pela cultura e o patrimônio, como afirmado no NTSS (2011).
- Proporcionar uma oportunidade para a diversificação de produtos turísticos e a formalização do segmento ou nicho de patrimônio e turismo cultural, para contribuir para o crescimento do turismo conforme delineado nos objetivos do NTSS (2011) (SOUTH AFRICA, 2012, p. 18).<sup>91</sup>

Esse desenvolvimento estratégico visa à integração do turismo com o patrimônio para o melhor aproveitamento do desenvolvimento de ambos colocando

---

<sup>90</sup> The strategy moves from a point of departure that heritage and cultural tourism products are notably the fastest emerging competitive niche or product within international and most importantly domestic markets. Over the past decade the trends in heritage and cultural tourism are increasingly showing that travellers are seeking authentic and memorable experiences through meaningful interaction with local people and cultures (SOUTH AFRICA, 2012, p. 15).

<sup>91</sup> To provide strategic guidance to support the integration and coordination of heritage and cultural resources into mainstream tourism for product development and sustainable tourism; To utilise heritage and cultural tourism products, through strategic partnerships and the participation of local communities, to stimulate sustainable livelihoods at community grass-roots levels; To provide an opportunity to raise awareness, increase education and profile the conservation needs of heritage and cultural resources for sustainable tourism which is in line with values of respect for culture and heritage as stated in the NTSS (2011). To provide an opportunity for the diversification of tourism products and the formalisation of the segment or niche of heritage and cultural tourism, towards contributing to the growth of tourism as outlined in the objectives of the NTSS (2011) (SOUTH AFRICA, 2012, P. 18).

a África do Sul na rota de turismo internacional. Tal ação proporcionaria uma rede de produtos e serviços, empregos formais e informais e o próprio desenvolvimento local, além de um intercâmbio cultural, conhecimentos dos povos e suas sociedades.

O turismo patrimonial e cultural oferece uma oportunidade única de intercâmbio cultural e transmissão de conhecimentos culturais entre comunidades locais e turistas, além de aumentar a participação das comunidades locais na indústria do turismo. Há também a necessidade de considerar as questões éticas relativas à mercantilização dos recursos culturais e patrimoniais no processo de troca desses recursos através de atividades de turismo (SOUTH AFRICA, 2012, p. 29)<sup>92</sup>.

Nessa relação do turismo com os bens patrimonializados, Barros (2012) nos dá o exemplo do *Inanda Heritage Route*, um projeto turístico que tem por objetivo fazer uma rota de liberdade na cidade de Inanda, próxima de Durban na região de Kwazulu-Natal. Esse local, na década de 1960, tornou-se a moradia de várias pessoas deslocadas das áreas urbanas sobre as leis do Apartheid, tornando-se nos anos seguintes em uma enorme favela com a intensificação das leis segregacionistas. Com o fim do sistema a partir de 1994 a cidade começou a representar a democracia que nascia no país, representando a luta pela liberdade. Foi nessa cidade que Mahatma Gandhi foi expulso de um trem no período do Apartheid por se negar a ceder seu acento para um branco, local onde Mandela votou na primeira eleição democrática em 1994 e cidade de outro líder do ANC, John Dube. A rota da liberdade visa levar o visitante a conhecer um pouco da história da cidade no período segregacionista a partir dos bens patrimonializados.

Basicamente, a trilha da Inanda Heritage Route começa no Phoenix Settlement, estabelecido em 1904 por Gandhi, onde é possível ver a casa de Gandhi e seu International Printing Press and Museum. Próximo à esta localidade estão o Ohlange Institute, a casa de Dube, que se tornara um monumento nacional, e seu túmulo. Batizado de Freedom Valley, essa rota seria um manancial de história das lutas pela libertação da África Sul; uma fonte lendária para pessoas, lugares e eventos que moldaram e continuam a moldar a “nova” África do Sul (BARROS, 2012, p. 181).

The Inanda Heritage Route tem em sua apresentação experiência de Durban, levando o internauta a conhecer essa rota da liberdade e os possíveis locais a serem visitados, como passeios e excursões pela região. Essa apresentação é um

---

<sup>92</sup> Heritage and cultural tourism provides a unique opportunity for cultural exchange and transmission of cultural knowledge between local communities and tourists, as well as to increase the participation of local communities in the tourism industry. There is also a need to consider the ethical issues regarding the commodification of culture and heritage resources in the process of exchanging these resources through tourism activities (SOUTH AFRICA, 2012, p. 29).

*marketing* para que futuros visitantes conheçam o local, principalmente a partir do patrimônio cultural.

Os bens patrimonializados – como citado no item anterior – passam a fazer parte de uma roda turística. Os monumentos patrimonializados são inseridos na política nacional do turismo cultural.

Rassool apresenta *O Longo Caminho para Liberdade*, um projeto turístico sobre os vários lugares que foram patrimonializados e que representariam a vida e legado de Mandela:

Esta iniciativa no turismo através da biografia bem estabelecida de Mandela conectaria "muitos lugares de significância" associados ao primeiro presidente democrático da África do Sul, como sua casa em Orlando West, a localização da prática de seu advogado, o local de seu encarceramento durante o julgamento de traição na década de 1950, instituições educacionais como Healdtown e Fort Hare e lugares como Lilliesleaf Farm em Rivonia, localização do Alto Comando de uMkhonto we Sizwe na década de 1960 e o Grand Parade, onde ele falou pela primeira vez após sua liberação em fevereiro de 1990 (RASSOOL, 2000, p. 11)<sup>93</sup>

A iniciativa é levar o visitante para conhecer esses bens patrimonializados por meio do turismo. É um percurso histórico vivido por Mandela, que a partir da patrimonialização desses lugares torna-se um lugar de peregrinação e visitas que possibilitará um maior consumo turístico.

Outro exemplo é Steve Biko, um dos símbolos da consciência negra e da luta antiapartheid. Sua casa foi declarada patrimônio em 12 de Setembro de 1997 e, ao mesmo tempo, o local onde ele havia sido enterrado foi declarado “Garden of Remembrance” – esse local também faz parte de uma política de patrimônio -, uma ponte na cidade de East London na província de Eastern Cape foi renomeada em sua homenagem, uma estátua com sua imagem foi inaugurada por Mandela nas proximidades da cidade, a obra foi encomendada por sua família, mas foi patrimonializada e passou a fazer parte do programa de rotas turísticas (RASSOOL, 2000).

A Robben Island transformada em museu em 1997 e reconhecida como patrimônio nacional e declarada patrimônio mundial pela UNESCO em 1999 é outro

---

<sup>93</sup> This initiative in tourism through Mandela's well-established biography would connect 'many places of significance' associated with South Africa's first democratic president, such as his Orlando West home, the location of his attorney's practice, the site of his incarceration during the treason trial in the 1950s, educational institutions like Healdtown and Fort Hare, and sites such as Lilliesleaf Farm in Rivonia, location of the High Command of uMkhonto we Sizwe in the 1960s and the Grand Parade, where he first spoke after his release in February 1990 (RASSOOL, 2000, p. 11).

local onde patrimônio e turismo se encontram. Em 1999 foi lançada a exposição *Histórias, Exibições e Arquivos de celas*: a iniciativa consistia em usar a história oral dos prisioneiros e a interação dos visitantes com a mídia utilizada, o local ainda contava com uma biblioteca própria.

A exposição faz uso de "lembranças e momentos" de ex-prisioneiros com a narração de suas vidas. 39 histórias são contadas em 39 celas. Ao ser conectado ao sistema de CD de vários níveis, o antigo sistema de intercomunicação da prisão foi reconfigurado como meio de ativar histórias orais de vidas de prisioneiros com o simples toque de um botão. As celas que não foram conectadas ao som fazem uso de textos escritos exibidos nas paredes das celas (RASSOOL, 2000, p. 18)<sup>94</sup>.

O turismo na ilha é um dos destinos mais procurados principalmente para conhecer o local que Mandela permaneceu preso por dezoito anos. “Às vezes, essa identificação coincide com os interesses da indústria do turismo, que exigem um ‘espaço do apartheid’ para os turistas testemunharem” (RASSOOL, 2000, p. 19)<sup>95</sup>, tornando-se espaços de atrações turísticas por meio do patrimônio (CARRUTHERS, 1998).

Jane Carruthers, professora do Departamento de História da Universidade da África do Sul, em um artigo sobre patrimônio e história na África do Sul, pontua que vários locais patrimonializados estão a ser “explorados”.

Robben Island é um santuário do patrimônio, e turistas locais e internacionais se reúnem em números incrivelmente altos. Muitos outros locais de "patrimônio" estão sendo explorados, Distrito Six, Praça da Liberdade de Kliptown e centenas de outros. O patrimônio parece ser uma rota ideal a seguir para se manter viva no interesse do passado, uma forma de atrair turistas (e seu dinheiro), revitalizando os museus, os arquivos e muito mais além (CARRUTHERS, 1998, p. 1)<sup>96</sup>.

A exploração do patrimônio pelo turismo passa a ser uma estratégia voltada principalmente para a mercantilização do patrimônio cultural, isso porque “os

---

<sup>94</sup> The exhibition makes use of both 'memories and mementoes' of ex-prisoners for the narration of lives. 39 stories are told in 39 cells. By being wired to multilevel CD system, the old prison intercom system has been reconfigured as the means of activating oral histories of prison lives at the push of a button. Those cells which have not been wired up for sound make use of written texts displayed on cell walls (RASSOOL, 2000, p. 18)

<sup>95</sup> At times this identification intersects with the interests of the tourism industry, who require a 'space of apartheid' for tourists to witness (RASSOOL, 2000, p. 19)

<sup>96</sup> Robben Island is a shrine to heritage, and local and international tourists flock to it in incredibly high numbers. Many other 'heritage' sites are being explored, District Six, Kliptown's Freedom Square and hundreds of others. Heritage seems an ideal route to follow in order to keep alive na interest in the past, a way of attracting tourists (and their money), revitalising the museums, the archives and much else besides (CARRUTHERS, 1998, p. 1).

monumentos e patrimônios históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas a disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2006, p. 211). Esse sentido de mercadoria atribuída ao patrimônio, de acordo com Sandra Siqueira Silva (2011), revela um processo de espetacularização, industrialização, *standartização* dos bens culturais, reduzindo-os a produtos comercializáveis, muito mais que relacionados às necessidades da coletividade produtora do bem, atribuindo-se aos bens culturais um valor econômico. A autora chama atenção para a mercantilização dos bens culturais “para que não se cometa o erro de se valorizar muito mais a mercadoria do que o bem cultural produzido por uma coletividade” (SILVA, 2011, p. 111).

As políticas patrimoniais estão a conferir um novo significado ao patrimônio, que estão sendo acionados não apenas para representar ou simbolizar a nova nação, mas faz parte de uma política cultural mais ampla que tanto constrói identidade como confere ao Estado novas possibilidades de seu uso. O Estado tem possibilitado ao patrimônio cultural toda uma dinâmica econômica e social, e é nessa relação que a patrimonialização passa a ser uma ferramenta para uma política nacional do turismo, mas é preciso que não se perca de vista que os bens patrimonializados não possuem apenas valor econômico, eles possuem um valor simbólico de representar uma determinada coletividade, uma dada sociedade (SILVA, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na recente história da África do Sul em seu processo de construção de uma democracia iniciada pós 1994, o Estado tem buscado formular e implementar políticas públicas voltadas para a valorização dos grupos étnicos. A África do Sul pós-apartheid tem buscado nas políticas patrimoniais um novo sentido para se pensar a nação: renomeando ruas, transformando prédios em museus e eventos relembrando os personagens que lutaram contra a segregação racial. Essas ações de renomeações, transformações e louvações institucionalizadas pelo Estado estão inseridas no campo das políticas públicas, que na África do Sul surgem na busca da construção de uma nação.

No processo democrático sul-africano, iniciado pós 1994, houve uma série de ações do Estado em relação à cultura, em sua visão antropológica, juntamente com o patrimônio, passaram a fazer parte da construção da nação arco-íris, tornando-se símbolos dessa “nova” nação. A cultura passou a conferir um sentimento de pertencimento e de identidade para uma nova nação que foi se construindo a partir de todo um planejamento e projetos de formulação no campo cultural.

A ampliação da cultura para uma abordagem no campo simbólico e imaterial suscitou a formulação de políticas culturais que foram organizadas pelo Estado, por meio de todo um planejamento, que começou a ser delineado logo após o fim do Apartheid. Nesse processo de construção da nação arco-íris, iniciado com Nelson Mandela, eventos para a uma reconciliação nacional começaram a fazer parte da agenda política internacional da África do Sul, que tinha como meta de seu governo promover uma reconciliação nacional.

Nesse processo de reconciliação foi formulado o primeiro projeto no campo da cultura, elaborado pelo ANC que visava um tratamento diferenciado do Estado para as artes, à cultura e o patrimônio. As formulações do projeto do ANC foram ampliadas e passaram a fazer parte de uma política nacional de cultura em 1996, considerado como o primeiro documento de política cultural da África do Sul democrática.

Na construção das políticas culturais, que teve como base o projeto do ANC de 1994, os documentos dos organismos internacionais como a UNESCO

foram ratificados pela África do Sul e seguidos para a construção dessa política pública.

É inegável o papel desempenhado pela UNESCO no campo da cultura e do patrimônio, e como os documentos que tratam dessas áreas foram “evoluindo” ao longo dos anos, possibilitando a inserção das expressões imateriais da cultura e do patrimônio para uma abordagem que contemplasse a sociedade em sua diversidade e multiplicidade.

Dessa forma, as políticas culturais elaboradas pelo estado sul-africano após 1994 pretendem oficialmente contribuir para a construção de uma nação multicultural e diversa. A cultura e o patrimônio tornam-se símbolos dessa nova nação. É nesse campo das políticas culturais, que o Estado sul-africano tem patrimonializado, considerando a cultura e a memória significativa (que deve ser socialmente lembrada) de determinado bens, símbolos e lugares, com o intuito de que os tempos da segregação oficial não sejam esquecidos nem retornem. O patrimônio está a desempenhar uma dupla função: de construção nação e de estratégia para a alocação de recursos com o turismo. Os bens patrimonializados passam a fazer parte de rotas turísticas. Essas ações estão inseridas em uma política cultural na África do Sul pós-apartheid.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.33-48.

ALEXANDER, Neville. Cidadania, Identidade e Construção nacional na África do Sul. **Tempo social**. V.18. n.2.pp.113-129. São Paulo, 2006.

AITNARD, K.M. 1976. **Cultural policy of Togo**. Paris, 1976. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000188/018853eo.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expressão do nacionalismo**. Editora 70. Lisboa, 2005.

BAINES, Gary. The rainbow nation? Identity and nation building in post-apartheid South-Africa. Disponível em:<<http://motspluriels.arts.uwa.edu.au/MP798gb.html>>. Acesso 01 de mar. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura Popular na Idade Media e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**; tradução de Yara Frateshi Vieira. São Paulo, Ed. da Universidade de Brasília, 1987.

BAPTISTA, Maria Manuel Rocha Teixeira. Estado e Cultura: o necessário conflito. **Políticas Públicas**. São Luís, v.12, n.1, p.36-43. Jan/jul.2008.

BATES, R.; MUDIMBE, V.Y.; O'BARR, Jean. **Africa and the Disciplines**. The contribution of research in Africa to the social sciences and humanities. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

BARBALHO, ALEXANDRE. Estado Autoritário Brasileiro e Cultura Nacional: entre a tradição e a modernidade. In: Revista da Associação de Psicanálise de Porto Alegre, n19, Porto Alegre, 2000.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **As Faces de John Dube: memória, história e nação na África Do Sul**. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – IFCH , PÓS-AFRO, CEAO, Salvador: UFBA, 2012.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio, Educação e Gênero no Sul Global**. São Luís, 2014 (Mimeo).

BENTLEY, Kristina. Understanding culture and rights in South Africa today: Moving beyond racial hegemony in national identity. In\_\_ : **Political Culture in the New South Africa**. Stiftung, Konrad Adenauer. Seminar Report, n. 16, p. 19-40, October, Johannesburg. 2006.

BLAZETTO, Giovanni. Educação patrimonial, patrimônio e memória: Conceitos construtores de cidadania e identidade. **Revista Latino-americana de História**, v.2, n. 6, p.532-552, ago. 2013.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (2), 2011.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, III, 2007, Salvador. **Anais....** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em:<[http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre\\_l\\_politicas\\_culturais\\_no\\_brasil\\_balanco\\_e\\_perspectivas.pdf](http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf)>. Acesso em 10 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Revista Escritos**, [S.l.], v. 7, n. 7, p. 323-345, 2013. Disponível em:<[http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero07/escritos%207\\_12\\_historia%20das%20politicas%20culturais.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero07/escritos%207_12_historia%20das%20politicas%20culturais.pdf)>. Acesso em 10 de jan. 2017.

CANCLINI, Néstor García. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In.: BRASIL (org.). **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO, Brasil, 2003, p. 21-42

\_\_\_\_\_. Definiciones em transición. 2001. Disponível em:<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100912035750/5canclini.pdf>>. Acesso em 10 de dez. 2016

CARLIN, Jhon. **Invictus: Conquistando o inimigo: Nelson Mandela e o jogo que uniu a África do Sul**. Trad. Tereza Carneiro. Rio de Janeiro. Sextante, 2012.

CARRUTHERS, Jane. Heritage and History. Disponível em<<http://h-net.msu.edu/cgi-bin/logbrowse.pl?trx=vx&list=h-africa&month=9810&week=c&msg=sv82DZpkATFzGc7zqbkFKA>>. Acesso em 20 de mar. 2017.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à Filosofia**. 13ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latino-americana de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 53-76, Jun. 2008. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em 20 de nov. 2016.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: Cultura e Imaginário. São Paulo: FAPESP ; Iluminuras, 1997

DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26954/28732>>. Acesso em 15 de mar. 2017.

DIAS, Cleber. Esporte e Política em *Invictus*, de Clint Eastwood. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbce/v36n2/0101-3289-rbce-36-02-00515.pdf>>. Acesso em 20 de dez. 2016.

DIAS, Juliana Braz. Registros fonográficos da música cabo-verdiana: mercadoria e patrimônio. In: SANSONE, Lívio (org.). **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 41-65

DU PREEZ, Max. **A Rumour of Spring South Africa after 20 years of Democracy**. Cape Tawn: Zeba Press, 2013.

ELAIGWU, J. Isawa. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: **História Geral da África, VIII**. África desde 1935.3.ed. rev. e amp. Brasília, UNESCO, 2010.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Portugal: ed. Livraria Sá da Costa, 1980.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais, 2002. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10410/10007>>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

FÉLIX, Paula; FERNANDES, Tatiane. Política Cultural. Disponível em:< <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>>. Acesso em 10 de jan. 217.

FEITOSA, Paulo Fernando de Britto. Patrimônio Cultural da Nação: tangível e intangível. Disponível em< [http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos\\_2/Artigos\\_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf](http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf)> Acesso em 20 de jan. 2017.

FERRETTI, S. F. Dimensões da Cultura: popular, erudita. **Ciências Humanas em Revista** .São Luís, v. 5, n. 2, p. 39-54, dez. 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. Cap. 1, p.25-33

HALL, Stuart. Controvérsias. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 24-128.

HARRIS, Verne. The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa. **Archival Science**, v. 2., p. 63–86, 2002.

HELAL, Ronaldo; AMARO, Fausto. Construindo a nação Arco-Íris: esporte e identidade nacional em Invictus. **Lumina. Revista do programa de Pós-graduação em Comunicação**, v. 5, n.1, p. 1-16, jun. 2011.

HOBBSAWN, Eric. Introdução. In: **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro; paz e terra, 1990.p. 11-26.

JONGE, Klass de. *África do Sul: apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez/EBOH, 1991. Letras/Universidade de Lisboa, 2006.

KUPER, Adam. Cultura, diferença, identidade. In: \_\_\_\_\_. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC. p. 287-311. 2002.

KRETZMANN, Carolina Giordani. **Multiculturalismo e Diversidade Cultural**: comunidades tradicionais e a proteção do patrimônio comum da humanidade. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós Graduação e Pesquisa em Direito, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

LAPIERRE, Jean-William. Prefácio. In.: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**. Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 23ª edição

LEAL, Alessandra; BORGES, Maristela Correa. Patrimônio Cultural Imaterial: leis e documentos. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v, 13, n. 44, p. 221-234, dez, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16680/11305>>. Acesso em 15 de mar. 2017

LEITE, Pedro Pereira. Processos Patrimoniais em África. Disponível em <<https://informalmuseology.wordpress.com/informal-museology-studies/9-processos-patrimoniais-em-africa/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

LEÓN D., Ruby Ester. **Unidade versus diversidade: compassos e descompassos da Política para “afrodescendentes” em Bogotá**. Dissertação. (Mestrado – Políticas Públicas). Departamento de Serviço Social – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

MALULEKE, M.J. Culture, Tradition, Custom, Law and Gender Equality. Disponível em:< <http://www.saflii.org/za/journals/PER/2012/1.pdf>>. Acesso em 3 de mar. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia. Uma introdução**, São Paulo: Atlas. 2010, 7ª edição.

MASUKU, Norma. **Perceived oppression of women in Zulu folklore**: a feminist critique. 2005. 230 f. Thesis (Doctor of Literature and Philosophy) - In the Department of African Languages, South Africa, University of South Africa, 2005.

MELO, Aldina da Silva. **Dançando com os Zulus:** representações de gênero em Kwazulu-Natal, África do Sul, 2014. 94f. Monografia (Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia), Universidade Federal do Maranhão – Campus Bacabal, Bacabal, 2014.

MORANTE, Adelia Cristina Tortoreli; GASPARIN, João Luís. Multiculturalismo e educação: um desafio histórico para a escola. Disponível em < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Adelia%20Cristina%20T.%20Morante.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Adelia%20Cristina%20T.%20Morante.pdf)>. Acesso em 20 jan 2017

MORENO-CUBILLOS, Monica Cristina. **Intervenção do Estado na cultura em Bogotá:** avaliação política das políticas Culturales Distritales 2004-2016. Dissertação. (Mestrado - Políticas Públicas). Departamento de Serviço Social – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MOTA, Jeferson Gonçalves. **Educação, Desigualdade e Diversidade em Moçambique.** 2015. 74f. Monografia (Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, Campus Bacabal, Bacabal, 2015.

NAWA, Lebogang Lancelot. **Municipal Cultural Policy and Development in South Africa:** A study of the city of Tshwane Metropolitan Municipality. Tese (Doctor of Literature And Philosophy) – Department of African Languages at the University of South Africa, 2012.

NUTTALL, Sarah; COETZEE, Carli (Orgs.) **Negotiating the Past: The Making of Memory in South Africa.** Cape Town: Oxford University Press, 1998.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo: PUC, 1981.

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e Cultura no Brasil: cortes ou continuidades?. In. MICELE, Sergio (Orgs.) **Estado e Cultura no Brasil.** São Paulo: Difel, 1984. p.41-52.

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira. O conceito antropológico de cultura. Disponível em < <https://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/OconceitoantropologicodeCultura.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2017.

PARADA, Maurício; BON MEIHI, Murilo Sebe; MATTOS, Pablo de Oliveira de. **História da África Contemporânea.** Rio de Janeiro: PUC-Rio: Palhas, 2013.

PAREKH, Bhikhu. Repensando el multiculturalismo. Diversidad cultural y teoría política. Traducción de Sandra Chaparro. Madrid: Ediciones Istmo, 2000.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. – 2ed. Ed. UNESP, São Paulo, 2011.

RASSOOL, C. The rise of heritage and the reconstitution of history in South Africa. Disponível em <http://journals.co.za/docserver/fulltext/kronos/26/1/545.pdf?expires=1495735159&id=id&accname=guest&checksum=E93B62CABFD9B3CDD90A6DCCB836199C>. Acesso em 10 de mar. 2017.

RAGUSO, Fabrizia. **O desafio do Multiculturalismo: entre a identidade e o reconhecimento**. Uma leitura a partir de Charles Teylor. Tese (Doutorado em Ética) - Programa de Pós Graduação em Ética. Instituto de Ciências e Humanas da Universidade de Minho – Departamento de Filosofia, Braga. 2005

RAMOS, Manuel João. E tudo o fumo levou: as memórias e as identidades. In.: RAMOS, Manuel João (coord.). **A memória do patrimônio – memórias e identidades**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 135-176.

RAMSAMY, Edward. The Elusive Quest for the “Rainbow” nation: Ethnic Particularity and National Identities 20th years after the fall of apartheid. Disponível em < <http://www.nylslawreview.com/wp-content/uploads/sites/16/2014/11/RAMSAMY.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2017.

REIS, Paula Félix. Estado e políticas culturais. Disponível em:< [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_PaulaFelixReis\\_Estado\\_e\\_políticas\\_culturais.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_PaulaFelixReis_Estado_e_políticas_culturais.pdf)>. Acesso em 20 de jan. 2017.

RIZZI, Kamilla R. África do Sul: instituições e sociedade. In: NISENTINE, Paulo F. e PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Orgs). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. FUNAG/ CESUL-UFRGS. Rio Grande do Sul, 2010. Pp.235-262.

RODRIGUES, Inaldo B. AFROS E ÁFRICA EM SALA DE AULA (Des)usos da história e cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental. In: XI Encontro Humanístico, 2011, São Luís - Ma. XI Encontro Humanístico. São Luís - Ma: EDUFMA, 2011.

\_\_\_\_\_. **IMPrensa, Letrados e Processos (Anti)Coloniais em Moçambique (c. 1880-1930)**. 2014. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Ciências Humanas – Sociologia, Universidade Federal do Maranhão – Campus de Bacabal, Bacabal, 2014.

ROCHA, Luana Tereza de Barros Vieira. **Viva Bumba, Guarnicê meu boi: política e cultura popular em São Luís do Maranhão nos anos 90**. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**, s.n.t/s.d. (mimeo).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Programa das Políticas Culturais no Mundo. In.: RUBIM, Antonio Albino Canelas & ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas Culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 13-28.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso. 1993.

SANSONE, Lívio. Apresentação. In: **A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 7-11.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. 2003. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodMultiPort.pdf>>. Acesso em 26 de dez. 2016.

SEMPRINI, A. **2000 Il multiculturalismo**. La sfida della diversità, F. Angeli, Milano

SILVA, Maria José Albuquerque da; BRANDIM, Maria Rejane Lima. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. Disponível em <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1artigo4\\_mariasilva.PDF](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1artigo4_mariasilva.PDF)>. Acesso em 20 jan.2017.

SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática** / Maria Ozanira da Silva e Silva (org.). – São Paulo: Veras Editora, 2001.p.37-95.

SILVA, Sandra Siqueira. A Patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: Considerações sobre as teorias de desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**, ano V, n. 7, p. 106-113, 2011.

STEENVELD, Lynette; STRELITZ, Larry. The 1995 Rugby World Cup and the politics of nation-building in South Africa. **Media, Culture & Society**. V. 20, n. 4, p. 606-629, 1998.

SCHNEIDER, Bruna Dallepiane; LUCAS. Douglas Cesar. MULTICULTURALISMO: Identidades em busca de reconhecimento. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/viewFile/640/362>>. Acesso em 02 jan. 2017.

SOUTH AFRICA. **National Policy on South African Living Heritage**, de 1999. Disponível em <[http://www.maropeng.co.za/uploads/files/National\\_Policy\\_on\\_South\\_African\\_Living\\_Heritage\\_\\_ICH\\_.pdf](http://www.maropeng.co.za/uploads/files/National_Policy_on_South_African_Living_Heritage__ICH_.pdf)>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **National Heritage And Cultural Tourism Strategy**, de 2012. Disponível em <<https://www.tourism.gov.za/AboutNDT/Branches1/domestic/Documents/National%20Heritage%20and%20Cultural%20Tourism%20Strategy.pdf>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **White Paper the Development and Promotion of Tourism in South Africa.** Disponível em <https://www.tourism.gov.za/AboutNDT/Publications/Tourism%20White%20Paper.pdf>. Acesso em 10 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. **National Heritage Council.** 10 de mar. 2017. Disponível em <http://www.nhc.org.za/>. Acesso em 10 de mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constitution of the Republic of South Africa**, 1996a. Disponível em <http://www.constitutionalcourt.org.za/site/theconstitution/english-2013.pdf>. Acesso em 10 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **White Paper on Arts, Culture and Heritage**, 1996b. Disponível em <http://www.dac.gov.za/content/white-paper-arts-culture-and-heritage-0>. Acesso em 05 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **The Tourism Green Paper**, 1996c. Disponível em [http://scnc.ukzn.ac.za/doc/tourism/White\\_Paper.htm](http://scnc.ukzn.ac.za/doc/tourism/White_Paper.htm). Acesso em 06 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **ANC Draft National Cultural Policy**, 1994. Disponível em [http://www.africa.upenn.edu/Govern\\_Political/ANC\\_Cult.html](http://www.africa.upenn.edu/Govern_Political/ANC_Cult.html). Acesso em 06 de jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **National Arts Council Act n. 56 of 1997.** Disponível em [http://www.dac.gov.za/sites/default/files/Legislations%20Files/a56-97\\_2.pdf](http://www.dac.gov.za/sites/default/files/Legislations%20Files/a56-97_2.pdf). Acesso em 10 de fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **National Heritage Resources Act n. 25 of 1999.** Disponível em: [http://www.gov.za/sites/www.gov.za/files/36777\\_gon633.pdf](http://www.gov.za/sites/www.gov.za/files/36777_gon633.pdf). Acesso em: 15 de mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Cultural Institution Act, n. 119, 1998.** Disponível em: [http://www.dac.gov.za/sites/default/files/Legislations%20Files/act119\\_98.pdf](http://www.dac.gov.za/sites/default/files/Legislations%20Files/act119_98.pdf). Acesso em 05 de jan. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias (UFRGS)**. Porto Alegre, v.8, n.16. 2006.

TRAJANO FILHO, Wilson. Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In: **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades.** Lívio Sansone Salvador: EDUFBA, 2012.p.11-40

UNESCO. World culture report 2000. Paris, 2000.

\_\_\_\_\_. **Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales.** Ciudad de México, 1982. Disponível em: [http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico\\_sp.pdf/mexico\\_sp.pdf](http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf). Acesso em: 21 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 20 de dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Disponível em <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em 02 de março. 2017.

\_\_\_\_\_. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 20 de dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Cultural policy a preliminar study.** Paris, 1969. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000011/001173eo.pdf>>. Acesso em: 20 de dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **Intergovernmental Conference on Cultural Policies in Africa.** 1975. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000190/019056EB.pdf>>. Acesso em 20 de dez. 2016.

\_\_\_\_\_. **1982 - 2000: de MONDIACULT a “Nuestra diversidad creativa”.** Disponível em <<https://ich.unesco.org/es/1982-2000-00309>>. Acesso em 15 de jan. 2017.

VENTURA, Tereza. Notas sobre política cultural contemporânea. 2005. Disponível em: <[http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_15/15\\_dossie\\_tereza\\_ventura.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_tereza_ventura.pdf)>. Acesso em 10 de jan. 2017.

XULU, Smangele Clerah Buyisiwe. *Gender, Tradition and Change: The Role of Rural Women in the Commoditization of Zulu Culture at selected tourist attractions in Zululand.* 2005. 155f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department flsizulu Namagugu, Universtity of Zululand, 2005.

WERTHEIN, José. Introdução. In.: BRASIL (org.). **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura.** Brasília: UNESCO, Brasil, 2003, p. 13-20.

WANDERLEI JUNIOR, Bruno; VOLPINI, Carla Ribeiro. MONDIACULT: A cultura como dimensão dos Direitos Humanos. Disponível em <[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/bruno\\_wanderley\\_junior.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/bruno_wanderley_junior.pdf)>. Acesso em: 30 de mai. 2017

ZAMPARONI, Valdemir D. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. **Multiculturalismo**, 2007, p. 46-49.

YOUNG, Robert. J. **Desejo colonial.** Hibridismo em teoria, cultura e raça. São Paulo: Perspectiva, 2005.